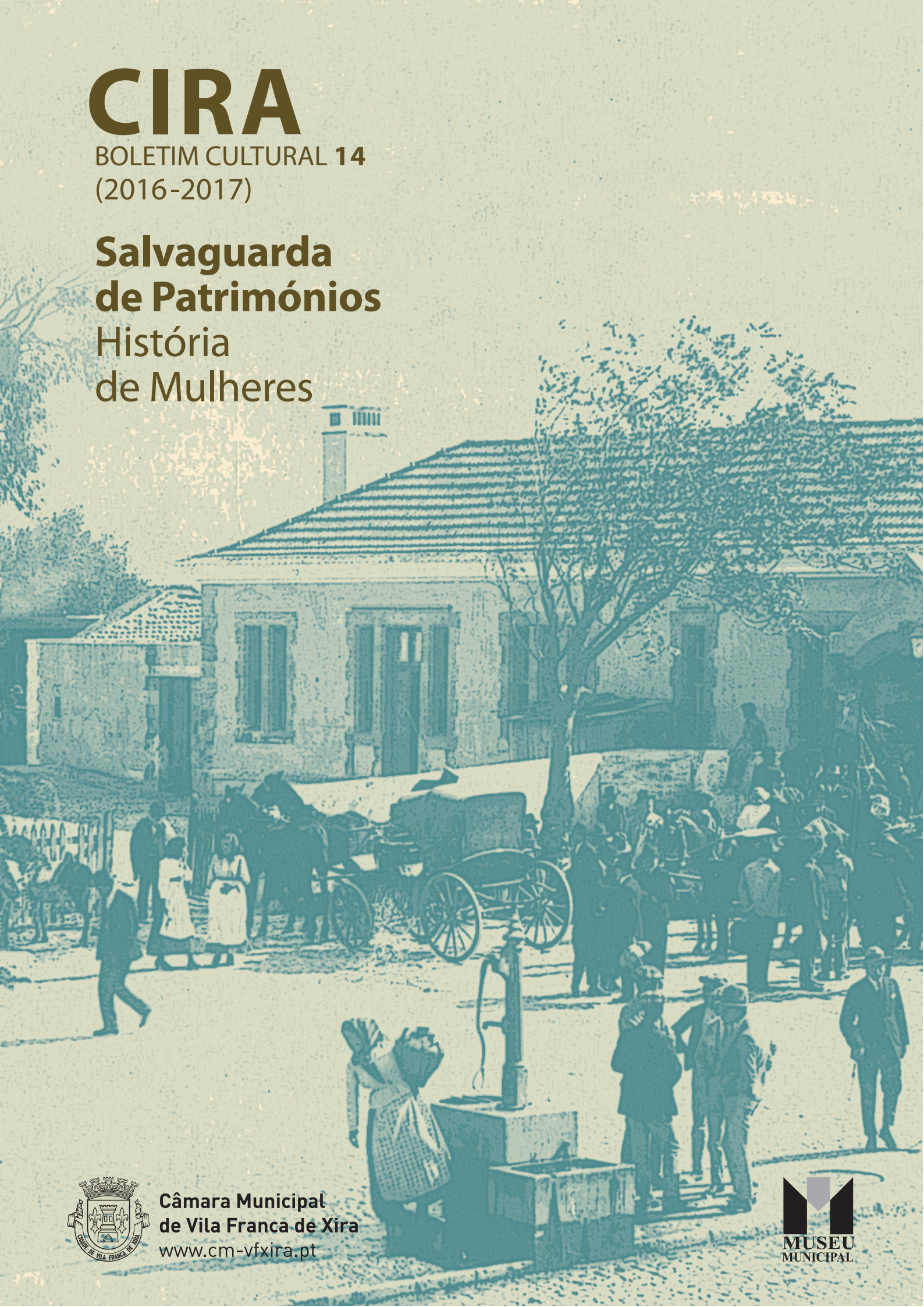


# CIRA

BOLETIM CULTURAL 14  
(2016-2017)

## Salvaguarda de Patrimónios História de Mulheres



Câmara Municipal  
de Vila Franca de Xira  
[www.cm-vfxira.pt](http://www.cm-vfxira.pt)



## **Ficha técnica**

### **Propriedade**

Câmara Municipal de Vila Franca de Xira  
Pelouro da Cultura  
Vereadora - Manuela Ralha  
Departamento de Educação e Cultura  
Direção – Alexandre Sargento  
Divisão de Cultura Turismo Património e Museus  
Museu Municipal de Vila Franca de Xira

### **Edição**

Câmara Municipal de Vila Franca de Xira  
Museu Municipal [www.cmvfxira.pt](http://www.cmvfxira.pt)

### **Coordenação geral**

Alexandre Sargento

### **Coordenação da edição**

Graça Soares Nunes

### **Textos**

Ana Antunes, Ana Sofia Neves, Anabela Ferreira, Alfredo Marujo, Bárbara Pereira, Maria Guiomar Alves, Graça Soares Nunes, Sílvia Cópio

### **Design e paginação**

Câmara Municipal de Vila Franca de Xira – DIMRP

### **Edição CD ROM**

200 exemplares

### **Data da edição**

Maio de 2018  
Os artigos são da inteira responsabilidade dos autores

ISSN: 2183-4679

# CIRA

BOLETIM CULTURAL 14

(2016-2017)

## **Salvaguarda de Patrimónios** História de Mulheres

## Índice

### **Apresentação**

**Alberto Mesquita, Presidente da Câmara Municipal..... P 05**

### **1. SALVAGUARDA DE PATRIMÓNIOS**

#### **A gestão de risco em reservas museológicas-Ensaio no concelho de Vila Franca de Xira**

Sílvia Cópio ..... P 07

#### **Os Gessos do Museu do Neo-Realismo**

Ana Sofia Neves ..... P 22

#### **Ex-voto da Igreja Matriz de Alhandra - Estudo, Conservação e Restauro**

Ana Antunes..... P 33

### **2. HISTÓRIA DE MULHERES**

#### **A Madrinha Joana e Madre Ana Maria do Coração de Jesus-Mulheres que marcaram a História de Alverca no seu tempo**

Alfredo Marujo ..... P 61

#### **Referência às mulheres de Alverca nas fontes históricas do século XVIII**

Anabela Ferreira..... P 79

#### **João José Miguel Ferreira da Silva Amaral - Vida e Obra: A Presença das mulheres na sua bibliografia**

Graça Soares Nunes ..... P 99

#### **As Damas na 1.ª Guerra Mundial (1914-1918)**

Bárbara Pereira ..... P 122

#### **A Arte da Costura Aprendida no Feminino**

Maria Guiomar Alves ..... P 137

## APRESENTAÇÃO

Com 32 anos de idade, e por regulamento do Museu Municipal de Vila Franca de Xira, a edição periódica *Boletim Cultural Cira – 14*, tem uma periodicidade bianual, de acordo com o decurso da investigação em torno das disciplinas estudadas.

Designada inicialmente como *Boletim*, e adquirindo mais tarde o nome antigo, da terra que a viu nascer - *CIRA=Xira*, a Revista *Cira* tem vindo a ser publicada regularmente, pelo Município de Vila Franca de Xira. Inicialmente o suporte utilizado foi o papel, (foram editados neste suporte 10 números, dedicados à história e patrimónios deste território) e já na contemporaneidade, (a partir de 2011) a opção é a edição digital, consultável no sítio da Web do Município Vila-franquense ou no do Museu Municipal, e igualmente em CD-ROM.

O objetivo primordial desta publicação, é dar a conhecer, ao público em geral e à comunidade científica, a investigação desenvolvida em torno das temáticas da história e patrimónios da região de Vila Franca de Xira, promovidas e desenvolvidas por colaboradores do município e também, por investigadores externos inseridos ou não em Universidades/Centros de Investigação.

As matérias abordadas são de carácter interdisciplinar dentro dos conteúdos histórico-patrimoniais. Foram publicados alguns números temáticos a saber:

Nº7 dedicado ao antigo concelho de Povos, o n.º 8 às Quintas de Recreio e Agrícolas do Concelho de Vila Franca de Xira, o nº 9 dedicado ao Projeto Sócrates – *Museus, mediadores e educação de adultos*, tendo sido cofinanciado pelo antigo Instituto Português de Museus atual Direção Geral de Património Cultural (DGPC) /Rede Portuguesa de Museus e o nº 13 inserido na temática do ciclo de conferências da exposição – *A Arte no concelho de Vila Franca de Xira – Grandes Obras* (Ciclo de conferências).

Neste âmbito e utilizando a pesquisa desenvolvida para as conferências, sobre história e património do concelho de Vila Franca de Xira, do programa *Tardes de Conversa*, que decorre no Núcleo de Alverca do Museu Municipal, desde 2008, e também, com a colaboração de investigadores externos interessados nestes assuntos, dedicámos o número 14 desta revista à temática – *Salvaguarda de Patrimónios/História de Mulheres*.

O conteúdo desta edição revela um conjunto de trabalhos académicos e técnicos especializados nas temáticas do património e da História. Dividido em duas temáticas:

1. *Salvaguarda de Patrimónios*, com um artigo sobre reservas museológicas e dois sobre intervenções de conservação e restauro de património móvel nas técnicas de gesso e pintura.

O tema 2.- *História de Mulheres*, apresenta de forma biográfica, prosopográfica e narrativa, histórias de mulheres, balizadas entre os séculos XVIII e XX, e que pelas suas vivências contribuíram para a definição e construção da História.

A revista *Boletim Cira 14* é a quarta edição digital, a disponibilizar nos sítios, *Web* do município e do Museu Municipal de Vila Franca de Xira, e também em CDRom. Apelamos à vossa leitura e também ao envio de possíveis contributos, para o enriquecimento e conhecimento da história e patrimónios, deste município desbravando, partilhando e dando a conhecer mais conteúdos, a todo o tipo de públicos.

O Presidente da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira.

**Alberto Mesquita**



# 1. SALVAGUARDA DE PATRIMÓNIOS



# A Gestão de Risco em Reservas Museológicas

## Ensaio do Modelo ABC no Canadian Conservation Institute, aplicado ao concelho de Vila Franca de Xira

Sílvia Cópio<sup>1</sup>

### RESUMO

A crescente necessidade de preservação de bens patrimoniais, aliada à igualmente crescente consciência para a sustentabilidade, tem vindo a promover o desenvolvimento de diversas metodologias de Gestão de Riscos.

O Método ABC é uma destas metodologias, desenvolvida pelo *Canadian Conservation Institute* (CCI) em parceria com o *Institute for Cultural Heritage* (ICN) e o *International Centre for the Study of the Preservation and Restoration of Cultural Property* (ICCROM), entre os anos de 2006 a 2012 com o objetivo de promover uma mudança da prática da conservação mais convencional para uma prática de Avaliação de Risco em Património, a uma escala internacional. Entre as atividades que estiveram na origem da criação deste método estiveram a pesquisa, investigação, prática e disseminação, bem como a produção de recursos materiais que permitam a concretização deste objetivo.<sup>2</sup>

O interesse da autora por esta matéria remonta ao ano de 2008, quando o próprio Stefan Michalski se deslocou ao Porto para apresentar, quase em primeira mão, os resultados da pesquisa desenvolvida para este método, e o método em si. Na altura, a informação recolhida suscitou o entusiasmo para o desenvolvimento da aplicação experimental deste método, bem como de um outro modelo desenvolvido pelo Robert Waller para o *Canadian Museum of Nature*, na prática específica das necessidades de preservação em diversos contextos de preservação do património, desde o contexto de reservas, exposições ou mesmo locais de culto.

Mais tarde, com o acompanhamento do Professor Elias Casanovas, a quem prestamos aqui uma justa homenagem, assim como de outros intervenientes entre os quais os próprios Stefan Michalski, Robert Waler ou do José Luiz Pedersoli, foram sendo aprofundadas estas metodologias, nomeadamente com a participação em dois momentos de trabalho que implicaram a deslocação da autora ao *Canadian Conservation Institute* em *Ottawa*, nos anos de 2009 e 2016. É sobre esta última deslocação ao instituto, com a execução do ensaio na realidade do Museu Municipal de Vila Franca de Xira e Museu do Neo Realismo em interação com alguns dos participantes no meeting, que versa este artigo.

Palavras-chave: **Gestão de Risco, Património, Conservação Preventiva, Sustentabilidade.**

<sup>1</sup> Foi Técnica Superior (Conservação e Restauro) do Departamento de Educação e Cultura/ Divisão de Cultura, Turismo, Património e Museus / Museu Municipal de Vila Franca de Xira (atualmente em regime de licença sem vencimento). Formada pelo Instituto Politécnico de Tomar. Pós Graduada em Museologia, pela Universidade Nova de Lisboa. Bolseira da FCT no âmbito da Investigação “A Conservação Preventiva nas Igrejas da Diocese de Lisboa – Análise de risco e sustentabilidade” para o Doutoramento em Arte Sacra da Universidade Católica do Porto. Desenvolve trabalhos de pesquisa, investigação e acompanhamento técnico em Avaliação de Risco em Património, atualmente como trabalhadora independente. silviacopio@gmail.com.

<sup>2</sup> MICHALSKI, Stefan e PEDERSOLI, José Luiz Jr, *The ABC Method, A risc management approach to the perservation of cultural heritage*, Ottawa, Government of Canada, Canadian Conservation Institute, 2016, p. 12.

## Contextualização

Por definição, os museus têm quatro funções, já sobejamente conhecidas: eles recolhem, preservam, investigam e interpretam as suas coleções ou objeto de estudo, à luz da sua investigação para as dar a conhecer. A preservação é uma das funções fundamentais porque sem ela o estudo das coleções se torna impossível e a coleção torna-se vazia de significado. «A conservação é a tecnologia sob a qual se atinge a Preservação».<sup>3</sup>

Durante as décadas de 30 e 40 do século XX, alguns museus da Europa e dos Estados Unidos, começaram a estudar as causas de deterioração para aplicar as suas descobertas nos objetos das suas coleções e nos processos de conservação e restauro. Assim, uma nova perspetiva de conservação emergia, a perspetiva da prevenção da degradação antes da necessidade de reparação.

De acordo com alguns autores o desenvolvimento da Avaliação de Risco, ou Gestão de Risco, começou após a Segunda Guerra Mundial. A primeira conferência geral do *Internacional Council of Museums* (ICOM), realizada em Paris em 1948, fez criar a primeira comissão encarregue do cuidado de pinturas, e reuniu diretores, conservadores, restauradores e cientistas de alguns dos melhores museus da Europa. Consequentemente estabeleceu-se o Comité do ICOM, para laboratórios de museus, que deu origem, em 1963 ao Comité para a Conservação.

Entretanto, em 1950 era fundado o Internacional *Institute for the Conservation of Historic and Artistic Works* (IIC) e mais tarde é publicado por Harold Plenderleith,<sup>4</sup> o «*The Conservation of Antiquities and Works of Art*», que foi inovador na inclusão de uma parte de sistematização de processos de degradação e demonstrou aspetos práticos de possibilidades de prevenção. Em 1958, surgiu o Centro Internacional para o estudo da Preservação e Restauro de Bens Culturais em Roma. A publicação do número monográfico da revista *Museum*, em 1982 dedicada a «*La conservación: un desafío a la profesión*» e a publicação de Philip Ward, *The Nature of Conservation a Race Against Time*, são também marcos importantes na evolução e alteração do *modus operandi* na área da conservação.

Quando Garry Thomson<sup>5</sup> publicou o «*The Museum Environment*», em 1978 forneceu uma avaliação completa e excelente, do conhecimento alcançado sobre a degradação, os meios de diagnóstico e demais informações científicas, úteis até o momento sobre o assunto, para a aplicação de meios de conservação das coleções. As explicações técnicas

<sup>3</sup> WARD, Philip, *The Nature of Conservation a Race Against Time*, California, The Getty Conservation Institute, 1986, p 1.

<sup>4</sup> Harold Plenderleith, estudou Química no University College e trabalhou no Museu Britânico, Scott no recém-criado Departamento de Pesquisa Científica e Industrial, criado pelo museu para abordar objetos na coleção que começaram a se deteriorar rapidamente como resultado de serem armazenados nos túneis de metro de Londres, durante a Primeira Guerra Mundial. Plenderleith aplicou os seus conhecimentos de Química na deterioração dos objetos do museu e fez parte do início da conservação científica no Reino Unido.

<sup>5</sup> Garry Thomson começou sua carreira como Químico de Pesquisa, na National Gallery (Londres), cargo que assumiu de 1955 a 1960, quando foi promovido ao Conselheiro Científico dos Curadores e Chefe do Departamento Científico na Galeria Nacional. Em 1968, Garry organizou a primeira conferência sobre climatologia do museu para o Instituto Internacional de Conservação (IIC). Foi também Presidente do deste instituto de 1983 a 1986. Em 1999, recebeu a primeira Medalha de Ouro de Plowden, concedida pela Royal Warrant Holders 'Association para reconhecer as contribuições mais significativas para o avanço da conservação.



de Thomson, para a base desses valores forneceram matéria suficiente, para que os museus pudessem interpretar e selecionar valores que diferissem de suas especificações, contudo, eram mais adequados ao seu clima, construção ou despesas. Em 1986, uma segunda edição do Thomson «*The Museum Environment*» foi publicada contendo um resumo das especificações como um apêndice, dispensando assim a leitura do livro para encontrar especificações individuais, uma vez que são resumidas com precisão em duas páginas. O problema é que, sem compreender plenamente a lógica por trás do meio ambiente, estas especificações acabaram por ser muitas vezes aplicadas de forma rígida e sem a aplicação às especificidades de cada caso.<sup>6</sup> Não deixou, porém, de ser uma publicação da maior importância nesta matéria, que veio a desencadear mais tarde, reflexões e constatações que implicaram a necessidade de evolução para outra abordagem, que de certa forma encontra na Gestão do Risco e nos seus Modelos.

Quando em 1995, Gael de Guichen publica o texto «Conservação Preventiva: uma profunda mudança de mentalidades» publicado pelo ICOM, estava traçado o caminho para um novo paradigma sem retrocesso. Nele, ele afirma: «onde ontem se viam objetos, hoje devem ser vistas coleções. Onde se viam depósitos, devem ser vistos edifícios. Onde se pensava em dias, agora deve-se pensar em anos. Onde se via uma pessoa, devem ser vistas equipas. Onde se via uma despesa de curto prazo, deve-se ver um investimento de longo prazo. Onde se mostram ações quotidianas, devem ser vistos programas e prioridades. «A conservação preventiva significa assegurar a sobrevivência das coleções.»<sup>7</sup>

Em simultâneo, a consciencialização e valorização dos programas de prevenção de riscos de danos materiais que surge na década de 50 do século XX, ligada ao desenvolvimento industrial e à necessidade de proteção em contexto laboral, e de prevenção de perdas e danos, motiva uma abordagem mais criteriosa da Avaliação de Risco que mais tarde vai motivar a atenção para a sua aplicação no plano da Proteção do Património Cultural.<sup>8</sup>

«Muitos autores concordam em afirmar que a gestão de riscos é a ciência, a arte e a função que visa a proteção dos recursos humanos, materiais e financeiros de uma instituição, quer através da eliminação ou redução de seus riscos, quer através do financiamento dos riscos remanescentes, conforme seja economicamente mais viável. Segundo o PMBOK2,<sup>9</sup> um risco é «um evento ou condição incerta que, se ocorrer, provocará um efeito positivo ou negativo nos objetivos do projeto».<sup>10</sup> A gestão de riscos baseia-se na identificação dos perigos

<sup>6</sup> WEINTRAUB, Steven, *The Museum Environment: Transforming the Solution into a Problem*, [http://www.apsnyc.com/The%20Museum%20Environment\\_Transforming%20the%20Solution%20into%20a%20Problem\\_Steven%20Weintraub.pdf](http://www.apsnyc.com/The%20Museum%20Environment_Transforming%20the%20Solution%20into%20a%20Problem_Steven%20Weintraub.pdf)

<sup>7</sup> In GUICHEN, Gael de. *La Conservation Préventive: un changement profond de mentalité*. Study series, Bruxelas: ICOM-CC/ULB, v.1, n.1, 1995, p.4-5.

<sup>8</sup> BARBOZA, Kleumany de Melo, *Gestão de Riscos para Acervos Museológicos*, Belo Horizonte, Escola de Belas Artes da Universidade Federal de Minas Gerais, 2011, p.24.

<sup>9</sup> O guia Project Management Body of Knowledge (PMBOK) é um conjunto de práticas na gestão de projetos organizado pelo instituto PMI. O Guia PMBOK identifica um subconjunto do conjunto de conhecimentos em gestão de projetos, que é amplamente reconhecido como boa prática, sendo em razão disso, utilizado como base pelo Project Management Institute (PMI), o que não significam que devam ser aplicadas uniformemente a todos os projetos, sem considerar se são ou não apropriados. O Guia PMBOK também fornece e promove um vocabulário comum para se discutir, escrever e aplicar a gestão de projetos possibilitando o intercâmbio eficiente de informações entre os profissionais desta área.

<sup>10</sup> Glossário do PMBOK, pg.376.

existentes e de suas causas, cálculo dos riscos que estes perigos representam, elaboração e aplicação de medidas de redução destes riscos, quando necessárias, com a posterior verificação da eficiência das medidas adotadas.»<sup>11</sup>

Nos últimos trinta anos assistimos a um crescente interesse pela aplicação de modelos de Gestão de Risco em Património por parte de investigadores e alguns profissionais de museus. Muito tem contribuído para este facto os trabalhos desenvolvidos pelo Jonathan Ashley-Smith, Stefan Michalski e Rober Waller com o estudo, criação e implementação de metodologias que, à data de hoje, já deram provas das suas vantagens e eficiência na aplicação de políticas sustentáveis de preservação de património.

## A Gestão do Risco

A Gestão de risco assenta na identificação dos perigos ou fatores de degradação que podem afetar determinada coleção ou bem patrimonial, cálculo do risco ou efeito que esses riscos representam, e aplicação de medidas de mitigação de forma sustentável.

«A gestão de riscos trabalha com a incerteza, visando a identificação de potenciais problemas e de oportunidades antes que ocorram. Tem por objetivo eliminar ou reduzir a probabilidade de ocorrências e o impacto de eventos negativos, além de potencializar os efeitos da ocorrência e o impacto de eventos positivos.»<sup>12</sup>

Para que isto ocorra é imperativo que se planifique previamente toda uma estratégia de ação, que se verifique os recursos existentes, que se programe. Nesta planificação está incluída a seleção ou criação de um modelo de Gestão de Risco que seja adotado como a metodologia vigente durante todo o processo.

São hoje conhecidos alguns métodos desde os mais qualitativos, como são exemplo o Modelo desenvolvido pelo Jonathan Ashlei Smith para o Victoria and Alber Museum, aos mais quantitativos, como o Modelo da Escala de Ratio, baseada no cálculo da magnitude do risco, criada pelo Rober Waller para o *Canadian Museum of Nature*, e a escala ABC, desenvolvida sob a liderança de Stefen Mishalski pelo *Canadian Conservation Institute* (CCI) e o ICCOM.

## Vantagens da Gestão de Risco

Os profissionais de museus e património cultural estão constantemente a necessitar de tomar decisões que têm implicações diretas nos bens que têm à sua guarda, mesmo que nem sempre disso tenham consciência. No entanto, em pleno século XIX, com o desenvolvimento da conservação científica ao nível do que já está a acontecer e dos resultados que se obtiveram em décadas de estudos e comprovações, não é admissível a

<sup>11</sup> In BARBOZA, Kleumany de Melo, *Gestão de Riscos para Acervos Museológicos*, Belo Horizonte, Escola de Belas Artes da Universidade Federal de Minas Gerais, 2011, p. 125

<sup>12</sup> Idem, p. 17

eventual falta de consciência. É preciso e urgente, priorizar e fazer escolhas sobre a melhor maneira de usar os recursos disponíveis para proteger coleções, edifícios, monumentos e sítios. Isso significa, por exemplo, ter que decidir entre opções, como aumentar a segurança contra roubo e vandalismo, melhorar a manutenção de edifícios para impedir infiltrações, instalar ar condicionado em áreas de armazenamento de reserva, instalar sistemas de alarme de contra incêndio, autorizar gastos e investimentos em equipamentos, autorizar gastos em conservação e restauro quando o dano já ocorreu, etc.

O que fazer primeiro? Quais são as prioridades do património em seu contexto específico? Como otimizar o uso dos recursos disponíveis para maximizar os benefícios do património cultural ao longo do tempo?

A gestão de riscos pode ajudar a responder a essas questões e a tomar melhores decisões sobre a preservação e uso do património cultural. «A análise de risco permite considerar todos os riscos em relação uns aos outros, a fim de estabelecer prioridades e planejar melhor os nossos recursos.»<sup>13</sup>

A Gestão de risco permite reduzir substancialmente a dose de subjetividade quando é necessário tomar uma opção ou se supõem determinada situação de risco apenas por uma questão de opinião. A sensação humana nem sempre consegue ser isenta de uma carga emocional, nem sempre favorável a uma objetiva análise. Com base nos modelos, é possível, aferir com maior proximidade real, a probabilidade de ocorrência, a frequência, o volume de dano ou o impacto do dano, e conseqüentemente, o impacto financeiro e a distribuição eficaz dos recursos humanos com vista a determinado objetivo devidamente identificado e definido.

É importante lembrar que a gestão de riscos é um processo contínuo. Temos de continuar monitorizando os riscos e ajustando nossas ações para garantir que os impactos negativos sobre os nossos objetivos sejam minimizados.

«Usado em campos como saúde pública, meio ambiente e tecnologia, a gestão de riscos é uma ferramenta essencial para que o governo e a indústria atinjam seus objetivos de forma mais controlada e bem-sucedida.»<sup>14</sup>

Sem a devida planificação ou implementação de uma metodologia de gestão de risco, muitas vezes, tende-se a considerar cuidadosamente os custos associados à implementação ou instalação de um equipamento ou serviço, mas não os custos associados à manutenção.

Numerosos exemplos podem ser citados onde os sistemas de controlo climático não funcionaram de acordo com as especificações porque não havia suporte para a manutenção necessária. A devida planificação e gestão de risco pode resolver esta situação, aferindo em rigor não só o investimento inicial como a previsão de custos durante um período de tempo razoável, como pode mesmo ajudar a concluir que determinadas opções financeiramente dispendiosas podem ser evitadas, se, por exemplo se verificar que não existe substancial

---

<sup>13</sup> Idem, p. 8.

<sup>14</sup> Idem, p. 14.

risco de dano para algumas condições, ou, pelo contrário, canalizar o investimento para um risco com alta probabilidade de ocorrência ocorra. Neste último caso, a avaliação de risco pode e deve prever outras situações possíveis em que se reduza o risco de dano com um menor custo de investimento, Em suma, a aplicação séria da Gestão de Risco potência na maioria dos casos, a redução dos encargos financeiros, a melhor distribuição dos recursos evitando a perda do bem.

Interessa também tomar consciência do que é o risco e os tipos de risco.

Os tipos de riscos para o nosso património cultural variam de eventos súbitos e catastróficos, (como grandes terremotos, inundações, incêndios e conflitos armados) a processos graduais e cumulativos (como degradação química, física ou biológica). O resultado é a perda de valor para o património patrimonial. Por exemplo, se uma casa histórica arde, geralmente há uma perda de valor grande ou total para a construção e seus conteúdos. Quando objetos frágeis de uma coleção de museus são quebrados durante um terremoto, há uma perda de valor nessa coleção. O desvanecimento das cores nos têxteis tradicionais expostos à luz do dia também causa perda de valor. Às vezes, o risco não envolve qualquer tipo de dano material ao património, mas sim a perda de informações. Assim, por exemplo, uma coleção de museu ou um sítio arqueológico perderá valor se eles não estiverem devidamente documentados ou se a documentação existente sobre eles faltar. Profissionais de museus e cuidadores precisam entender bem esses riscos para tomar boas decisões sobre a proteção do património (para as gerações futuras), ao mesmo tempo que fornecem o acesso à geração atual.

## O Método ABC

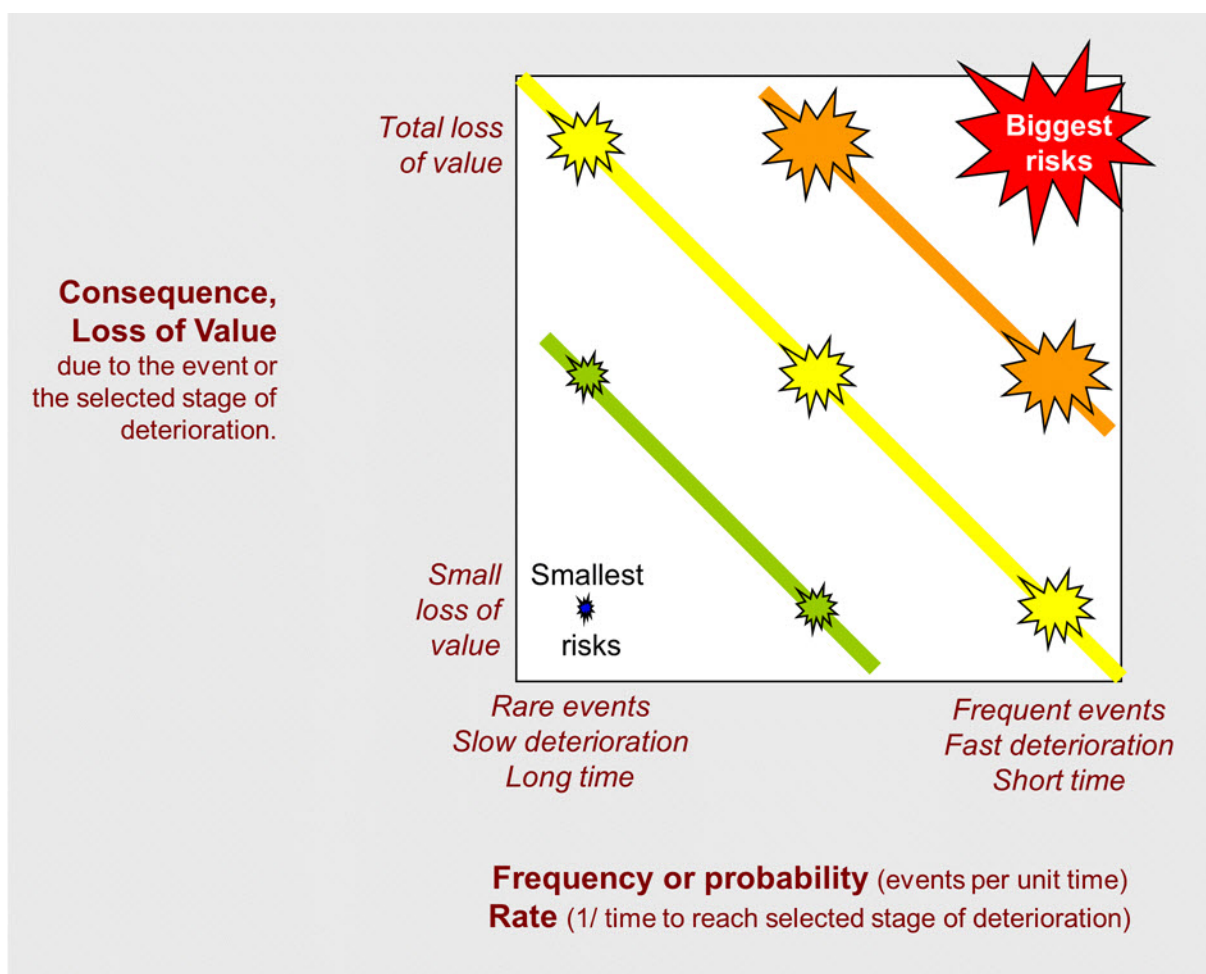
O método ABC foi desenvolvido no CCI, pelo Stefan Michalski em colaboração com uma equipa de especialistas de várias áreas, e consiste na determinação da magnitude de risco (MR) baseado no somatório de índices de valor atribuídos em cada uma das fases da escala A, B, C e D. Estes índices são pré-definidos pelo autor do modelo, em função de magnitudes, frequências, volumes de danos, consoante a etapa do modelo que se esteja a definir.

Após a análise e identificação dos riscos, consiste em sistematizar quantas vezes o risco ocorre? A; Qual o valor perdido no objeto afetado? B; Quanto da coleção foi afetada? C; Qual a importância do objeto afetado? D.

## Mapeamento do Risco

O Método ABC define risco como a possibilidade da perda de valor dos bens patrimoniais.

Utiliza uma métrica como ferramenta para determinar se um risco é maior ou menor do que outro risco, traduzida pela «A combinação de probabilidade e magnitude / gravidade das consequências».

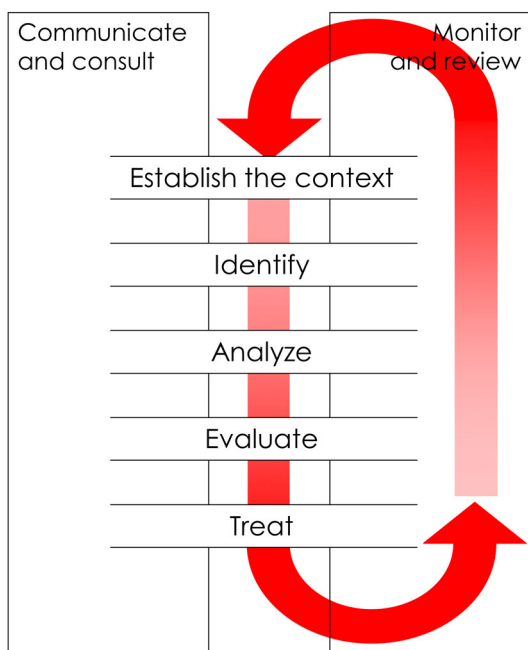


**Fig. 1** Mapa da Perda de Valor versus Frequência da Ocorrência. © Canadian Conservation Institute. CCI 9663-0001.

Para o risco de bens patrimoniais, o risco é definido como «a perda de valor fracionada esperada para o bem patrimonial por unidade de tempo», por exemplo, % de perda de valor por século. No método ABC, o risco é expresso em uma escala logarítmica de 15 pontos (análoga à escala de magnitude dos terremotos) e as medidas nesta escala são chamadas de «magnitude do risco», MR abreviado.

Para iniciar o processo interessa fazer um levantamento exaustivo dos riscos possíveis e a sua possibilidade de frequência. Pode utilizar-se como referência a listagem de levantamento de riscos (ou agentes de degradação), onde estão definidos 10 agentes de degradação. São eles: Forças Físicas (*Physical Forces* - PF), Fogo (*Fire* - F); Água (*Water* - W); Criminais (*Criminals* - Cr); Infestações (*Pests* - P); Contaminantes (*Contaminants* - Co); Luz e Radiação UV (*Light and UV radiation* - LUV); Temperatura incorreta (*Incorrect Temperature* - T); Humidade Relativa Incorreta (*Incorrect Relative Humidity* - RH); Dissociação (*Dissociation* - D).<sup>15</sup>

<sup>15</sup> IN WALLER, Robert, *Assessing and Managing Risks to your collections*, Internacion Simposium and WorkShop on Cultural Propeti Risk Analysis, Lisboa, Faculdade de Ciencias e Tecnologia, 2011, p 8.



**Fig. 2** Ciclo da Gestão de Risco. © Canadian Conservation Institute. 96638-0021.

Este método é estruturado em torno de um ciclo de gestão de risco que foi encontrado originalmente no Padrão Australiano / Nova Zelândia para Gestão de Riscos (AS / NZS 4360: 2004) e que agora faz parte do ISO 31000: 2009, Padrão para Gestão de Riscos. O processo possui cinco etapas sequenciais e duas atividades em curso.<sup>16</sup>

Ao estabelecer o **contexto** tentamos entender todos os aspetos relevantes do contexto em que o património está situado. Isso inclui os seus ambientes físicos, administrativos, legais, políticos, socioculturais e económicos.

Também é importante identificar todos os atores e intervenientes, dentro e fora da organização, que nos podem ajudar no processo (desde o pessoal de limpeza e segurança até o Diretor e autoridade de património, brigada de incêndio, polícia, defesa civil, comunidade local, universidades, potenciais doadores, etc.). Obviamente, devemos definir claramente os nossos objetivos, bem como o alcance das nossas ações. Deve ser claro para todos o que é o «bem patrimonial».<sup>17</sup>

Efetivamente, o desenvolvimento da gestão de risco é um trabalho que envolve transversalmente diversas áreas de saber, especialistas, meios de pesquisa, recolha de dados e o conhecimento, para procurar a informação necessária para um bom mapeamento. Vejamos, como exemplo a ocorrência de um tremor de terra, a necessidade de conhecimento de fontes de pesquisa sobre esta ocorrência, os centros de pesquisa e informação, os efeitos nos materiais e edifícios, a necessidade de recorrer à Engenharia Civil, aos técnicos de materiais, etc. Nesta matéria é imperativo alguma destreza de conhecimentos para se encontrarem as respostas necessárias. Não será tanto dominar o conhecimento total, mas conhecer onde recolher informação, solicitar parcerias, envolver diversos agentes de saber.

<sup>16</sup> In PEDERSOLI Jr, José Luiz, ANATOMARCH, Catherine, MICHALSKI, Stefan, *A Guide to Risk Management of Cultural Heritage*, IC-CROM, Government of Canada, Canadian Conservation Institute, 2016.

<sup>17</sup> Idem, p. 20

**Identificar** todos os riscos possíveis que podem ameaçar a coleção, a construção, o monumento ou o sítio patrimonial, é determinante para o sucesso da metodologia. Se não tivermos consciência dos diferentes riscos que afetam o nosso património, as decisões e o uso de recursos basear-se-ão numa imagem incompleta e, portanto, serão menos efetivos.

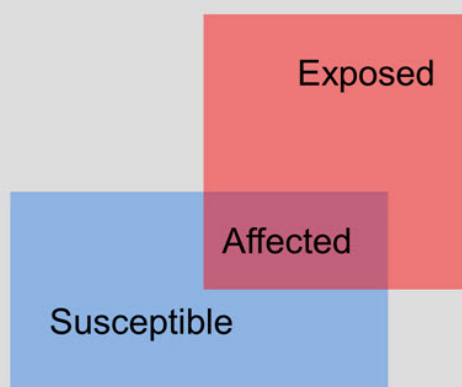
Quando identificamos riscos, a questão principal a perguntar é a seguinte: o que pode dar errado e causar danos e perda de valor para o bem patrimonial? Com o nosso conhecimento e experiência, podemos descobrir muitos riscos,<sup>18</sup> imaginar cenários possíveis e a perda de valor com a ocorrência de cada um. Vejamos as forças físicas, por exemplo: quais os tipos de forças físicas que podem afetar aqui? O que poderia causar? (Ventos fortes, terremotos, manuseio inadequado, superlotação, colisões acidentais, tráfego de visitantes, etc.).

E assim por diante para todos os outros agentes. Revela-se muito útil fazer anotações precisas num formulário criado para o efeito ou recorrendo aos já propostos nos diferentes modelos. Cada anotação irá revelar-se bastante útil no processo para que no final este se traduza em conclusões precisas. Nesta fase de anotação interessa relacionar o risco que poderá ocorrer a um efeito preciso, isto é, por exemplo, um mau manuseamento poderá provocar a quebra do bem, etc.

Pode haver vários riscos para o mesmo agente (por exemplo, danos causados pela água por inundações, danos causados pela água por vazamentos de tubulações, danos causados pela água pela infiltração da água da chuva no prédio, etc.). Também é importante lembrar que danos e perda de valor só ocorrerão se o item do património for suscetível e exposto ao agente, conforme ilustrado no diagrama abaixo.

Na fase de análise importa também considerar as seis camadas de «proteção» do item.

Os bens patrimoniais das coleções poderão estar numa embalagem ou num suporte em que é exibido (1); num armário de armazenamento ou vitrine (2); o espaço de armazenamento

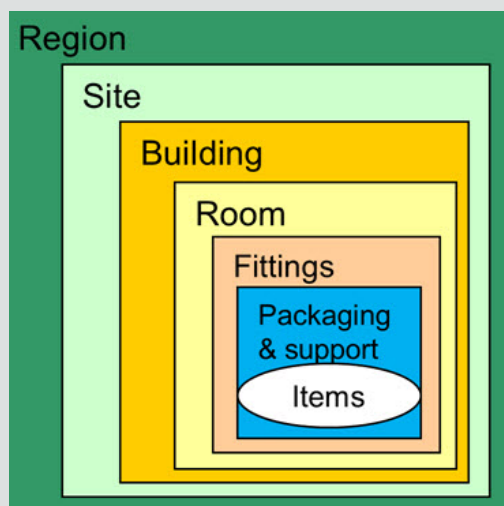


**Fig.3**

Diagrama que representa que os itens afetados são itens suscetíveis a um agente e expostos a esse agente. © Canadian Conservation Institute. 96638-0032.

<sup>18</sup> Ibidem, p. 26.

ou exposição (sala - 3); o edifício onde a coleção é mantida (construção-4); os arredores deste edifício (sitio - 6) e a área geográfica onde o museu está localizado (região 6). Caso se trate de uma escultura ao ar livre ou edifício, um edifício ou um sítio, as camadas relevantes são apenas o local e a região onde estão localizados.



**Fig. 4**  
As seis camadas de proteção.  
© Canadian Conservation Institute.  
96638-0005.

As camadas podem ser camadas de proteção, mas também podem conter fontes de perigo, por esta razão é necessário observá-las, analisá-las e considerá-las nesta fase.

Outra abordagem útil para uma identificação completa dos riscos é considerar os três tipos diferentes de ocorrência de risco: Eventos raros, Eventos comuns e Processos cumulativos

Os eventos «raros» ocorrem com menos frequência do que uma vez a cada 100 anos. Como resultado, eventos raros não fazem parte da experiência direta da maioria dos funcionários da organização patrimonial. Do ponto de vista do património total de uma nação, tais eventos podem acontecer a cada poucos anos, e de uma perspectiva global, esses eventos podem-se tornar rotineiros.

Eventos comuns ocorrem muitas vezes por século. Estes são eventos que fazem parte da experiência direta de muitos funcionários da organização do património ou de pessoas nas proximidades da organização do património.

Os processos cumulativos podem ocorrer de forma contínua ou intermitente. Ao longo dos anos, a maioria dos funcionários da organização patrimonial terão observado o efeito cumulativo de um ou dois desses processos em alguns itens, ou seja, terão visto o item «idade». Eventos muito frequentes também podem ser considerados como processos cumulativos.<sup>19</sup>

A gestão de Risco implica, envolver, recolher informações, ganhar a confiança de outros, receber autorização de superiores, etc. Isso significa que é importante comunicar

<sup>19</sup> Idem, p. 53.



com diferentes pessoas e públicos. Uma parte muito importante da gestão de riscos é a comunicação de riscos de forma clara e significativa, particularmente para os decisores. Se não conseguimos fazê-lo, os riscos podem não ser totalmente compreendidos. Isso pode resultar num menor nível de interesse e envolvimento das partes interessadas, bem como originar decisões precárias e ações ineficazes sobre o tratamento de risco. A utilização de frases de forma clara e concisa, baseada no levantamento prévio e ponderado, bem como o tratamento de dados e utilização de diagramas e valores objetivos, pode facilitar a comunicação e o entendimento do que realmente se passa e em que dimensão.

Na etapa da **análise** de risco, tenta-se entender detalhadamente cada risco identificado. Estimamos possibilidades de ocorrência e impacto esperado. O impacto dos riscos para o património cultural é expresso em termos da perda esperada de valor para o património patrimonial.

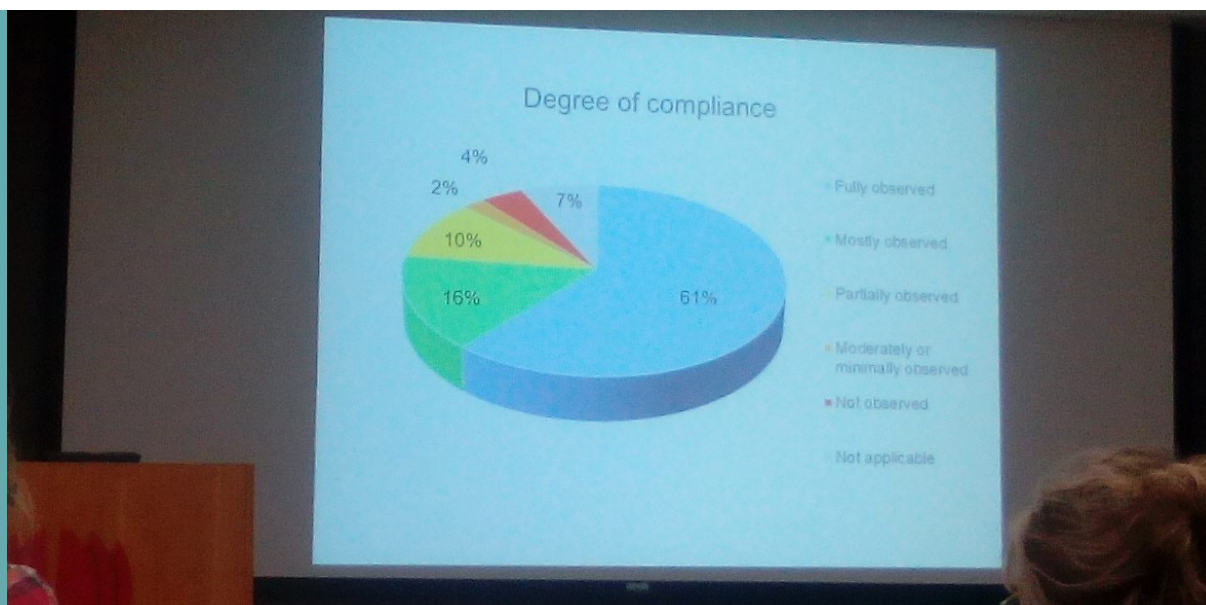
Dependendo de qual parte da coleção ou do bem patrimonial seja afetada pelo risco, e sobre qual o tipo e grau de dano nos itens afetados, a perda de valor pode variar de total para minúsculo ou rastreio. Depende do risco, versus característica ou fragilidade do bem exposto a esse risco.

A escala ABC é uma ferramenta que ajuda a calcular, comparar e comunicar a magnitude dos riscos para o património cultural. Ele consiste em escalas numéricas (chamadas escalas ABC) usadas para quantificar a frequência ou taxa de ocorrência e a perda esperada de valor para os diferentes riscos.

A escala A indica quantas vezes esperamos que o evento ocorra, ou seja, o tempo médio entre 2 eventos consecutivos. Para «processo cumulativo», este componente indica quantos anos levará para um certo nível de dano se acumular.

A escala B indica o tamanho da perda de valor que esperamos em cada item do património afetado pelo risco. Por «item» queremos dizer um objeto de uma coleção, um elemento de um edifício histórico (por exemplo, uma fachada, o interior decorado de uma sala particular, o telhado, uma escada), uma parte ou uma característica particular de um património um poço, uma área de enterro, um portão, um conjunto de pinturas murais), etc. Para estimar a perda de valor nos itens afetados, primeiro precisamos visualizar o tipo e a extensão do dano que sofrerão. Então, fazemos um julgamento sobre o quanto esse dano representa em termos de perda de valor em cada item. A perda de valor pode variar de perda total para pequenas ou perda de rastreamento.

A escala C indica qual o valor patrimonial afetado pelo risco. O risco afeta todo o património, uma grande parte, uma pequena parte ou apenas uma pequena parte do mesmo? Qual a importância da parte do património afetado pelo risco? Nesta fase os gráficos ajudam a visualizar a importância relativa dos diferentes componentes do património. Neste tipo de gráfico, chamado «*Value Pie*», (FIG. 5) o tamanho de cada fatia da torta indica quanto (%) cada componente representa o valor do património patrimonial.



**Fig. 5** - Value Pie. Exemplo da prática exercida pela autora no CCI. Créditos Fotográficos Sílvia Cópio.

Depois de marcar os três componentes de cada risco usando as escalas ABC, podemos calcular a magnitude do risco (MR), ou seja, seu potencial para causar perda de valor para o património. Este cálculo é feito adicionando as pontuações das 3 componentes de risco:

$$A + B + C = MR \text{ (Magnitude de Risco)}$$

Na fase final do processo é importante comparar as magnitudes de risco, estabelecer as relações e tirar conclusões objetivas.

## Ensaio da utilização da Escala ABC na gestão de risco dos museus de Vila Franca de Xira

Em Março de 2016, com a possibilidade da autora na participação no *Advanced Professional Development Workshop no Canadian Conservation Institute*, com a presença de grande parte da equipa que desenvolveu esta metodologia, nomeadamente o Stefan Michalski, Jean Tétraut, Rob Waller, José Luis Pedersoli, Irene Karsen e Simon Lambert, para além de um grupo de profissionais da área, aceites para esta iniciativa, que teve como propósito aprofundar a capacitação de agentes para a aplicação deste método em todo o mundo, surgiu a possibilidade de aprofundamento da prática e da sua aplicação. Foi com uma agradável surpresa e sensação de êxtase, que a autora constatou que o caso dos Museus do Município de Vila Franca de Xira, foi um dos quatro selecionados para exemplificar um ensaio de aplicação do Método da Escala ABC (Fig 6). A escolha deste caso não foi da autora, foi da equipa do CCI, reconhecendo ser um caso emblemático quer pelas características museológicas que apresenta, quer pela sua exposição a alguns fatores de risco que importa estudar, quer ainda pelo trabalho desenvolvido pela autora nos museus vilafranquenses, que permitiu avançar com alguns dados que foram importantes para o ensaio.

O processo foi realizado de acordo com a metodologia descrita anteriormente. Selecionaram-se apenas alguns casos exemplificativos, bem como um dos edifícios museológicos existentes, neste caso o Edifício do Museu do Neo - Realismo, por apresentar algumas características de interesse no contexto da Avaliação de Risco, nomeadamente a proximidade e exposição da água nas fundações, por se tratar de um edifício recente com espaços de reservas museológicas projetadas para tal, pelas características construtivas em betão (características estas que suscitaram algum interesse, uma vez que nem em todos os países presentes se opta por este material construtivo), pela eventual possibilidade de Terramoto, considerando o conhecimento mundial da existência do Terramoto de 1755 em Lisboa, etc.

A autora trabalhou em parceria com três profissionais da área da conservação canadianos de origem, (de nome, Kate, Marc e Kenza), e com a intervenção e aconselhamento dos investigadores e especialistas atrás mencionados. Foi feito o levantamento das características do edifício e da coleção, fez-se a pesquisa acerca de estudos desenvolvidos que demonstrassem a possibilidade da ocorrência de alguns agentes, como inundações e possibilidade de terramoto (recorrendo inclusivamente a contactos específicos de engenheiros especialistas em Portugal), verificou-se que o dano pode ocorrer no betão das fundações do edifício, principalmente pela pressão exercida pela água envolvente, desenvolveu-se a análise do risco da perda de valor recorrendo a todo o processo da escala.

Traduziram-se os ensaios e conclusões para gráficos apelativos que facilitem a comunicação e transmissão de conclusões e discutiram-se os dados e as conclusões, de forma a definir com mais rigor quais as opções tomar.



**Fig. 6** Apresentação no CCI do caso do ensaio de Gestão de Risco em VFX. Pode observar-se na projeção o edifício do Museu do Neo-Realismo, utilizado como caso de trabalho na utilização do Modelo ABC. Fotografia propriedade da autora.



**Fig. 7** Trabalho em grupo para discussão de dados e conclusões. Fotografia propriedade da autora.

## Conclusões

A aplicação do Método ABC revelou ser eficaz na determinação de prioridades na fase da tomada de opções quer sejam relativas a práticas, quer envolvam investimentos.

Não chegaram a ser desenvolvidos todos os parâmetros para uma conclusão definitiva acerca das decisões a tomar para uma maior proteção das coleções em VFX, no entanto, conseguiram-se algumas verificações, nomeadamente relativas à resistência do edifício, e materiais os que o compõem, face à eventualidade de risco.

Verificou-se, por exemplo que ao nível da sustentabilidade não estão tomadas as opções mais adequadas, por requererem um custo permanente que compromete a sustentabilidade e faz crescer o risco possível de aumento da crise financeira, como um dos agentes a ponderar entre os restantes. Por outro lado, a probabilidade de ocorrência dos riscos tratados no ensaio, permitiu prever um período de cerca de cinquenta anos durante o qual a probabilidade é baixa.

Fica a convicção, já muito habitual em todo o panorama nacional e mesmo europeu, da necessidade de maior investimento de tempo e recursos na aplicação destas metodologias. O proveito, quer ao nível da redução de custos de manutenção das condições de preservação das coleções ao serem tomadas outras opções, devidamente submetidas a esta análise, quer da aplicação de recursos que potenciem o aumento da valorização do património são inegáveis. Falta a determinação de se permitir que estas opções sejam aprofundadas por equipas afetas às suas responsabilidades. Em Vila Franca de Xira, a conservação preventiva e, mais especificamente a Gestão de Risco teve o seu verdadeiro início, e tendo em consideração o nível internacional, o apoio de um dos mais conceituados institutos internacionais, nesta matéria, o *Canadian Conservation Institute* (CCI). Apesar dos inúmeros avanços ao nível da investigação, falta ainda

uma implementação mais sistemática destas práticas, que só pode ocorrer com uma profunda mudança de mentalidades, que confiem na certeza de que a sua aplicabilidade reduzirá drasticamente muitos custos financeiros e até ecológicos, para os quais o Homem não se compadece na atualidade, para a ação na conservação do Planeta. Fica o desejo e a vontade de maior aprofundamento, mesmo a um nível de intervenção nacional no património.

## Bibliografia

- ALMEIDA, Anabela e Luís Elias Casanovas (Coord.); *Conservação preventiva: Vade mecum*. Lisboa: Instituto Português de Conservação e Restauro, 2004.
- ASHLEY-SMITH, Jonathan, *Risk assessment for object conservation*, Oxford, ButterworthHeinemann, 1999.
- A Conservação Preventiva e as Exposições Temporárias*, Actas do 1º Encontro Científico do IPCR. Lisboa. CCB, 6,7,e 8 de Junho de 2001, Lisboa, IPCR, 2003.
- Benchmarks in collection care for Museums, Archives and Libraries*, London, Resource Publications, 2002.
- BARBOZA, Kleumany de Melo, *Gestão de Riscos para Acervos Museológicos*, Belo Horizonte, Escola de Belas Artes da Universidade Federal de Minas Gerais, 2011, p. 17.
- CAMACHO, Clara (coord.) - *Temas de Museologia, Plano de Conservação Preventiva: Bases orientadoras, normas e procedimentos*. Lisboa: Instituto dos Museus e da Conservação, Novembro 2007.
- FERNÁNDEZ, Isabel Maria Garcia; *La conservación preventiva y la exposición de objetos y obras de arte*, Murcia, Editorial KR, 1999.
- CASANOVAS, Luís Enfrem Elias – *Conservação Preventiva e Preservação das Obras de Arte*. Lisboa: Edições Inapa/ Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, 2008.
- GUICHEN, Gael de – *Le climat dans les musees*. Roma: ICCROM, 1981.
- GUICHEN, Gael de. *La Conservation Préventive: un changement profond de mentalité*. Study series, Bruxelas: ICOM-CC/ ULB, v.1, n.1, 1995.
- GUILLEMARD, Denis; LAROQUE, Claude; *Manuel de conservation préventive. Gestion et controle des collections*, Paris, OCIM, 1994.
- MICHALSKY, Stefan. «A Systematic Approach to Preservation: Description and Integration With Other Museum Activities.» *In Preventive Conservation Practice, Theory and Research. Preprints of the Contributions to the Ottawa Congress*. London: International Institute for Conservation of Historic and Artistic Work, 1994, pp 8-11.
- MICHALSKI, Stefan - *As condições ambiente ideais, a gestão de riscos, um capítulo do Manual da ASHRAE — American Society of Heating and Air Conditioning Engineers, as flutuações comprovadas e por fim um modelo integrado de análise de riscos*. Ottawa: Instituto Canadano de Conservação, 2007.
- MICHALSKI, Stefan e PEDERSOLI, José Luiz Jr, *The ABC Method, A risc management approach to the perservation of cultural heritage*, Ottawa, Government of Canada, Canadian Conservation Institute, 2016.
- Museum La conservación: un desafío a la profesión*, Vol XXXIV, nº 1, Paris, UNESCO, 1982
- In PEDERSOLI Jr, José Luiz, AN TOMARCH, Catherine, MICHALSKI, Stefan, *A Guide to Risk Management of Cultural Heritage*, ICCROM, Government of Canada, Canadian Conservation Institute, 2016, p. 4
- THOMSON, Garry; *The Museum Environment*; London: Butterworth, 1986.
- WALLER, Robert. «Conservation Risk Assessment: A strategy for managing resources for preventive conservation.» *In Preventive Conservation Practice, Theory and Research. Preprints of the Contributions to the Ottawa Congress*. London: International Institute for Conservation of Historic and Artistic Work, 1994, pp 12-16.
- WALLER, Robert, *Assessing and Managing Risks to your collections*, Internacion Simposium and WorkShop on Cultural Propeti Risk Analysis, Lisboa, Faculdade de Ciencias e Tecnologia, 2011.
- WARD, Philip, *The Nature of Conservation a Race Against Time*, California, The Getty Conservation Institute, 1986.
- WEINTRAUB, Steven, *The Museum Environment: Transforming the Solution into a Problem*, [www.apsnyc.com/The%20Museum%20Environment\\_Transforming%20the%20Solution%20into%20a%20Problem\\_Steven%20Weintraub.pdf](http://www.apsnyc.com/The%20Museum%20Environment_Transforming%20the%20Solution%20into%20a%20Problem_Steven%20Weintraub.pdf)
- [www.canada.ca/en/conservation-institute/services/risk-management-heritage-collections/abc-method-risk-management-approach](http://www.canada.ca/en/conservation-institute/services/risk-management-heritage-collections/abc-method-risk-management-approach)

# Os Gessos do Museu do Neo-realismo

Ana Sofia Pereira Neves<sup>1</sup>

## RESUMO

O presente artigo tem como objetivo dar a conhecer o trabalho desenvolvido no Museu do Neo-Realismo de Vila Franca de Xira, relativamente à salvaguarda dos gessos presentes na coleção.

Foram estudados e intervencionados dois modelos em gesso, da autoria de Lagoa Henriques e Vasco Pereira da Conceição. Para uma melhor compreensão da origem destes modelos é abordado o método de criação de uma escultura. Passando-se à descrição das etapas da intervenção de cada obra.

Concluiu-se que a maioria dos danos existentes nestas obras resulta de ações mecânicas indevidas, e problemas de acondicionamento. Visto que as lacunas existentes indiciam ter origem em choques, nomeadamente no caso do Monumento a Alves Redol. As suas lacunas estão situadas nas extremidades mais pronunciadas e na base. Locais mais sujeitos a colisões. Já no caso do relevo de Vasco Conceição, acredita-se que terá sofrido um mau acondicionamento, no passado, tendo estado num ambiente húmido e em contacto com escorrências de água que levaram ao surgimento da alveolização.

Palavras-chave: **Esculturas em gesso, Restauro, Museu do Neo-Realismo, Lagoa Henriques, Vasco Pereira da Conceição.**

## 1. Introdução

O gesso resulta do esmagamento, desidratação e calcinação de um mineral. Quando sujeito a temperaturas acima dos 100°C, este mineral transforma-se num pó branco.<sup>2</sup>

Enquanto matéria - prima usada nas Artes Plásticas, remonta aos gregos e egípcios. Tendo sido menos usada durante a época Romana, regressa enquanto técnica no Renascimento, com Verrocchio a dar-lhe uso na realização de moldes.<sup>3</sup>

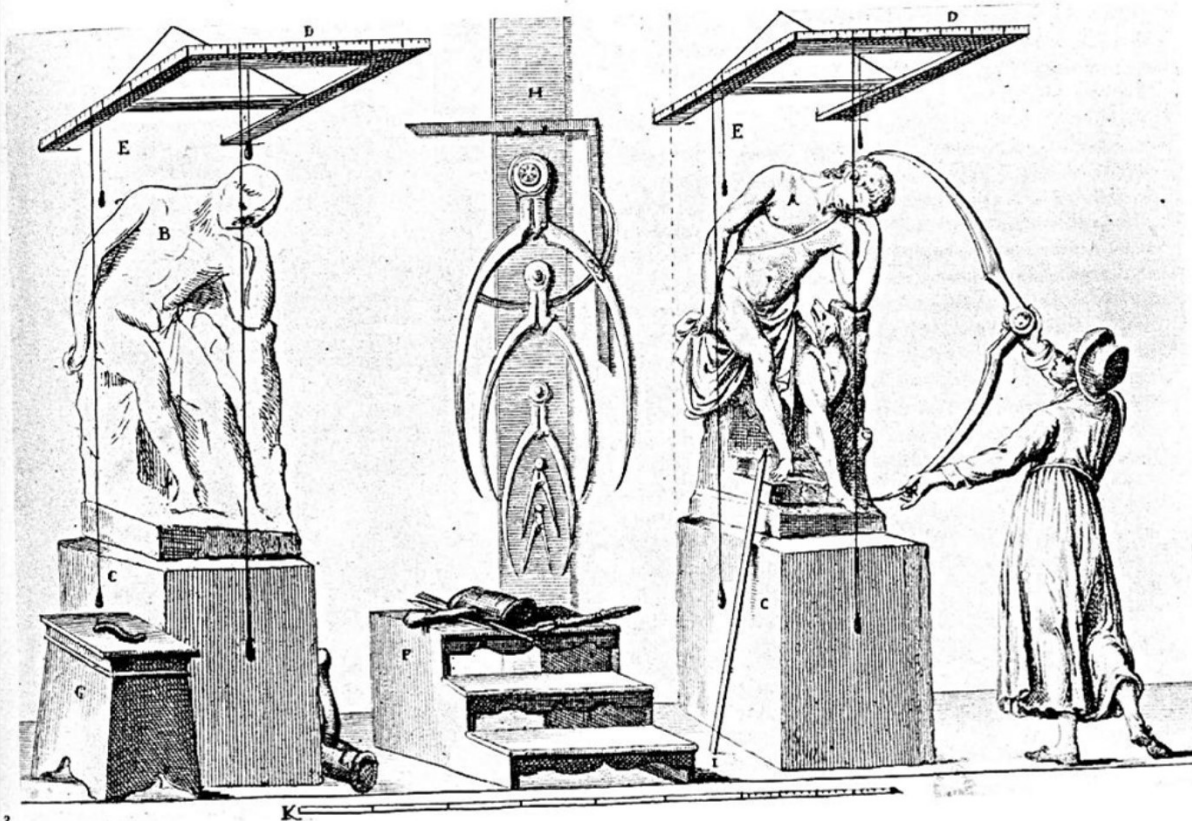
Para a escultura o gesso é um material de transição. Muito associado à realização de moldes ou modelos para a peça definitiva, que poderá ser realizada em materiais como o bronze ou mármore. Possui assim um papel secundário nas Artes Plásticas.<sup>4</sup>

<sup>1</sup> Licenciada em Escultura, Faculdade de Belas-Artes da Universidade de Lisboa; Voluntária no Museu do Neo-Realismo de Vila Franca de Xira; a.neves4@gmail.com.

<sup>2</sup> MASCARANHAS, Alexandre, *ORNATOS – Restauração e Conservação*, Rio de Janeiro, In- Fólio, 2008, p. 105.

<sup>3</sup> QUITES, Maria Regina Emery e SANTOS, Nelyane, «Esculturas Devocionais em Gesso: Técnicas e Materiais», *ECR-estudos de conservação e restauro*, N° 5, Porto, Universidade Católica Portuguesa, Citar, 2013, pp.148-165

<sup>4</sup> Ídem.



**Fig.1** Transição do modelo ao material final Fonte: BRAUDRY, Marie Thérèse, LA SCULPTURE - méthode e vocabulaire, Ed. Paris Imprimerie National,1978, p.579.

Segundo o escultor Anjos Teixeira o gesso «não é bonito e Miguel Ângelo dizia que o barro era vida, o gesso a morte, o bronze ou o mármore, a ressurreição».<sup>5</sup> Com recurso a esta frase ele sintetiza o processo técnico inerente à produção de uma escultura, no qual o gesso surge como intermediário entre o barro e o material final da obra.

Na maioria dos casos o escultor inicia o processo por esboços e desenhos em papel, passando a um esboço de pequenas dimensões em barro. Destas delineações ele passa para um estudo, por norma, à escala real da obra, realizado também ele em barro, ou outra matéria modelável. Do estudo em barro o artista fará um molde, com o qual irá produzir um modelo em gesso. O modelo será usado como guia na transição da figura à matéria final.

Com esta introdução pretende-se contextualizar o leitor para o processo que dá origem às obras que são abordadas neste artigo. Serão abordados dois modelos em gesso, de dois autores distintos, Lagoa Henriques e Vasco Pereira da Conceição, com o objetivo de se descreverem as intervenções que foram realizadas a ambos. As duas peças fazem parte do acervo do Museu do Neo-Realismo, de Vila Franca de Xira. Conjuntamente com um relevo da autoria de Maria Barreira, estas obras são os gessos de maiores dimensões que o museu acolhe.

<sup>5</sup> TEIXEIRA, Pedro Anjos, *Tecnologias da Escultura*, Sintra, Câmara Municipal de Sintra, Pelouro da Cultura, 2006 (2ª ed.), p. 51.

## 2. Intervenções

### 2.1. Monumento em Homenagem a Alves Redol, da autoria de Lagoa Henriques

A primeira intervenção realizada neste projeto foi no gesso do Monumento em Homenagem a Alves Redol. Esta escultura é da autoria do escultor António Augusto Lagoa Henriques.

O escultor Lagoa Henriques nasceu em Lisboa, em 1923. Formou-se na Escola Superior de Belas - Artes do Porto, onde viria a lecionar até 1966, data em que pediu a transferência para a Escola Superior de Belas - Artes de Lisboa, na qual dará aulas até 1988.<sup>6</sup>

Ele é detentor de uma vasta obra pública, não só a nível nacional como internacional, apresentando vários monumentos a escritores como Fernando Pessoa, no café a Brasileira no Chiado, ou Camões, em Constância.<sup>7</sup>

Na sua obra estão presentes muitos elementos naturais como pedras e rochedos.<sup>8</sup> Exemplo disso é a estátua que realizou de Alves Redol para Vila Franca de Xira, onde este surge sentado sobre pedras.

Lagoa Henriques e Alves Redol conviveram durante algum tempo na Nazaré, sendo uma escolha do escultor representar o escritor sem roupas:

«Fiz um primeiro esboço numa toalha de papel de um restaurante, com café e vinho. Sentei-o numa pedras, interrogando-se sobre a vida. Tinha a boina na cabeça, estava vestido, pus-lhe uns papéis na mão e uma caneta na outra. Quando aumentei o esboço para a escala humana eu disse para mim: não vou vestir o Redol. Fica só com a boina que é a coroa do artista.»<sup>9</sup>

Esta escultura em gesso vem para o Museu do Neo-Realismo por ocasião da *exposição Horizonte Revelado*, tendo sido integrada no acervo do museu no final da exposição.

#### 2.1.1. Características da obra

O Monumento em Homenagem a Alves Redol é feito através da técnica de fundição em gesso,<sup>10</sup> apresentando um reforço com linhados de sisal e estrutura de madeira.

A superfície da escultura apresenta algumas texturas do trabalho de modelação do barro, sendo possível ver-se pequenos pontos de adição de barro. Para além disso a superfície apresentava uma patine de barro, que resulta do contacto com o molde (Fig. 3). A escultura encontra-se assinada pelo autor com as suas iniciais: LH.

A nível do estado de conservação considerou-se como regular, uma vez que a obra apresentava algumas lacunas e necessita de intervenção.<sup>11</sup>

<sup>6</sup> PEREIRA, José Fernandes, *Dicionário de Escultura Portuguesa*, Lisboa, Editorial Caminho, 2005, pp.335-337.

<sup>7</sup> Idem.

<sup>8</sup> Ibidem.

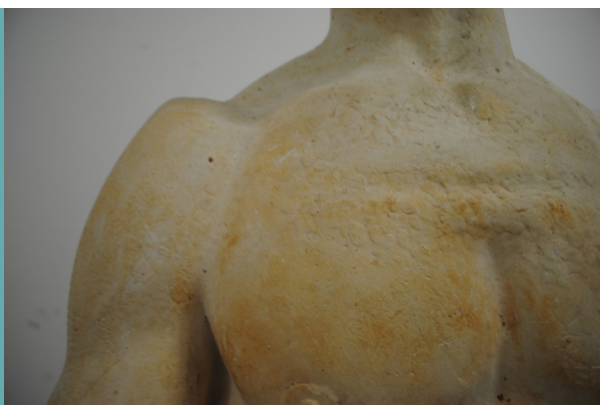
<sup>9</sup> GAMITO, Maria João (ed.), *Lagoa Henriques: eu e a minha casa*, Lisboa, Faculdade de Belas-Artes da Universidade de Lisboa e Documenta, 2016, p.238.

<sup>10</sup> PINHEIRO, Tomás Bordalo, *Manual do Formador e Estucador*. Lisboa, Bertrand, p.27





**Fig.2** Estrutura Interna. Foto: Ana Sofia Neves, 2016, Câmara Municipal de Vila Franca de Xira(CMVFX).



**Fig.3** Textura da superfície da escultura e patine de barro. Ana Sofia Neves, 2016, CMVFX.



**Fig.4** Assinatura do autor. Ana Sofia Neves, 2016, CMVFX.

As principais patologias assinaladas nesta obra foram as lacunas existentes na base, no topo da boina, no joelho esquerdo, sendo que neste caso existia parte do fragmento. São ainda de referir algumas marcas de abrasão na superfície da escultura, nomeadamente nas extremidades mais salientes da figura.

<sup>11</sup> PINHO, Elsa Garrett e FREITAS, Inês da Cunha, *Normas de Inventário – Normas Gerais – Artes Plásticas e Decorativas*, Instituto Português de Museus, 2000, p.55.



**Fig.5** Antes da Limpeza mecânica. Foto: Ana Sofia Neves,2016. CMVFX. **Fig.6** Durante a Limpeza mecânica. Foto: Ana Sofia Neves,2016. CMVFX. **Fig.7** Após a Limpeza mecânica. Foto: Ana Sofia Neves,2016. CMVFX.

A peça apresenta uma camada de poeiras finas e um conjunto de manchas negras, que sugerem ter sido feitas no manuseamento da obra, já que eram visíveis em algumas das dedadas. Para além disso existe uma mancha de escorrência na perna esquerda.

Estes danos dever-se-ão a ações mecânicas indevidas, bem como fragilidades inerentes aos materiais constituintes da obra.

### 2.1.2. Processo de Limpeza Mecânica e Química

Procedeu-se a uma limpeza de forma gradual, com vista à remoção das poeiras depositadas na superfície, mediante o uso de uma trincha de cerdas suaves (Figs. 5-7).<sup>12</sup> Deste modo remove-se apenas as poeiras mantendo-se a patine de barro, testemunho da produção da escultura. Uma vez que, «o conservador-restaurador [...] deverá limitar o tratamento ao estritamente necessário».<sup>13</sup>

Seguiu-se uma etapa de limpeza química, com recurso a acetona, para se removerem as manchas presentes (Figs. 8-11).<sup>14</sup> Nos testes realizados, a acetona demonstrou ser eficiente na remoção das duas tipologias de manchas. Este solvente foi escolhido pela sua eficácia na remoção das manchas e por ser bastante volátil, não sofrendo muita retenção no gesso, que é um material muito poroso.

### 2.1.3. Preenchimento das Lacunas e Colagem dos Fragmentos

Após o término da limpeza procedeu-se ao preenchimento lacunar e colagem dos fragmentos existentes. As lacunas foram tratadas tendo em conta as suas especificidades. E assegurando a estabilidade física da obra.

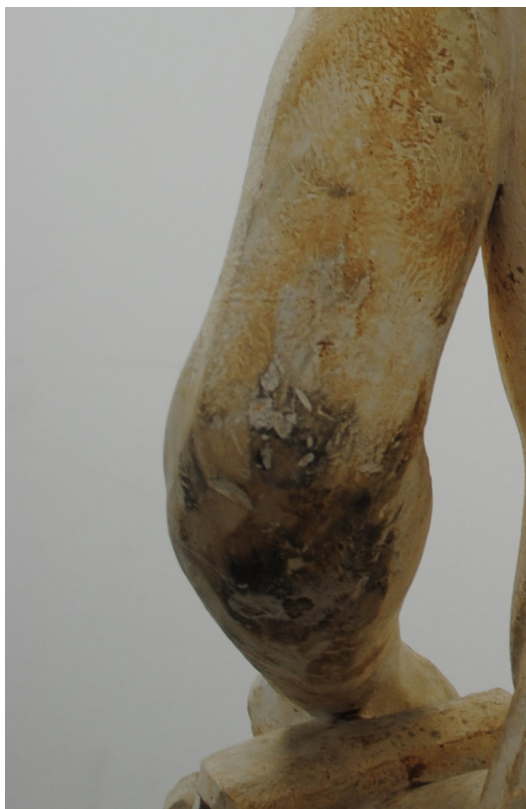
O preenchimento foi realizado com gesso, o mesmo material constituinte da escultura. Visto que as argamassas usadas no preenchimento e reintegração de lacunas deve ser compatível com o material original (Figs.12-15).<sup>15</sup>

<sup>12</sup> MASCARANHAS, Alexandre, *ORNATOS – Restauração e Conservação*, Rio de Janeiro, In- Fólio, 2008, p. 99.

<sup>13</sup> E.C.C.O. Diretrizes Profissionais, I, II e III – (II) Código de Ética (atualizado a 7 de Março de 2003) – II. Obrigações para com os Bens Culturais.

<sup>14</sup> MASCARANHAS, Alexandre, *ORNATOS – Restauração e Conservação*, Rio de Janeiro, In- Fólio, 2008, p. 100.

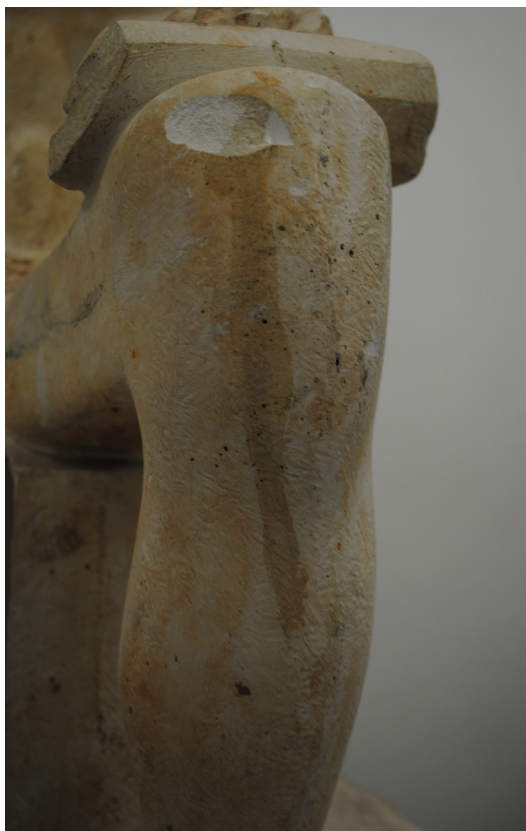
<sup>15</sup> MASCARANHAS, Alexandre, *ORNATOS – Restauração e Conservação*, Rio de Janeiro, In- Fólio, 2008, p. 105. E.C.C.O. Diretrizes Profissionais, I, II e III – (II) Código de Ética (atualizado a 7 de Março de 2003) – II. Obrigações para com os Bens Culturais.



8



9



10



11

**Fig.8** Antes da limpeza química. Foto: Ana Sofia Neves, 2016, CMVFX. **Fig.9** Após a limpeza química. Foto: Ana Sofia Neves, 2016, CMVFX. **Fig.10** Antes da limpeza química. Ana Sofia Neves, 2016, CMVFX. **Fig.11** Após a limpeza química. Ana Sofia Neves, 2016, CMVFX.



12

**Fig.12** Lacuna antes do preenchimento. Ana Sofia Neves, 2016, CMVFX.



13

**Fig.13** Lacuna depois do preenchimento. Foto: Ana Sofia Neves, 2017, CMVFX.

De modo a diferenciar o gesso aplicado nas lacunas e o original, aplicou-se uma carta abrasiva no gesso usado nos preenchimentos, para se criar uma textura diferente da presente na escultura.



14

**Fig.14** Lacuna antes do preenchimento. Foto: Ana Sofia Neves, 2016, CMVFX.



15

**Fig.15** Lacuna depois do preenchimento. Foto: Ana Sofia Neves, 2017, CMVFX.

Seguiu-se a colagem dos fragmentos, existindo duas situações, uma das quais os fragmentos se encontravam ainda presos à escultura pelos linhadros de sisal (Figs.16-17). E outra em que o pequeno fragmento se tinha se encontrava separado (Figs. 18-19).

## **2.2. Baixo- Relevo intitulado Neptuno, da autoria de Vasco Pereira da Conceição**

O escultor Vasco Pereira da Conceição nasceu no Bombarral no ano de 1914. Tendo sido casado com a escultora Maria Barreira. Vasco Conceição expôs pela primeira vez em 1930, os



16



17



18



19

**Fig.16** Antes da colagem. Foto: Ana Sofia Neves,2017, CMVFX. **Fig.17** Depois da Colagem. Foto: Ana Sofia Neves,2017, CMVFX. **Fig.18** Antes da colagem. Foto: Ana Sofia Neves, 2017, CMVFX. **Fig.19** Depois da Colagem. Foto: Ana Sofia Neves, 2017, CMVFX.

seus trabalhos de escultura.<sup>16</sup> Apesar de ter frequentado a Escola Superior de Belas - Artes do Porto, foi na Escola Superior de Belas-Artes de Lisboa que se formou no curso de Escultura. Enquanto estudante participou na Exposição do Mundo Português no ano de 1940.<sup>17</sup> Os seus trabalhos eram executados em diversos materiais, tais como, bronze, pedra e madeiras. Para

<sup>16</sup> *Escultor: Vasco Pereira da Conceição*, Bombarral, Câmara Municipal do Bombarral, 1996, p.17.

<sup>17</sup> *Idem*.

além da escultura, Vasco Conceição dedicou-se também à medalhística.<sup>18</sup> A obra intervencionada é um baixo-relevo<sup>19</sup> em gesso, que representa a figura de Neptuno. Esta figura surge na mitologia romana, visto pelos clássicos latinos como uma divindade da Humanidade.<sup>20</sup>

### 2.2.1. Características da obra

O baixo-relevo é em gesso, apresentando uma moldura em madeira.

A superfície da escultura apresenta uma textura muito suave do trabalho de modelação do barro, com detalhes muito subtis nas barbatanas dos peixes, por exemplo. Desvendando uma atenção ao pormenor, por parte do autor. A escultura encontra-se datada e assinada: «29-3-947 Vasco P Conceição.»

A nível do estado de conservação considerou-se como regular.<sup>21</sup> Fazendo-se um registo das patologias presentes, das quais se assinala a acumulação de poeiras e sujidades (Fig.21); a existência de zonas de alveolização (Fig.20) e marcas de escorrência, que indicam um continuado contacto com humidades. Para além destas é possível detetar-se intervenções anteriores na obra, que consistiram na aplicação de um gesso nas margens do relevo. Bem como detetámos uma lacuna no manto da figura na zona junto do pescoço. Esta zona do relevo apresenta também uma série de fissuras.

Estes danos dever-se-ão a ações mecânicas indevidas bem como a fragilidades inerentes aos materiais constituintes da obra.



**Fig. 20** Alveolização. Foto: Ana Sofia Neves, 2017, CMVFX. **Fig. 21** Deposição de Poeiras. Foto: Ana Sofia Neves, 2017, CMVFX.

### 2.2.2. Processo de Limpeza Mecânica e Química

Procedeu-se a uma limpeza de forma gradual, com vista a remoção das poeiras depositadas na superfície, mediante o uso de uma trincha de cerdas suaves. Numa segunda fase

<sup>18</sup> Ibidem.

<sup>19</sup> CARVALHO, Maria João Vilhena de, *Artes Plásticas - Normas de Inventário: Escultura*, Instituto Português de Museus, 2004, p.29.

<sup>20</sup> SCHMIDT, Joël (2011), *Dicionário de Mitologia Grega e Romana*, Edições 70, Lisboa, 2011, p.200.

<sup>21</sup> PINHO, Elsa Garrett e FREITAS, Inês da Cunha, – *Artes Plásticas e Decorativas – Normas de Inventário – Normas Gerais*, Instituto Português de Museus, 2000, p.55.

recorreu-se a uma borracha sem PVC de forma a extrair-se as poeiras que possuíam uma maior aderência à superfície (Figs.22-23).<sup>22</sup>



**Fig.22** Antes da Limpeza. Foto: Ana Sofia Neves,2017, CMVFX. **Fig.23** No decorrer da Limpeza Mecânica. Foto: Ana Sofia Neves,2017, CMVFX.

Seguiu-se uma etapa de limpeza química,<sup>23</sup> com recurso a acetona, de modo a remover-se a sujidade que estava presente em zonas mais recônditas do relevo. A escolha deste solvente devesse à sua eficácia na remoção das poeiras mais intrincadas na superfície e por ser bastante volátil, não sofrendo muito retenção no gesso, que é um material muito poroso.

### 2.2.3. Preenchimento das Lacunas e Consolidação

O preenchimento da lacuna foi realizado com recurso a gesso, este tratamento teve como objetivo dar uma leitura contínua ao relevo e estabilidade física da obra. Sem no entanto se recriar ou imitar a mão do artista. Juntamente ao preenchimento da lacuna realizou-se a colagem de alguns fragmentos pertencentes a esta (Fig. 24-25).



**Fig. 24** Antes da Limpeza. Foto: CMVFX. Ana Sofia Neves,2017, CMVFX. **Fig. 25** No decorrer da Limpeza Mecânica. Foto: Ana Sofia Neves,2017, CMVFX.

<sup>22</sup> MASCARANHAS, Alexandre, *ORNATOS – Restauração e Conservação*, Rio de Janeiro, In- Fólio, 2008, p. 99.

<sup>23</sup> MASCARANHAS, Alexandre, *ORNATOS – Restauração e Conservação*, Rio de Janeiro, In- Fólio, 2008, p. 100.

Para a consolidação das zonas alveolizadas usou-se massa forte, uma mistura de cal apagada<sup>24</sup> e gesso. Esta foi aplicada cuidadosamente nas zonas, de forma que ocupasse os alvéolos sem se causar danos nestas.

## Conclusões

Concluiu-se que o gesso possui um papel secundário quando visto pelas artes plásticas, contudo este é testemunho do processo de criação da escultura.

A maioria dos danos existentes nestas obras resulta de ações mecânicas indevidas, e problemas de acondicionamento. Visto que as lacunas existentes indiciam ter origem em choques, nomeadamente no caso do Monumento a Alves Redol. As suas lacunas estão situadas nas extremidades mais pronunciadas e na base. Locais mais sujeitos a colisões.

No caso do relevo de Vasco Conceição, acredita-se que terá sofrido um mau acondicionamento, no passado, tendo estado num ambiente húmido e em contacto com escorrências de água que levaram ao surgimento da alveolização.

Em suma a conservação e o restauro destes modelos leva também à preservação de uma etapa do método de produção de uma escultura.

## Referências Bibliográficas

- CARVALHO, Maria João Vilhena de, *Artes Plásticas - Normas de Inventário: Escultura*, Instituto Português de Museus, 2004.
- E.C.C.O. Diretrizes Profissionais, I, II e III – (II) Código de Ética (atualizado a 7 de Março de 2003).
- Escultor: Vasco Pereira da Conceição, [Catálogo], Bombarral, Câmara Municipal do Bombarral, 1996.
- GAMITO, Maria João (ed.), *Lagoa Henriques: Eu e a minha casa, Lisboa*, Faculdade de Belas-Artes da Universidade de Lisboa e Documenta, 2016
- MASCARANHAS, Alexandre, ORNATOS – *Restauração e Conservação*, Rio de Janeiro, In- Fólio, 2008.
- PEREIRA, José Fernandes, *Dicionário de Escultura Portuguesa*, Lisboa, Editorial Caminho, 2005.
- PINHEIRO, Tomás Bordalo, *Manual do Formador e Estucador*, Lisboa, Bertrand, (s.d.).
- PINHO, Elsa Garrett e FREITAS, Inês da Cunha, *Normas de Inventário – Normas Gerais – Artes Plásticas e Decorativas*, Instituto Português de Museus, 2000.
- QUITES, Maria Regina Emery e SANTOS, Nelyane, «Esculturas Devocionais em Gesso: Técnicas e Materiais», *ECR-estudos de conservação e restauro*, N.º 5, Porto, Universidade Católica Portuguesa, Citar, 2013.
- SCHMIDT, Joël, *Dicionário de Mitologia Grega e Romana*, Edições 70, Lisboa, 2011.
- TEIXEIRA, Pedro Anjos, *Tecnologias da Escultura*, Sintra, Câmara Municipal de Sintra, Pelouro da Cultura, 2006 (2ª ed.).

<sup>24</sup> MASCARANHAS, Alexandre, *ORNATOS – Restauração e Conservação*, Rio de Janeiro, In - Fólio, 2008, p. 104.



# Ex-Voto da Igreja Matriz de Alhandra - Estudo, Conservação e Restauro

Ana Albuquerque Antunes<sup>1</sup>

## RESUMO

O presente artigo surge no âmbito do estudo científico-analítico e da intervenção de conservação e restauro de um Ex-Voto pertencente à Igreja Matriz de São João Baptista em Alhandra. O trabalho de conservação e restauro esteve a cargo do respetivo setor de conservação e restauro do Museu Municipal de Vila Franca de Xira, cujo responsável é o Dr. João Miguel Salgado, sendo a autora deste artigo voluntária. O restauro da obra foi finalizado em março de 2017, e a mesma foi devolvida à responsabilidade do Sr. Padre Alfredo Juvantes.

Palavras-chave: Alhandra, Igreja Matriz, Restauro, Ex-Voto, Pintura Popular Votiva.

## 1. Introdução

Este artigo baseia-se no estudo de uma pintura popular votiva, Ex-Voto Marítimo pintado sobre tela, pertencente à Igreja Matriz de Alhandra.

O estudo desta obra passou por uma reflexão sobre o significado e origem dos Ex-Votos, e seu enquadramento histórico-litúrgico. No entanto, este artigo incidirá sobre a intervenção de conservação e restauro que pretendeu visar os seguintes pontos: identificação e descrição da obra, estudo científico-analítico dos materiais constituintes, diagnóstico do estado de conservação, descrição da intervenção de conservação e restauro e conservação preventiva.

As pinturas votivas consistem, habitualmente, em pinturas executadas por artistas ou artífices populares com técnicas e materiais simples. «...importa muito mais a naturalidade eficiente do relato, dirigido a uma vastíssima audiência de pares, que a exigência racionalista das soluções formais.»<sup>2</sup> Esta simplicidade, em termos de conservação e restauro, transforma-se em complexidade, pois qualquer ação que se intente sobre uma pintura deste género passa a ser um desafio. A fragilidade que pode existir tanto das técnicas e materiais usados, como do estado de conservação por vezes avaliado como muito mau, só pode ser ultrapassada com um exaustivo estudo dos materiais e das técnicas utilizadas originalmente, e com um profundo conhecimento de estratégias, métodos e materiais de intervenção.

<sup>1</sup> Mestranda em Ciências da Conservação, Restauro e Produção de Arte Contemporânea, Faculdade de Belas Artes da Universidade de Lisboa, ana.carla.antunes@gmail.com.

<sup>2</sup> ARAÚJO, Agostinho – «Dois Séculos e Meio de Íntima Ligação Luso-Brasileira». In *Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses – Estórias de dor, esperança e festa. O Brasil em Ex-Votos Portugueses (Séculos XVII-XIX)*. Novembro 1998, pp. 4-6.



**Figs. 1 e 2** Frente e verso do Ex-Voto. Foto: Ana Antunes & João Miguel Salgado, 2016 ©

A maior dificuldade do tratamento da obra em estudo surgiu na limpeza da camada de proteção, e apesar das pequenas dimensões da pintura, foi a fase de intervenção que mais tempo de trabalho despendeu. A articulação entre os tratamentos realizados e o respeito pelo original mostrou-se desafiante.

## 2. Estudo e Intervenção de Conservação e Restauro

### 2.1. Identificação e descrição da obra

**Tabela 1** Identificação da obra ilustrada na figura 1 e 2.

<b>Autor</b>	Desconhecido.
<b>Tema</b>	<i>Ex-voto</i> regional de Alhandra de cariz marítimo.
<b>Data</b>	7 de maio de 1817 (início do século XIX).
<b>Dimensões</b>	385 x 505 mm.
<b>Acondicionamento</b>	Nenhum.
<b>Moldura</b>	Não tem.
<b>Categoria</b>	Pintura.
<b>Técnica</b>	Óleo sobre tela.
<b>Assinatura</b>	Não tem.
<b>Proveniência</b>	Desconhecida.
<b>Proprietário</b>	Igreja Matriz de S. João Baptista em Alhandra.

A história da sinistralidade marítima na nossa costa, até meados do século XX, relata com maior incidência o estado do mar e a visibilidade como razões para os grandes naufrágios, num tempo em que por falta de portos artificiais os pescadores se viam em grande dificuldade para aceder aos varadouros naturais, o que está bem atestado nos dramáticos ex-votos...<sup>3</sup>

A pintura em estudo possui um formato retangular e uma composição centrada. Ao centro, representa uma embarcação tradicional do rio Tejo, com sete tripulantes aflitos no governo da embarcação, a qual navega no rio revolto, avistando-se terra no horizonte. No canto superior esquerdo representa-se Jesus Cristo crucificado, envolto numa auréola de luz e de nuvens. A característica comum neste tipo de pintura é esta separação de áreas: o sagrado, no canto superior esquerdo, e o profano no resto da composição. A entidade invocada no Ex-Voto socorre-se de um atributo associado à manifestação do sagrado, que foi sendo utilizado ao longo da história, e ao modo de o figurar em pintura: a nuvem que a envolve.<sup>4</sup>

<sup>3</sup> LEITÃO, Raul Patrício – «Reflexões sobre a Segurança Marítima». *Revista de Marinha*. Nº 988, Novembro/Dezembro 2015, pp. 60-61.

<sup>4</sup> BRITO, Joaquim Pais de – «A cama: teatro para um corpo». In *Do Gesto à Memória – Ex-Votos*. Museu da Guarda, Museu de Grão Vasco,

Na parte inferior da tela, encontra-se uma reinscrição em papel com a descrição do acontecimento, uma vez que por baixo desta existem vestígios de outra inscrição mais antiga também em papel.

Nota-se uma vivacidade das cores, imputáveis ao gosto de uma cultura popular ou à inexperiência da construção cromática, reduzida aqui, como em muitos outros «milagres», ao azul, vermelho, amarelo, preto e branco.<sup>5</sup> Tudo indica serem tintas a óleo. O modo como foram aplicadas é sem qualquer espessamento, sendo o preto a cor que se mostra mais espessa, e as pinceladas são contidas e quase fugazes, apenas com a preocupação de colorir. A pintura é realizada sobre uma camada de preparação branca e ocre. Notam-se os fracos dotes artísticos do artista, por exemplo através da rudeza do traço e da desproporção da embarcação e da tripulação. A ausência de jogos de perspetiva e volumetria, bem como a falta de virtuosismo no traço, expedem a pintura para um esquematismo simbólico.

A legenda está situada na parte inferior, ocupando apenas uma parte da largura, sendo que nos extremos laterais estão duas zonas pintadas de tons avermelhados, quase que simulando um marmoreado. Se alguém em tempos não tivesse transcrito a legenda que terá existido num papel do qual apenas restam vestígios, e apesar da transcrição não se encontrar também completamente legível, não teríamos informação nenhuma sobre a mesma. A reinscrição da legenda foi feita num papel de cor azulada, cortado e preparado, inclusive com uma aba, para ser encaixado na zona inferior, estando colado ao suporte apenas do lado direito, de modo a permitir o seu deslocamento para se visualizar a zona que fica por baixo e na qual ainda existem do lado esquerdo pequenos pedaços de um outro papel que terá contido a legenda da obra original (Fig. 3). Não é de todo comum, numa pintura votiva em tela, existir uma legenda em papel fixa ao suporte. O mais comum é a legenda ser pintada diretamente sobre o suporte, quer seja tela, quer seja tábua de madeira. Existem sim vários casos de Ex-Votos que têm a legenda escrita sobre a figuração de um pergaminho. Isto levanta algumas dúvidas sobre a pré-existência de uma legenda pintada no suporte, anterior às duas inscrições, a atual e a desaparecida, da qual apenas restam alguns vestígios. No entanto, é apenas uma suposição, uma vez que na pintura não foram encontradas pistas sobre tal hipótese, estando a superfície da tela na zona da inscrição, apenas coberta com uma camada de preparação branca.

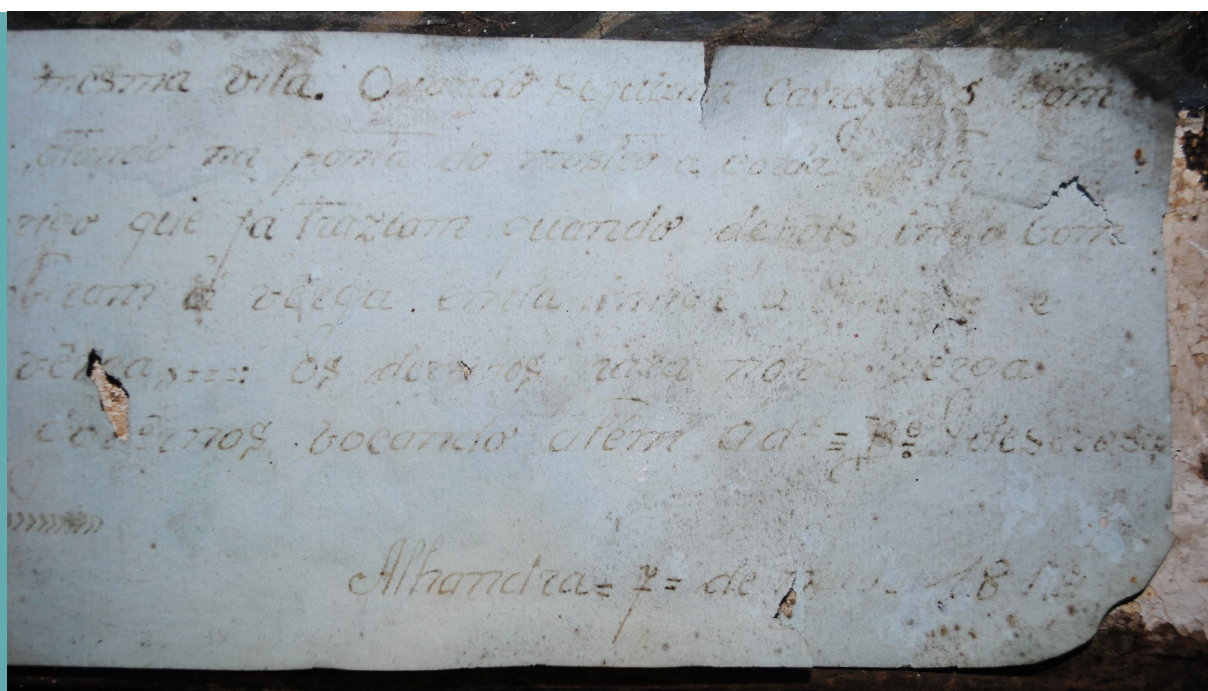
A escrita da reinscrição é em cursiva, do tipo popular, baseada na oralidade, isto é, nos fonemas próprios de uma linguagem inculta, e que por sua vez é registada por pessoas pouco letradas. O devoto começa por nomear a Senhora da Misericórdia de Alhandra, identificando-se logo de seguida, José de Souza, e apenas depois descreve o acontecimento referente a um perigo de naufrágio, com data, hora e local assinalados (ver a

---

Museu de Lamego, 1998, p.31.

<sup>5</sup> RODRIGUES, Maria da Graça; NAITO, Ricardo – «A Herança dos Milagres – Arte, Património e Cultura». Os Ex-votos no Santuário de Nossa Senhora de Balsamão. *Caderno Terras Quentes*, nº 4, 2007.





**Fig. 4** Pormenor da re-inscrição em papel azulado. Foto: Ana Antunes & João Miguel Salgado, 2016 ©.

## 2.2. Estudo científico-analítico dos materiais constituintes

O estudo científico das Obras de Arte, nomeadamente das pinturas, há muito que se vem fazendo, de forma sistemática e generalizada, com o apoio das ciências exatas. Na pintura em estudo, pretendeu-se, dentro das possibilidades e circunstâncias reais e disponíveis na altura, recorrer a critérios de rigor científico para o estudo dos materiais constituintes da obra.

O suporte do Ex-Voto é em tela constituída por fibras de algodão. Os fios são grossos, de secção irregular, e, através de lupa verificou-se a sua torção em Z. A estrutura da tecelagem é do tipo tafetá simples e a trama é aberta e irregular, tal como podemos verificar nas imagens 5 e 6. Em primeiro lugar, fez-se a observação à vista desarmada com diferentes condições de iluminação e registo fotográfico. Numa segunda fase, foi utilizado o Microscópio Ótico Digital Bresser com capacidade de ampliação entre 40x-1024x, composto por três objetivas fixas (4x, 10x, 40x) e iluminação LED. O objetivo foi confirmar o tipo de fibra da tela através de uma observação longitudinal das fibras. Para tal, fez-se a preparação da amostra e que consistiu em: separar parcialmente as fibras com um ligeiro movimento de modo a desfazer a torção; colocá-las numa lâmina de vidro com um líquido de imersão não volátil (usou-se uma gota de água), que permite uma redução de sombras, e por isso, uma melhor observação dos detalhes da amostra; colocar por cima uma lamela evitando bolhas de ar. A amostra foi colocada no microscópio e observada com a objetiva 10x. Daí resultou a imagem da figura 7, onde se identificam características típicas das fibras do algodão. Observada em microscópio, a fibra do algodão parece fita, não tem marcas transversais e apresenta convoluções com intervalos irregulares ao longo do seu comprimento, e nem sempre na mesma

direção.<sup>6</sup> No entanto, quando a fibra está morta, as torções são inteiramente ausentes, as paredes celulares são extremamente finas e o lúmen (canal central) fecha-se, daí se assemelharem a fitas achatadas levemente torcidas.<sup>7</sup>

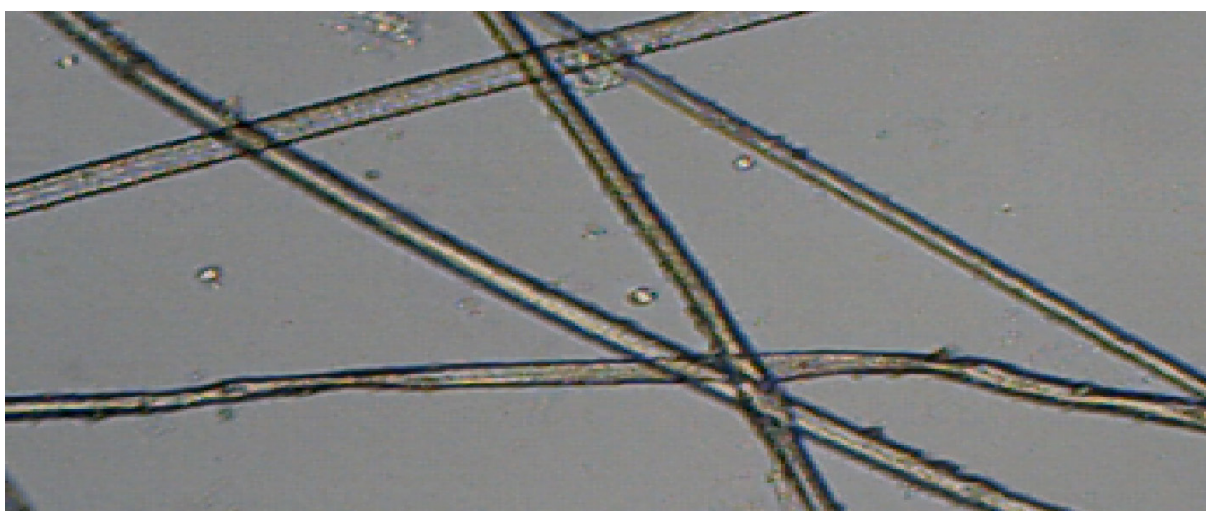
A camada pictórica do Ex-Voto em estudo, é composta pela camada de preparação, camada cromática e camada de proteção. Através de Microscopia Ótica Digital foi analisada uma amostra da camada pictórica que se soltou da zona azul representando o rio, junto ao limite lateral direito da pintura, de forma a se ver a sua estratigrafia. O equipamento usado foi o mesmo referido anteriormente, mas aqui foi usada a lente de aumento 4x. A amostra utilizada destacou-se do suporte, contendo assim todas as camadas pictóri-



5



6

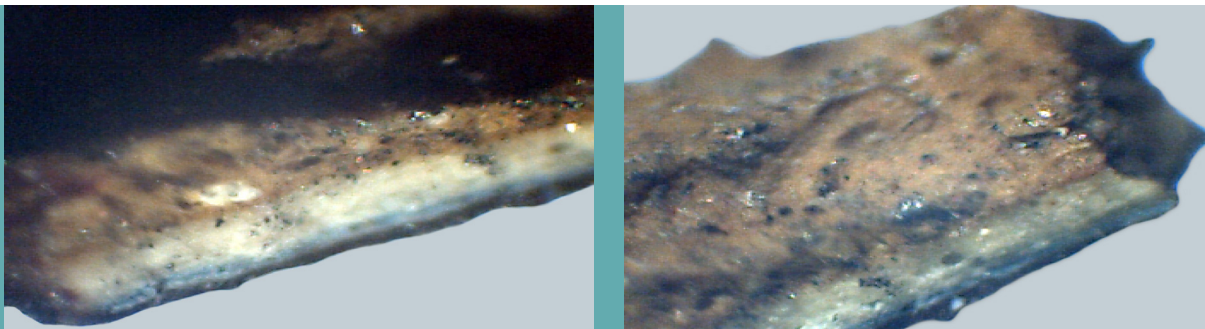


7

**Fig. 5** A trama da tela no verso da obra. Foto: Foto: Ana Antunes, 2016 ©. **Fig.6** A trama da tela nos bordos do tecido onde não tem qualquer tipo de tinta ou adesivo. Foto: Ana Antunes, 2016 ©. **Fig.7** Microscopia ótica digital de uma amostra das fibras da tela. Foto: Ana Antunes, 2016 ©.

<sup>6</sup> CAMPO, Gema; BAGAN, Ruth; ORIOLS, Núria – *Identificació de fibres. Suports tèxtils de pintures*. Barcelona: Generalitat de Catalunya, Departament de Cultura, 2009, p.21.

<sup>7</sup> ALMANAQUE DO CAMPO. Website sobre produção agropecuária. Disponível em <http://www.almanaquedocampo.com.br/imagens/files/fibras-celulosicas%20juta.pdf> [16 junho 2016].



**Figs. 8 e 9** Microscopia ótica digital de uma amostra da camada pictórica. Foto: Ana Antunes, 2016 ©.

cas. Não foi necessário fazer nenhum tipo de preparação da amostra, tendo simplesmente sido colocada sobre uma lâmina de vidro, e com auxílio de instrumentos pontiagudos foi posta para que se vissem as diferentes camadas de que é formada. Foram obtidas as imagens 8 e 9.

A camada de preparação, na realidade, são duas camadas, tal como se verifica nas figuras 8 e 9. Sobre o suporte foi aplicada uma camada espessa com textura irregular de cor ocre. Uma vez que o suporte de tela apresenta a trama aberta, poderá ter sido uma forma de criar uma superfície de trabalho mais estanque, sendo que há um trespasse desta camada para o verso da tela, onde se apresenta espalhada de forma pouco homogénea, como se pode ver na figura 2. Por cima da camada ocre, foi aplicada outra de cor branca, que é visível na zona da inscrição, como podemos ver na figura 3. Este sistema de dupla camada de preparação surge com as preparações coradas que começaram a ser utilizadas no século XVI em substituição das preparações de cor branca, as únicas até então usadas. No entanto, no século XVI, e mesmo ainda na primeira metade do século seguinte, por regra as preparações coradas eram usadas apenas sobre tela.<sup>8</sup> Os ocres têm sido abundantemente empregues nas pinturas de todas as épocas. No entanto, talvez se possa destacar o seu uso na pintura mural romana e medieval e, sobretudo, na pintura de cavalete dos séculos XVII e XVIII. Nesta, além da cor predominante de muitas obras se dever aos ocres, especialmente ao ocre castanho, sucede que frequentemente o seu uso não se limita as camadas de tinta visíveis a superfície, mas começa na camada de preparação aplicada sobre o suporte de tela ou madeira. Com efeito, o recurso a preparações coradas é uma das características da pintura dos séculos XVII e XVIII por oposição as preparações de cor branca preferencialmente usadas quer antes quer depois e os ocres amarelos, castanhos ou vermelhos geralmente são os seus constituintes principais.<sup>9</sup> Foi retirada uma amostra da zona da inscrição, que continha as duas camadas ocre e branca. Esta amostra

<sup>8</sup> SOUSA, Maria João; CRUZ, António João – «Materiais e técnica do painel representando a Visitação executado para o Retábulo da Capela de Santa Isabel (Porto) pelo pintor Maneirista Diogo Teixeira». In Universidade Católica Portuguesa – *CITAR – Estudos de Conservação e Restauro*. N.º4, 2012, p.218.

<sup>9</sup> CRUZ, António João – «Os pigmentos naturais utilizados em pintura», in Alexandra Soveral Dias, António Estêvão Candeias (org.), *Pigmentos e Corantes Naturais. Entre as artes e as ciências*, Évora, Universidade de Évora, 2007, p.18.



foi analisada em Espectroscopia Raman, no Laboratório de Física Atômica e Molecular da FCT-UNL, com a orientação da Dra. Marta Manso. Nesta análise foram detetados os seguintes pigmentos: branco de chumbo, calcite, hematite, e negro de carvão. Na tabela 2 apresentam-se os espetros Raman obtidos em cada ponto de análise da amostra. Os espetros obtidos foram comparados com bases de dados<sup>10</sup> de Raman, de forma a se identificarem os pigmentos através dos números de onda das bandas. A camada de preparação será então constituída por calcite e por branco de chumbo. A cor ocre poderá ter sido obtida eventualmente com a mistura de algum corante.

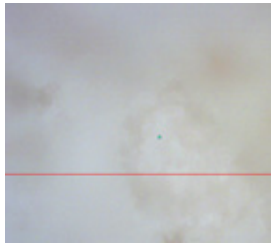


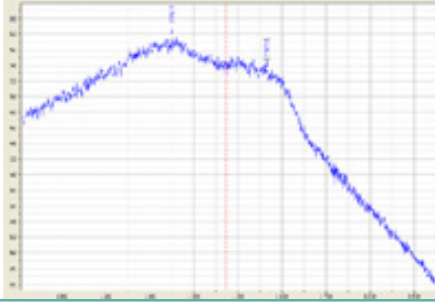
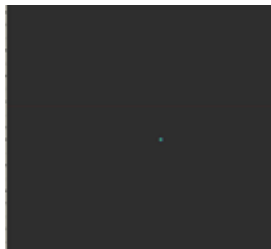
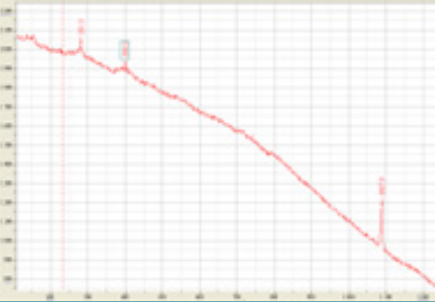
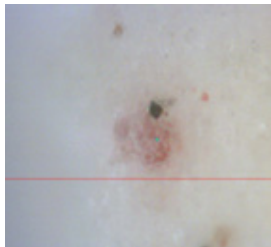
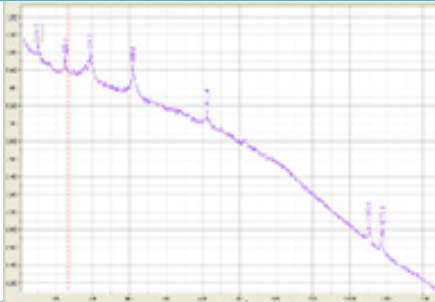
À vista desarmada, ao nível da camada de preparação, vê-se uma linha delimitadora da área de pintura, que terá sido desenhada eventualmente para restringir a área de trabalho.



**Fig. 10** Contorno que delimita a área da pintura. Foto: Ana Antunes, 2016 ©.

<sup>10</sup> BELL, Ian M.; CLARK, Robin J.H.; GIBBS, Peter J. – Raman spectroscopic library of natural and synthetic pigments (pre- 1850 AD). *Spectrochimica Acta Part A* 53 (1997). BURGIO, Lucia; CLARK, Robin J.H. – Library of FT-Raman spectra of pigments, minerals, pigment media and varnishes, and supplement to existing library of Raman spectra of pigments with visible excitation. *Spectrochimica Acta Part A* 57 (2001).

**Tabela 2** Pigmentos detetados em amostra da camada de preparação por Espectroscopia Raman

Pigmentos detetados	Composição	Números de onda (cm <sup>-1</sup> ) das bandas
	Ponto de análise na amostra	Espectro analisado
Branco de Chumbo (Lead White)	Basic lead(II) carbonate 2PbCO <sub>3</sub> ·Pb(OH) <sub>2</sub>	665 vw; 687 vw; 829 vw; 1050 vs
		
Negro de Carvão (Ivory Black)	Carbon	961 m; 1325 vs(br); 1580 vs(br)
		
Calcita (Chalk - Calcite)	Calcium carbonate, CaCO <sub>3</sub>	157 vw; 282 vw; 1088 vs
		
Hematita (Haematite)	Fe <sub>2</sub> O <sub>3</sub>	224 s; 243 w; 290 s; 299 s(sh); 408 m; 495 w; 609 w
		

A camada cromática é extremamente fina, estende-se por toda a superfície da tela, com exceção da zona inferior correspondente à inscrição. Sabemos ser constituída por pigmentos como o branco de chumbo, negro de carvão e hematite. Não foi feita nenhuma análise à camada cromática, mas na Espectroscopia Raman da camada de preparação, foram dete-

tados vestígios destes pigmentos. O branco de chumbo, que é o mais frequente pigmento da história da pintura de cavalete, tradicionalmente obtido por exposição de lâminas de chumbo a vapores de vinagre, é um pigmento que traz consigo as impurezas do chumbo utilizado na sua preparação, a abundância das quais, por sua vez, está relacionada com a proveniência do minério e os processos metalúrgicos utilizados na sua redução.<sup>11</sup> A hematite é um óxido de ferro natural que pode ocorrer nos três principais tipos de rochas (ígneas, sedimentares e metamórficas), sendo frequente em sedimentos que tomam a cor avermelhada. Este mineral de ferro pode ter cores diversas, desde preta, cinzenta de aço a vermelha acastanhada; quando reduzido a pó apresenta cor vermelha ferruginosa. Em contraste com a goethite, a hematite foi produzida artificialmente pelo menos desde a Idade Média, a partir da calcinação de sulfato ferroso.<sup>12</sup> Os Ocreos ou óxidos de ferro correspondem essencialmente a materiais muito estáveis quimicamente, baratos e de fácil obtenção, de natureza argilosa cuja cor é devida a alguns minerais de ferro como a goethite e a hematite.<sup>13</sup> O negro de carvão é conhecido já desde a antiguidade, constituído essencialmente por carbono, é preparado por calcinação de madeira, portanto através de uma reação de decomposição.<sup>14</sup>

Verifica-se a presença de uma camada de proteção sobre a superfície cromática, fina e com algum brilho, mas aplicado de uma forma pouco homogénea. Supõe-se ser uma resina natural (goma-laca) aplicada a pincel.

A reinscrição da legenda da pintura foi feita, tal como já foi referido, num papel de cor azulada, não identificado nem datado, com dimensões 91 x 405 mm. O papel foi examinado em contraluz, e com a orientação da Dra. Leonor Loureiro (especializada em conservação e restauro de documentos gráficos), verificou-se que se trata de um papel avergoado, conhecido por ser um papel que em contraluz apresenta uma pauta de linhas paralelas. Notam-se bem os pontusais e as vergaturas. Tudo indica ser um papel de fabrico manual, embora já não evidencie os limites naturais do mesmo, não se podendo, desta forma, retirar certezas. Tem duas marcas de água (marca – mais elaborada e contramarca – menos elaborada) (ou filigranas) das quais só se conseguem vislumbrar cerca de 30% ou menos da zona inferior das letras. No esquema da figura 11, a imagem da reinscrição foi rodada 180°, para se fazer a comparação com a marca de água representada em cima.<sup>15</sup> Na zona inferior do lado esquerdo da inscrição (neste caso, do lado direito porque a inscrição foi rodada 180°), surge uma parte de uma marca de água, de forma arredondada, que corresponde à palavra “Tho-

<sup>11</sup> CRUZ, António João – *A matéria de que é feita a cor. Os pigmentos utilizados em pintura e a sua identificação e caracterização*. 2008. Disponível em <http://5cidade.files.wordpress.com/2008/04/a-materia-de-que-e-feita-a-cor.pdf> [17 junho 2016]

<sup>12</sup> CATARINO, Lídea; GIL, Francisco P.S.C. – «Pigmentos de origem mineral: caso de estudo dos revestimentos do Centro Histórico de Coimbra». In *Proveniência de materiais geológicos: abordagens sobre o Quaternário de Portugal* / edição e coordenação Pedro Dinis, Alberto Gomes, Sérgio Monteiro Rodrigues. Coimbra: APEQ, 2014, p.227-241.

<sup>13</sup> MOREIRA, Rita Macedo - *Conservação e restauro da Crucificação da Igreja de Miragaia: as telas de rolo nos retábulos portugueses*. Dissertação de Mestrado em «Conservação e Restauro de Bens Culturais – Pintura» apresentada na Escola das Artes da Universidade Católica Portuguesa. Porto, 2012, p.41.

<sup>14</sup> CRUZ, António João - Os pigmentos naturais utilizados em pintura, in Alexandra Soveral Dias, António Estêvão Candeias (org.), *Pigmentos e Corantes Naturais. Entre as artes e as ciências*, Évora, Universidade de Évora, 2007, p.8.

<sup>15</sup> Imagem da marca de água de Papel Almoço, da Fábrica de Papel de Porto de Cavaleiros em Tomar, retirada do website oficial do Museu do Papel, disponível em <http://www.museudopapel.org/pagina,16,17.aspx> [18 junho 2016].

mar” (sendo que o “T” e o “R” não se encontram contemplados). Da letra “H” apenas se vê uma pequena ponta, que pode fazer toda a diferença em termos de datação deste papel. Temos de ter em conta que a reforma ortográfica de 1911, alterou o nome da cidade de “Thomar” para “Tomar”. Isto significa que a ponta da letra pode ser de um “H” ou de um “T”. No entanto, caso a marca de água tivesse sido alterada de modo a conter a nova grafia “Tomar” em vez de “Thomar”, faria todo o sentido ter sido feito um novo enquadramento da palavra em relação ao brasão da cidade de Tomar, de modo a anular desequilíbrios na imagem. Uma vez que tal não parece ter sido feito e existe um encaixe perfeito do modelo de marca de água do papel Almaco com o papel da inscrição do Ex-Voto, significa que será a palavra “Thomar” a contemplada no mesmo. Desta forma, podemos concluir que o papel azulado da inscrição será anterior à data de 1911, e posterior a 1845, pois é a data que existe registada da possível fundação da fábrica de papel de Porto de Cavaleiros.

Adquirida por António Joaquim de Araújo, em 1880, que se associou a Marino Pereira da Costa, em 1882, constituindo a firma Marino de Araújo & C<sup>a</sup> e que inaugurou a 8 de Março do mesmo ano. Porém no processo de licenciamento relativo a esta fábrica o Inquérito Industrial de 24.05.1955 refere que terá sido fundada «aproximadamente em 1845».<sup>16</sup>

A outra marca, na zona inferior do lado direito da inscrição (na imagem, uma vez que foi rodada, apresenta-se do lado esquerdo), é da Fábrica de Papel de Porto de Cavaleiros em Tomar (costuma aparecer em sigla “P. Cav.os”), sendo que apenas se consegue ver cerca de 20% da sigla. É, portanto, um papel de fabrico nacional, chamado de papel Almaco e era do melhor fabricado na altura. Concluimos deste exame ao papel, que de facto, tal como se pensava, se trata de uma reinscrição, pois é de certeza posterior a 1817, data provável da inscrição original.



**Fig. 11** Papel azulado da reinscrição visto em contraluz, e imagem da marca de água do papel Almaco da Fábrica de Papel de Porto de Cavaleiros em Tomar. Foto: Ana Antunes, 2016 ©.

<sup>16</sup> CARREIRA, Maria de São Luis da Silva – *Marcas de Água*. Dissertação de mestrado em Ciências da Documentação e da Informação Arquivística, 2012, p.56.



**Fig. 12.** Fragmento do papel da inscrição original. Foto: Ana Antunes, 2016 ©.

Do papel original da inscrição apenas restam alguns fragmentos do lado esquerdo da zona inferior da pintura, por baixo do papel Almageo. Desses fragmentos, consegue-se perceber que a inscrição original estava escrita com um pigmento preto, e que tinha um enquadramento, uma espécie de moldura desenhada com linhas pretas lisas.

A grade que suporta a tela parece ser a original, pois há indícios que a camada ocre de preparação tenha sido aplicada com a tela já engradada. É de casquinha (pinho nórdico), madeira do tipo resinosa. Tem formato retangular e as suas dimensões são 378 x 503 mm. As travessas têm de largura 43 mm e de espessura 14 mm. É uma grade do



**Figs. 13, 14 e 15** Grade e tipo de samblagem. Foto: Ana Antunes, 2016 ©.



**Fig. 16** Elementos metálicos que fixam a tela à grade. Ana Antunes, 2016 ©.

tipo fixa, não tem cunhas e as travessas são coladas nos ângulos. O encaixe é rebaixado à meia madeira com talão numa das travessas. A tela foi fixa à grade com elementos metálicos.

### 2.3. Diagnóstico do estado de conservação

Muitos dos pequenos quadros de devoção existentes encontram-se em muito mau estado, ao ponto de se terem tornado quase irreconhecíveis, com legendas indecifráveis, ou mesmo desaparecidas. Tal acontece por causa do excesso de luminosidade que as descorou; da humidade que desencadeou e favoreceu o desenvolvimento de fungos; das variações da temperatura, que fizeram estalar as pinturas e conseqüente desprendimento de partículas de variado tamanho; da oxidação do verniz utilizado, frequentemente aplicado sem o cuidado de previamente remover a sujidade que, por esse facto, se entranhou na camada cromática; dos estragos, muitas vezes irremediáveis, provocados pelo caruncho; simplesmente do descuido humano, mau manuseamento e falta de experiência, ou mesmo de intervenções anteriores mal sucedidas, entre outras razões. Mas principalmente, pelo facto de os Ex-Votos serem considerados apenas uma forma expressiva da religiosidade popular, e não uma forma expressiva artística, causou ao longo dos séculos uma discriminação em relação a estes «quadrinhos». Sempre foram vistos como quadros sem mérito e toscamente pintados. Inclusive, muitos párocos e reitores de igreja «limparam» os templos dos ditos estorvos, que só serviam para armazenar pó e alimentar insetos. A falta de interesse em preservar estas obras terá sido provavelmente a principal causa de degradação das pinturas votivas.

O Ex-Voto marítimo em estudo, de certa forma também sofre ainda deste tipo de discriminação, uma vez que não consegue competir, por um lugar de prestígio, com pinturas de artistas reconhecidos. Resta-lhe uma parede numa pequena sala de arrumos, com as condições existentes e não as escolhidas para a sua preservação. Mas as condições climatéricas do lugar onde se encontrava guardada a pintura, favoreceram o aumento de tensões internas na grade que suporta a pintura, por sucessivas dilatações e contrações da madeira, devido a absorção e perdas de humidade mais ou menos bruscas. Estas variações causam micro-fissuração da camada de proteção e cromática, provocando perda de flexibilidade e consequente pulverulência. Tratam-se de processos lentos que vão acontecendo ao longo dos séculos. O desenvolvimento de microrganismos também foi favorecido por causa da concentração de humidades.

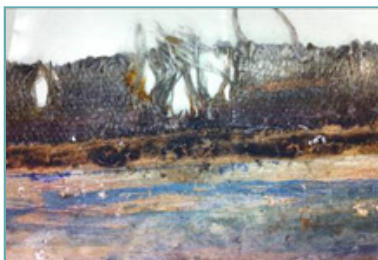
De seguida é apresentada uma tabela com as patologias principais, intervenções anteriores e estado de conservação do Ex-Voto marítimo que se apresentava em muito mau estado, apresentando problemas em toda a sua estrutura. A obra apresentava danos químicos/físicos de exposição a condições ambientais como a luz e humidade, algum decréscimo na estabilidade dos materiais constituintes, envelhecimento, sinais de mau manuseamento, intervenções anteriores menos felizes, falta de coesão dos estratos com o suporte, alguns sinais de ataques biológicos. A análise foi efetuada essencialmente a partir da observação a olho nu com auxílio de lupa e fotografias com luz rasante.

**Tabela 3** Principais patologias e estado de conservação do Ex-Voto Marítimo

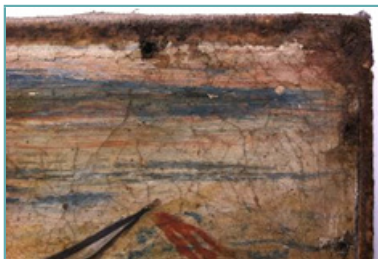
IMAGEM	DESCRIÇÃO
	<p>Elementos metálicos que fixam a tela à grade estão oxidados e quebradiços.</p>
	<p>Sujidades, poeiras e microorganismos na tela.</p>
	<p>Oxidação das fibras pelo contacto com os elementos metálicos e lacunas consequentes. A oxidação também afeta a camada cromática.</p>



Falta de fixação à grade.



Bordas da tela com lacunas do suporte.



Sete orifícios ao longo dos extremos da pintura causados por sistema de má fixação.



A tela encontra-se com várias deformações, bem visíveis através de fotografias com luz rasante. Devem-se a falta de tensão, impactos, e a intervenções anteriores mal sucedidas.



Intervenção anterior com colocação de massa rígida na zona central da pintura onde existe uma rutura do suporte com muito pouca perda de fios, e perda de camada pictórica.



No verso da tela vê-se uma mancha escura horizontal e as manchas ocre da camada de preparação. Ao centro, a mancha esbranquiçada é da intervenção referida anteriormente.



A pintura apresenta muitas lacunas da camada pictórica originadas por diversos fatores. A coesão entre os estratos da camada pictórica é, apesar de tudo, ainda razoável.





A camada de preparação encontra-se a desagregar-se, estando num estado pulverulento, principalmente na área da inscrição.



Presença de gretas/fissuras (craquelure) em formato linear em quase toda a superfície da tela e em formato radial pontualmente.



Envelhecimento e descoloração geral dos pigmentos devido a agentes físicos como a luz. Julga-se que a tela teria um perfil ainda antes de ser aplicada a camada de preparação branca.



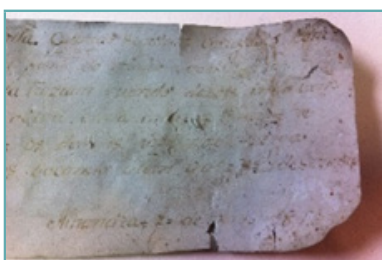
Existem intervenções anteriores, vários repintes pela superfície cromática, em zonas de lacuna da camada cromática e de preparação branca.



Nota-se uma película em geral fina mas pouco homogénea de verniz amarelecido com sujidades concrecionadas (excrementos de insetos, poeiras agregadas, manchas de gordura).



Da inscrição original sobra apenas um fragmento e outros muito pequenos colados à camada de preparação branca. O papel encontra-se muito fragilizado.



A reinscrição é também uma intervenção anterior. Encontra-se deteriorada com rasgões, lacunas, excrementos de insetos, poeiras, deformações. A legenda está indecifrável em algumas zonas.



A grade apresenta um ligeiro ataque de insetos xilófagos, atualmente inativos. Apresenta poeiras e manchas variadas. É do tipo fixa portanto não permite a adaptação das tensões da tela à mesma.

## 2.4. Intervenção de conservação e restauro

De acordo com a teoria e ética da conservação e restauro, existem três premissas que o conservador/restaurador tem que respeitar sempre, sob pena de pôr em causa a integridade da obra a intervir. São elas a Autenticidade – as obras de arte existem no espaço e situam-se no tempo, que inevitavelmente destrói o estado original da sua criação; Compatibilidade – o uso de novos materiais requer conhecimento das suas propriedades físicas e também das do objeto a restaurar; Reversibilidade – possível remoção do trabalho efetuado e dos materiais empregues, no sentido de retornar à situação antes do restauro, a original. Desta forma, a intervenção a efetuar na obra pretende seguir o princípio da intervenção mínima, conservar o máximo de elementos originais, só adicionar produtos ou materiais estritamente necessários e cujas características físico-químicas não prejudiquem a integridade da peça original, conservar as intervenções anteriores que não prejudiquem a obra e que não alterem a sua interpretação histórica e estética, estabilizar a estrutura físico-química da obra, promover a preservação da obra, aplicar técnicas e materiais reversíveis, respeitar o carácter histórico da obra e assumir a responsabilidade pelo trabalho efetuado.

O trabalho de restauro efetuado no Ex-Voto marítimo, foi realizado no laboratório de conservação e restauro do Museu Municipal de Vila Franca de Xira, entidade responsável pela recuperação deste trabalho, e situado na Quinta Municipal de Nossa Senhora da Piedade, na Póvoa de Santa Iria. A autora deste artigo, participou como voluntária do Museu e dinamizadora deste projeto, sob a orientação do responsável dos Serviços de Conservação e Restauro do Museu Municipal de Vila Franca de Xira, Dr. João Miguel Salgado. O restauro do Ex-Voto pertencente à Igreja Matriz de Alhandra, insere-se no programa do Museu de recuperação do património religioso do concelho de Vila Franca de Xira.

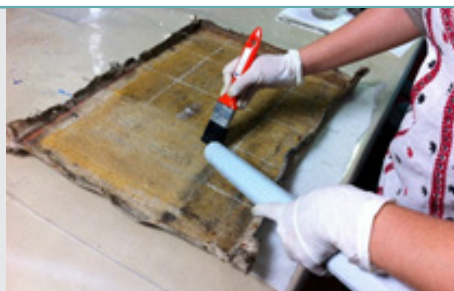
De seguida apresentam-se os tratamentos efetuados. Não se pretende aqui uma descrição muito pormenorizada, pelo que serão apresentados por ordem de execução e em formato de tabela (tabela 4) com uma imagem exemplificativa de cada fase de tratamento.

**Tabela 4** As diferentes fases de tratamento para o restauro do Ex-Voto

FASE DE TRATAMENTO	IMAGEM
1. Remoção do papel da reinscrição	
2. Higienização do papel	
3. Observação do papel em contra-luz	
4. Limpeza do verso do papel	
5. Planificação do papel	
6. Humidificação do papel da inscrição original	

<p>7. Remoção do papel da inscrição original</p>	
<p>8. Observação dos fragmentos à vista desarmada e em Microscópio Ótico Digital</p>	
<p>9. Planificação dos fragmentos do papel original</p>	
<p>10. Aplicação de adesivo na superfície cromática</p>	
<p>11. Facing Aplicação de papel japonês</p>	
<p>12. Desengradamento Remoção de tachas e pregos</p>	

13. Limpeza mecânica do verso do suporte



14. Humidificação dos bordos do suporte



15. Aplicação de calor e peso para a planificação



16. Durante o processo de limpeza e planificação



17. Abertura de janela no facing



18. Remoção de intervenção anterior



19. Fotografia com luz transmitida



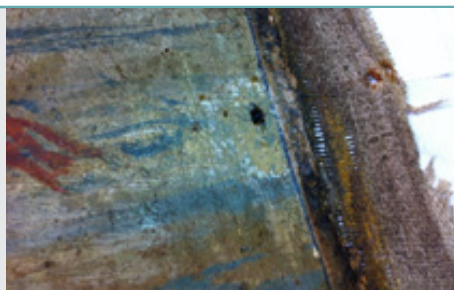
20. Fotografia com luz transmitida da rutura central



21. Remoção do facing



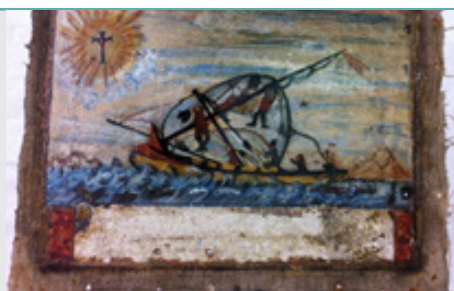
22. Testes de solventes para limpeza química



23. Testes de solventes/ limpeza química



24. Limpeza finalizada



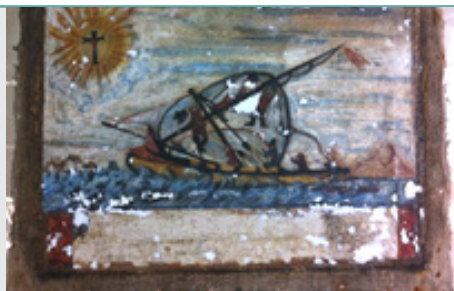
25. Aplicação de reforços no verso do suporte



26. Aplicação de enxertos em lacunas do suporte nos bordos da pintura



27. Aplicação de massas de preenchimento



28. Engradamento com nova grade



29. Reintegração cromática



30. Aplicação de verniz



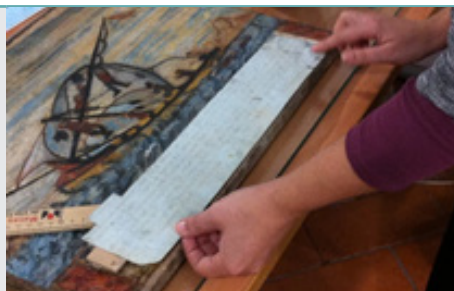
31. Preparação de cola de amido de arroz



32. Colagem dos fragmentos da inscrição original



33. Colagem da inscrição em papel azulado



34. Colocação de perfil de proteção



**Figs. 17 e 18** O Ex-Voto Antes e Depois do Restauro. Foto: Ana Antunes & João Miguel Salgado, 2017 ©



## Conclusões

O objetivo deste trabalho passou por estudar e recuperar uma obra que se inclui num tipo de pintura importante para o conhecimento dos costumes antigos, e descrever todo o processo de recuperação da mesma. Pelo valor patrimonial que os Ex-Votos simbolizam diz respeito a todos nós acarinharmos a sua existência e assegurar a sua longevidade.

Todas as intervenções realizadas tentaram reger-se pelos princípios deontológicos da conservação e restauro – intervenção mínima, reversibilidade, compatibilidade e reconhecimento. A característica particular desta obra, tem a ver com a preservação das inscrições em papel, pouco comum em Ex-Votos pictóricos. A original, da qual apenas restam pequenos pedaços de papel e que se encontram muito fragilizados, e a reinscrição, que deve continuar a acompanhar a obra, fazendo parte do trabalho do conservador-restaurador arranjar o sistema mais adequado para que tal aconteça.

A grande problemática até aqui encontrada na recuperação desta pintura, foi a remoção do verniz. A sua aplicação não é homogénea e a policromia é composta em algumas zonas por camadas muito finas e fugazes de tinta, quase como velaturas, e torna-se um trabalho muito delicado conseguir não ofender tais camadas. A pintura não foi feita por camadas sucessivas de tinta, mas quase sempre apenas por uma camada e, na maioria das vezes, de fina espessura. Desta forma, a manutenção do equilíbrio, para que a expurgação não atinja senão o que é necessário atingir, é um trabalho complexo e minucioso. Exige conhecimentos especiais e uma grande segurança, que se conseguem com muita prática.

Os métodos de exame e análise são essenciais para identificarmos o melhor possível a composição dos materiais que constituem a obra. É este conhecimento que ajuda a seguirmos o melhor caminho no restauro da peça.

Não é por os Ex-Votos serem considerados obras ingénuas e simples, que a recuperação e restauro das mesmas seja dotado de simplicidade. As técnicas e materiais de trabalho empregues em trabalhos «ingénuos» como os Ex-Votos, não podem ser chamados simples. A simplicidade é amiga da perfeição, e os Ex-Votos não são perfeitos na sua execução. A falta de disciplina e de conhecimentos específicos dos materiais e técnicas que a grande maioria dos «artistas» de Ex-Votos tinha, levou a que obras como a que está em estudo neste artigo, chegassem aos nossos dias completamente degradadas. A fragilidade da obra, as camadas de tinta subtis, o verniz ou vernizes usados, a má qualidade dos materiais de origem usados, os sucessivos retoques e «arranjos» que foram sendo feitos ao longo do tempo, o desrespeito pela pintura votiva, a falta de cuidado e desinteresse de que foi alvo, dificultam a recuperação da mesma. A história da sua conservação, tornou-a num desafio muito maior, em termos de reabilitação, do que

obras dos grandes Mestres de pintura que sempre foram mais valorizadas, e por isso, mais resguardadas, para além de serem mais perfeitas na sua execução, e por isso, a meu ver, mais simples.

Após a intervenção de conservação curativa e restauro, a obra volta ao proprietário que é a Igreja Matriz de Alhandra, e a dificuldade nesse momento prende-se à necessidade de um bom acondicionamento, onde as questões de segurança do espaço, de monitorização do ambiente e controlo de infestações devem ser levantadas e refletidas.

## Referências Bibliográficas

- [1] ARAÚJO, Agostinho – «Dois Séculos e Meio de Íntima Ligação Luso-Brasileira». In Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses – *Estórias de dor, esperança e festa. O Brasil em Ex-Votos Portugueses (Séculos XVII-XIX)*. Novembro 1998, pp. 4-6.
- [2] LEITÃO, Raul Patrício – «Reflexões sobre a Segurança Marítima». *Revista de Marinha*. Nº988, Novembro/Dezembro 2015, pp. 60-61.
- [3] BRITO, Joaquim Pais de – «A cama: teatro para um corpo». In *Do Gesto à Memória – Ex-Votos*. Museu da Guarda, Museu de Grão Vasco, Museu de Lamego, 1998, p.31.
- [4] RODRIGUES, Maria da Graça; NAITO, Ricardo – «A Herança dos Milagres – Arte, Património e Cultura. Os Ex-votos no Santuário de Nossa Senhora de Balsamão». *Caderno Terras Quentes*, nº 4, 2007.
- [5] CAMPO, Gema; BAGAN, Ruth; ORIOLS, Núria – *Identificació de fibres. Suports tèxtils de pintures*. Barcelona: Generalitat de Catalunya, Departament de Cultura, 2009, p.21.
- [6] ALMANAQUE DO CAMPO. Website sobre produção agropecuária. Disponível em <http://www.almanaque-docampo.com.br/imagens/files/fibras-celulosicas%20juta.pdf> [16 junho 2016].
- [7] SOUSA, Maria João; CRUZ, António João – «Materiais e técnica do painel representando a Visitação executado para o Retábulo da Capela de Santa Isabel (Porto) pelo pintor Maneirista Diogo Teixeira». In Universidade Católica Portuguesa – CITAR – *Estudos de Conservação e Restauro*. Nº 4, 2012, p.218.
- [8] CRUZ, António João – «Os pigmentos naturais utilizados em pintura», in Alexandra Soveral Dias, António Estêvão Candeias (org.), *Pigmentos e Corantes Naturais. Entre as artes e as ciências*, Évora, Universidade de Évora, 2007, p.18.
- [9] BELL, Ian M.; CLARK, Robin J.H.; GIBBS, Peter J. – «Raman spectroscopic library of natural and synthetic pigments (pre- 1850 AD)». *Spectrochimica Acta Part A* 53 (1997).
- [10] BURGIO, Lucia; CLARK, Robin J.H. – Library of FT-Raman spectra of pigments, minerals, pigment media and varnishes, and supplement to existing library of Raman spectra of pigments with visible excitation. *Spectrochimica Acta Part A* 57 (2001).
- [11] CRUZ, António João – A matéria de que é feita a cor. Os pigmentos utilizados em pintura e a sua identificação e caracterização. 2008. Disponível em <http://5cidade.files.wordpress.com/2008/04/a-materia-de-que-e-feita-a-cor.pdf> [17 junho 2016]
- [12] CATARINO, Lídea; GIL, Francisco P.S.C. – «Pigmentos de origem mineral: caso de estudo dos revestimentos do Centro Histórico de Coimbra». In *Proveniência de materiais geológicos: abordagens sobre o Quaternário de Portugal* / edição e coordenação Pedro Dinis, Alberto Gomes, Sérgio Monteiro Rodrigues. Coimbra: APEQ, 2014, p.227-241.
- [13] MOREIRA, Rita Macedo – *Conservação e restauro da Crucificação da Igreja de Miragaia: as telas de rolo nos retábulos portugueses*. Dissertação de Mestrado em «Conservação e Restauro de Bens Culturais – Pintura» apresentada na Escola das Artes da Universidade Católica Portuguesa. Porto, 2012, p.41.
- [14] CRUZ, António João – «Os pigmentos naturais utilizados em pintura», in Alexandra Soveral Dias, António Estêvão Candeias (org.), *Pigmentos e Corantes Naturais. Entre as artes e as ciências*, Évora, Universidade de Évora, 2007, p.8.
- [15] MUSEU DO PAPEL. Website oficial do Museu do Papel, disponível em <http://www.museudopapel.org/pagina,16,17.aspx> [18 junho 2016].
- [16] CARREIRA, Maria de São Luis da Silva – *Marcas de Água*. Dissertação de mestrado em Ciências da Documentação e da Informação Arquivística, 2012, p.56.



## 2. HISTÓRIA DE MULHERES

# A Madrinha Joana e Madre Ana Maria José do Coração de Jesus - Mulheres que marcaram a História de Alverca no seu tempo

Alfredo Marujo \*

## RESUMO

Memória biográfica de duas Senhoras ligadas à História de Alverca. D. Joana Correia Antunes da Cunha, mais conhecida por *Madrinha Joana* e Madre Ana Maria José do Coração de Jesus. Embora em graus diferentes, ambas estiveram vinculadas à Ordem Carmelita. A primeira distinguiu-se pela sua bondade, dedicação e auxílio às famílias, principalmente as mais carenciadas; a segunda alcançou notoriedade pelas suas virtudes e elevadas funções de Madre Superiora no Real Mosteiro do Sagrado Coração de Jesus, adossado à Basílica da Estrela.

Em justa evocação das Mulheres da nossa História Local, este trabalho procura não deixar no esquecimento estas figuras singulares que pelos seus méritos são, a todos os títulos, dignas de honrosa e inolvidável memória.

Palavras-chave: **Memória, Dedicção, Solidariedade, Integridade, Despojamento.**

## Introdução

No âmbito da temática sobre a mulher que o Museu Municipal – Núcleo de Alverca tem vindo a promover, venho falar-vos de duas mulheres de Alverca.

A primeira, não sendo filha da terra pelo nascimento, para cá se transferiu definitivamente e por aqui viveu e serviu no amor e na solidariedade, até à morte; a segunda, sendo natural desta freguesia, por cá viveu a primeira parte da sua vida, mas depois partiu... partiu pela senda da sua vocação e deu entrada num convento. Uma viveu no séc. XIX e XX; a outra, no séc. XVIII e XIX.

Numa terra como Alverca que na sua história teve uma forte ligação à Ordem Carmelita através do já desaparecido Convento de S. Romão, será bom lembrar que estas duas mulheres de que vos vou falar, estiveram vinculadas, embora em graus diferentes, à Ordem Carmelita. Em graus diferentes, porque uma pertenceu à Irmandade de Nossa Senhora do Carmo, da Paróquia de S. José e a outra à Ordem das Carmelitas Descalças, qualquer delas na Cidade de Lisboa. Já faleceram há muitos... muitos anos... e, daí, pela falta de memória que temos das coisas grandes, pelo menos assim

\*Colaborador da Paróquia de Alverca, na área do Património Cultural e do Arquivo Histórico.

o referiu em 1707 o célebre Frei Agostinho de Santa Maria, e parece-me que ele tinha alguma razão, a memória destas duas Senhoras está quase apagada entre nós... Será, pois, oportuno recordá-las. Falo-vos da Senhora D. Joana Correia Antunes da Cunha, mais conhecida por *Madrinha Joana*, já vos direi porquê e da Madre Priora Soror Ana Maria José do Coração de Jesus. Embora vivendo em épocas diferentes, com percursos e locais diferentes, elas são, uma e outra, mulheres que no seu quotidiano marcaram as gerações que as conheceram e, assim, acabaram por marcar também a história de Alverca, no seu tempo.



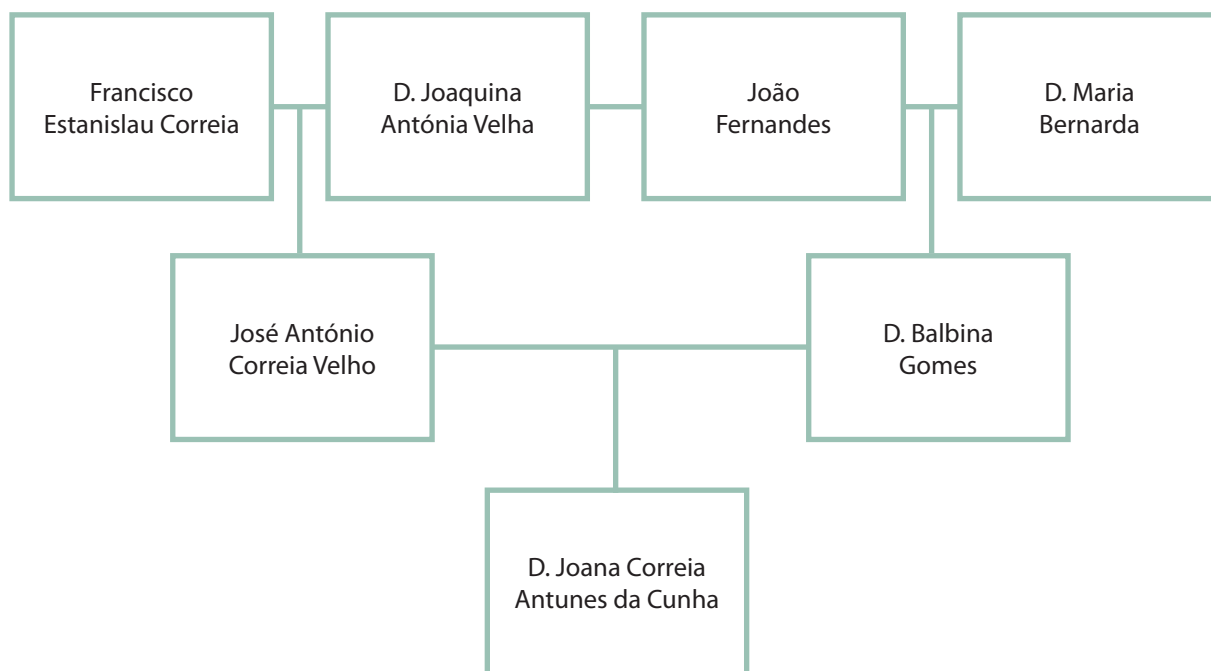
**Fig.1** D. Joana aos 52 anos. Foto. Arquivo Particular.

## 1. A Madrinha Joana

### **Quem foi a Madrinha Joana?**

De nome completo Joana Correia Antunes da Cunha, mais conhecida por *Madrinha Joana* ou *Senhora D. Joana*, ela foi, na sua essência, uma Senhora bondosa que aos 41 anos veio viver para Alverca, na Quinta da Pastoria<sup>1</sup> e por cá ficou fazendo o bem, até morrer.

<sup>1</sup> MARUJO, Alfredo, *A Madrinha Joana*, Museu Municipal de VFX – (Texto policopiado), Núcleo de Alverca, 2007, pág.21.



**Fig.2** Genealogia de D. Joana.

Nascida a 22 de Maio de 1887 na pequena vila raiana de Segura, concelho de Idanha-a-Nova,<sup>2</sup> era filha de José António Correia Velho, natural de Escalhão, concelho de Figueira de Castelo Rodrigo e de Balbina Gomes, natural de Malpartida, concelho de Almeida.<sup>3</sup> Seu pai era empregado da Alfândega.<sup>4</sup>

Daí, ter descido com sua esposa até Segura, para exercer a profissão naquela vila fronteiriça, onde uma velha ponte romana sobre o Rio Erges, estabelece a ligação entre Portugal e Espanha.

Sete dias após o nascimento recebeu o batismo na Igreja Paroquial de Nossa Senhora da Conceição de Segura,<sup>5</sup> e o sacerdote que a batizou naquela velha pia batismal talhada há séculos no rude granito da serra, foi o Padre Manuel António Torres que assinou o registo de batismo juntamente com o padrinho, Luiz de Souza Christão.<sup>6</sup> Se de sua madrinha, Joana Durão, recebeu o nome,<sup>7</sup> do apelido do padrinho, parece ter recebido o desígnio de manifestar depois, ao longo da vida, a essência do que é realmente ser cristão e que tão bem soube traduzir por palavras e por obras

Ali, nas alturas da serra que durante séculos serviu de atalaia natural sobre o Rio Erges para defesa do nosso território,<sup>8</sup> a D. Joana viveu a infância e adolescência na quietude daquela paisagem indescritivelmente bela.

<sup>2</sup> A.D.C.B., Registos Paroquiais, Livro de Batismos de Segura, Reg. Nº. 15, 1887.

<sup>3</sup> Idem.

<sup>4</sup> Ibidem.

<sup>5</sup> Idem.

<sup>6</sup> Ibidem.

<sup>7</sup> Idem.

<sup>8</sup> *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, Vol. XXVIII, Editorial Enciclopédia, Ld.ª., 1978, pág. 104 e 105.



**Figs.3, 4, 5** Fotos da Vila de Segura  
[www.facebook.com/Segura-Aldeia-Raiana](http://www.facebook.com/Segura-Aldeia-Raiana)





**Fig. 6** D. Joana e sua Família. Foto: Coleção Particular (Autor desconhecido).

Quem ama a terra onde um dia nasceu e as belezas que contém, sejam elas naturais ou não, quer sejam as vertentes das serras arborizadas ou mesmo áridas e pedregosas, os campos cultivados ou simplesmente revestidos de plantas silvestres; as fontes de água puríssima, as veneráveis igrejas ou as velhas muralhas, as gentes com as suas tradições e a sua história, jamais se poderá dissociar de tudo isso que constitui as suas origens e discretamente passa a fazer parte de si mesmo, para sempre. Foi o que aconteceu com a D. Joana.<sup>9</sup>

Enquanto esteve em Segura, ela viveu intensamente todas essas experiências no seio da sua família e reteve-as depois, durante a vida, não como reminiscências de um passado já longínquo, mas de uma realidade plena que acabou por moldar a sua personalidade, de modo a amar tudo e todos,<sup>10</sup> aquilo a que talvez pudéssemos designar pela universalidade do amor.

Os tempos, porém, eram difíceis. Associado a esse facto estará o fenómeno migratório ocorrido nos finais do século XIX, princípios do XX.<sup>11</sup>

<sup>9</sup> N.A.- É grande, com efeito, toda a beleza de Segura, desde a natureza, os monumentos, a sua vetusta História e as gentes com as suas tradições.

<sup>10</sup> N.A. - De facto, toda a vida de D. Joana foi um paradigma de amor.

<sup>11</sup> CASTRO, Armando de, «Tensões e Modificações Económico-Sociais (1890-1910)», in SARAIVA, José Hermano, *História de Portugal*, Publicações Alfa, Vol.6, 1983, pág.237.

Muitas pessoas deixavam as suas terras e partiam para outros destinos, à procura de melhores condições de vida.<sup>12</sup> O mesmo aconteceu com a Senhora D. Joana que um dia deixou Segura, com destino a Lisboa.<sup>13</sup>

Uma vez chegada à Capital, arranjou trabalho como *criada de servir*,<sup>14</sup> assim se dizia naquele tempo. Não lhe teria sido fácil a mudança. Habituada à paz de Segura, viu-se rapidamente envolvida pelo bulício de uma grande cidade, então mergulhada na profunda agitação político-social que ensombrou todo o reinado do Rei D. Carlos e mesmo depois do Regicídio e do curto reinado do último Rei de Portugal, se prolongou pelos sucessivos Governos da Primeira República.<sup>15</sup>

A tudo isso a Senhora D. Joana assistiu em Lisboa, enquanto procurava realizar dedicadamente o seu trabalho de servir, não se deixando seduzir pelos facilitismos e tantas futilidades que a cidade oferece a quem nela «cai» desprotegido. Deixou Segura e a família, mas manteve-se fiel aos princípios que nelas recebera.

Entretanto, casara com o Sr. António Júlio Antunes,<sup>16</sup> conhecido pelo *Pastoria* que embora residente em Lisboa, era natural de Vialonga.<sup>17</sup>

Durante os anos que viveu em Lisboa, a Senhora D. Joana conheceu muita gente, fez imensos amigos e privou com pessoas de todas as classes, algumas mesmo da aristocracia e da nobreza da Cidade, com as quais trabalhava em várias ações sociais.<sup>18</sup>

Possuindo o seu marido uma quinta em Alverca, conhecida por Quinta da Pastoria, no ano de 1928 nela fixaram residência, mantendo, no entanto, a casa de Lisboa,<sup>19</sup> onde frequentemente se deslocava.

Uma vez chegados, logo D. Joana estabeleceu uma relação de grande empatia e amizade com vizinhos e com toda a gente em seu redor, como se de uma verdadeira família se tratasse.<sup>20</sup> Conheceu muita gente; tomou conhecimento das mais variadas necessidades locais e vendo que havia muito por fazer, iniciou, em articulação com o Pároco, uma importante ação de solidariedade, sobretudo em ordem aos que mais precisavam. Esse Sacerdote com quem muito colaborou era o Padre João Castilho, Pároco de Alverca entre 1922 e 1948,<sup>21</sup> sendo também simultaneamente Pároco de

---

<sup>12</sup> Idem.

<sup>13</sup> Transmissão oral da própria, ao signatário.

<sup>14</sup> Idem.

<sup>15</sup> REIS, António, *A Primeira República*, in SARAIVA, José Hermano, História de Portugal, Publicações Alfa, Vol. 6, 1983, pág. 117 e seguintes.

<sup>16</sup> N.A. - Ainda não foi possível encontrar o respetivo registo.

<sup>17</sup> O Sr. António Júlio Antunes era filho de uma velha família, conhecida em Vialonga desde o séc. XVI. Cf. MARUJO, Alfredo, *O Senhor da Pastoria, Museu Municipal de VFX* (Texto policopiado) – Núcleo de Alverca, 2007, pág. 6.

<sup>18</sup> N.A. - Transmissão oral da própria, ao signatário.

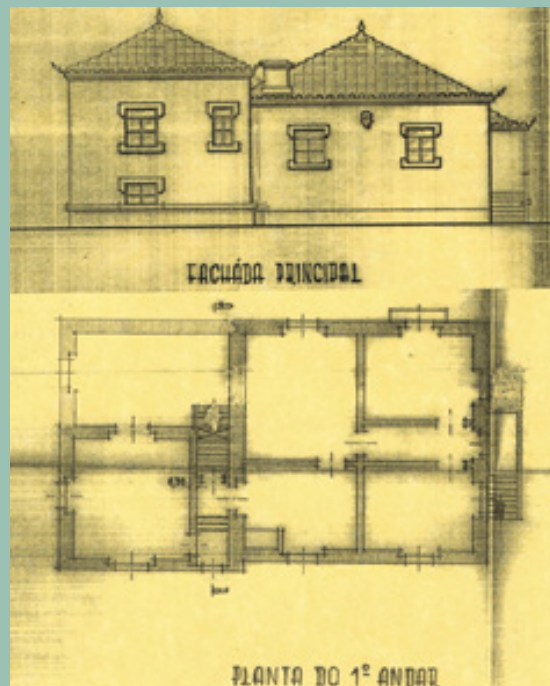
<sup>19</sup> A D. Joana e seu marido transferiram-se para a Qt<sup>a</sup>. Da Pastoria após a morte do Sr. António Júlio Antunes Júnior, enteado de D. Joana, morte que ocorreu em 1927. Cf. MARUJO, Alfredo, *A Madrinha Joana*, (Texto policopiado) Museu Municipal de VFX – Núcleo de Alverca, 2007, pág. 21; A sua residência em Lisboa era na Rua de Entre Campos, n.º. 26 – 3º Andar.

<sup>20</sup> N.A. - Tradição Oral.

<sup>21</sup> MARUJO, Alfredo, *Paróquia de S. Pedro de Alverca – Elementos para a sua História*, Ed. Paróquia de S. Pedro de Alverca, 1999, pp.82 e 83.



**Fig. 7** Vista da Verdelha de Baixo vendo-se ao fundo a Quinta da Pastoria Coleção Particular (Autor desconhecido).



**Fig. 8** Planta da respetiva casa. AHCMVFX.



**Fig. 9** D. Joana com o seu 2º marido. Coleção Particular (Autor desconhecido).

Camarate, Sacavém, S. João da Talha, Santa Iria, Vialonga, Calhandriz, S. João dos Montes e Alhandra.<sup>22</sup>

Durante esses anos providenciou o batismo de dezenas de crianças e adultos, sendo dos mesmos madrinha.<sup>23</sup> Daí, passar a ser muito conhecida na região por *Madrinha Joana*. Dos filhos que nunca teve, Deus compensou-a, assim, com tantos afilhados que eram verdadeiramente filhos do seu coração.

No ano de 1933 ficou viúva. Tinha 46 anos.<sup>24</sup> Grande parte dos bens que recebeu como herança, destinou-os à ação caritativa com que na sua bondade costumava socorrer as pessoas mais carenciadas. Tinha, com efeito, um coração solidário, sempre disposto a ajudar... a fazer o bem<sup>25</sup> ...

No ano de 1938 contraiu segundo matrimónio com o Sr. João David Gomes da Cunha.<sup>26</sup>

Pela sua grande devoção ao Sagrado Coração de Jesus, ofereceu no ano de 1953 a imagem do Coração de Jesus que ainda hoje se venera na Igreja de S. Pedro de Alverca<sup>27</sup>

<sup>22</sup> Idem.

<sup>23</sup> ACPSPA, Registos Paroquiais, Livros de Batismos, 1930/1954.

<sup>24</sup> 3ª CRCL, Reg. Casamento, nº.154, 1938.

<sup>25</sup> N.A. - Esses predicados da Srª. D. Joana eram de todos conhecidos e ainda hoje muitas vezes recordados pelas pessoas que a conheceram.

<sup>26</sup> 3ª CRCL, Reg. Casamento, nº.154, 1938.

<sup>27</sup> N.A. - Aquando da oferta da Imagem do Sagrado Coração de Jesus, foi realizada na Paróquia de Alverca, em 23 de Outubro de 1953, uma festa comemorativa que incluiu uma procissão com a nova Imagem, tendo sido distribuída nessa ocasião, uma pagela a todos os participantes.



**Fig. 10** Altar do Sagrado Coração de Jesus, imagem oferecida por D. Joana. Coleção Particular (Autor desconhecido).

**Fig. 11** Procissão em Alverca. Coleção Particular.23-10-1953. (Autor desconhecido).





**Fig. 12** D. Joana nos anos 50 séc. XX. Foto cedida por João Henrique Mocho Lagarto.

e muitas das festas que ao longo dos anos se realizaram na Paróquia só foram possíveis devido às suas generosas ofertas.<sup>28</sup>

Considerando que a educação era um meio importantíssimo e necessário ao desenvolvimento e sabendo que as crianças do Lugar da Verdelha se deslocavam a pé e com sacrifício para as escolas de Alverca, sujeitas a perigos de várias ordens, decidiu doar uma considerável parcela de terreno da sua Quinta da Pastoria para a construção de uma escola<sup>29</sup> que só foi construída depois da sua morte, ocorrida a 3 de Fevereiro de 1973. Tinha 85 anos.<sup>30</sup>

Mortalhada com as vestes Carmelitas a cuja Irmandade pertencia,<sup>31</sup> o seu corpo foi repousar na sepultura nº. 903 do Cemitério de S. Sebastião, em Alverca.<sup>32</sup>

Da sua evocação, fica-nos o exemplo de uma vida de dedicação e entrega ao próximo, sem exceção, e de particular solidariedade, sobretudo nos momentos mais difíceis. Foi, a todos os títulos, uma Senhora singular que em vida sempre mereceu o

<sup>28</sup> N.A. - A D. Joana sempre foi uma Senhora muito esmoler, tanto para as despesas da Igreja como para os mais necessitados.

<sup>29</sup> N.A. - Destinou para esse fim uma zona ao fundo da Quinta, encostada ao Aduar da EPAL que ao tempo era toda ocupada por grande quantidade de antigas nespereiras.

<sup>30</sup> CRCVFX, Reg. Óbito nº. 64, 1973.

<sup>31</sup> N.A.- A Srª. D. Joana pertencia à Irmandade de Nossa Senhora do Monte do Carmo, sediada na Igreja de S. José dos Carpinteiros, em Lisboa.

<sup>32</sup> JFA, Livro de Inumações feitas no Cemitério de S. Sebastião, 1973.

respeito e admiração de quantos a conheceram, sendo verdadeiramente justo que lhe perpetuemos a memória.

## 2. Madre Ana Maria José do Coração de Jesus

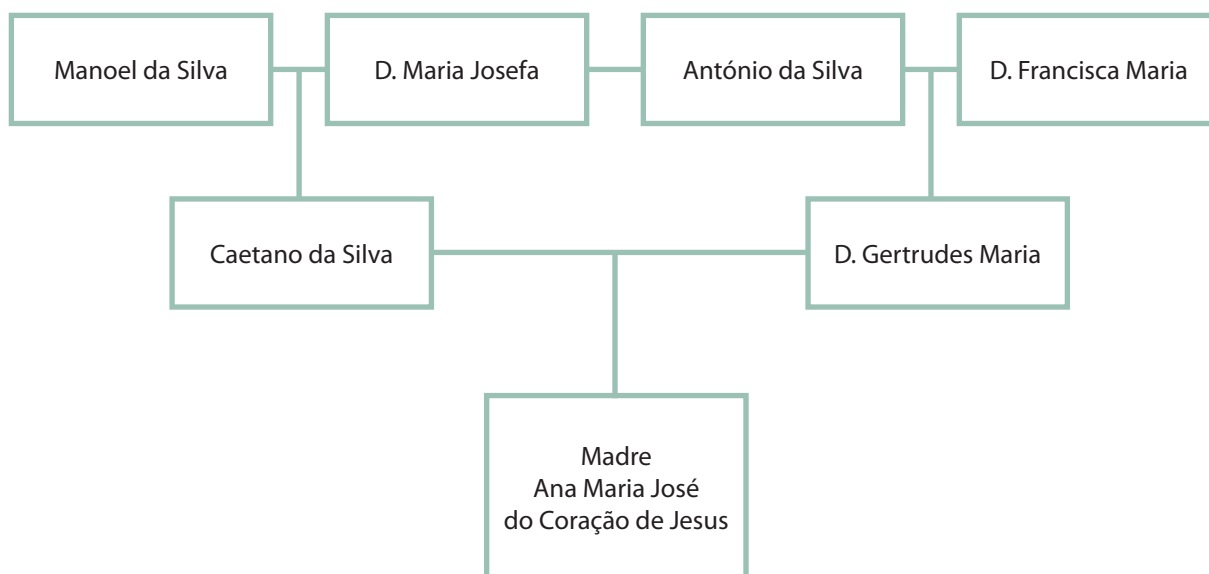
Pertencente à Ordem das Carmelitas Descalças,<sup>33</sup> a Madre Ana Maria José do Coração de Jesus nasceu em Alverca, no antigo Lugar da Ponte, no dia 31 de Janeiro de 1780.<sup>34</sup>

Era filha de Caetano da Silva, natural de Santa Catarina da Azóia, pertencente ao Bispado de Leiria e de D. Gertrudes Maria, natural de Alhandra.<sup>35</sup>

Seus avós paternos, Manoel da Silva e D. Maria Josefa, eram naturais da freguesia de Parceiros, também do mesmo Bispado de Leiria, enquanto os seus avós maternos, António da Silva Pinto e D. Francisca Maria, eram naturais de Alhandra.<sup>36</sup>



**Fig. 13** Retrato imaginário da Madre Priorosa Ana Maria José do Coração de Jesus \*



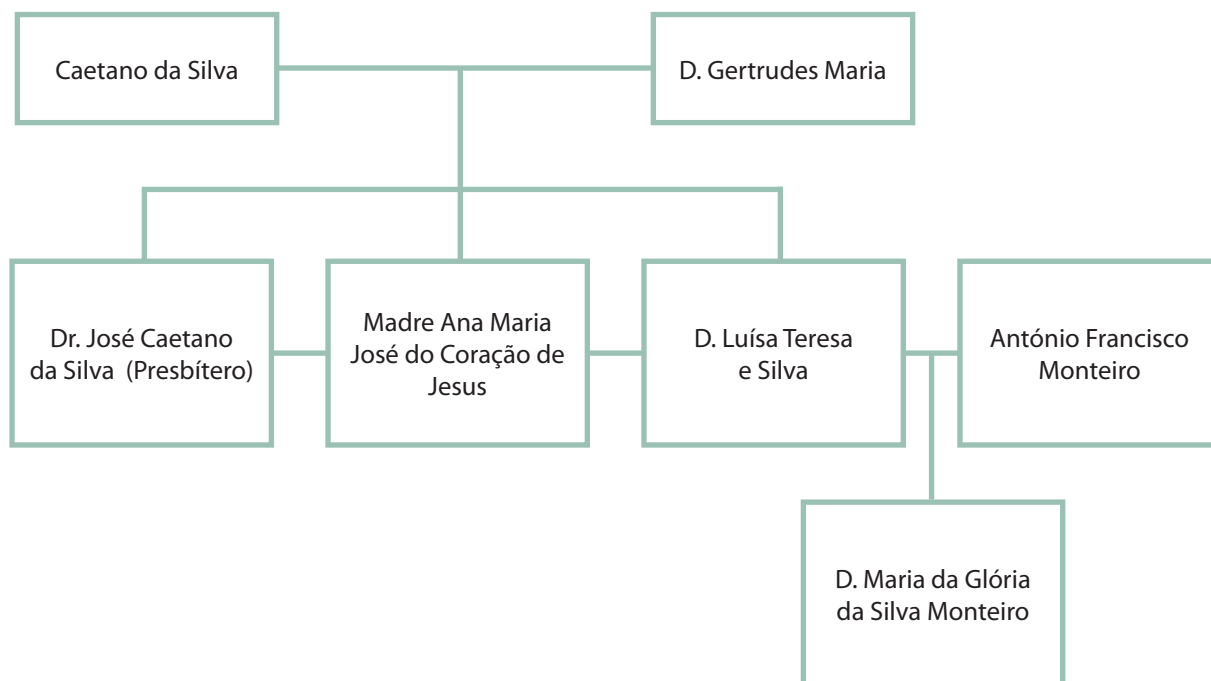
<sup>33</sup> \*N.A. - Não se conseguindo, até agora, encontrar alguma pintura da época onde esta Religiosa possa estar retratada, recorreu-se a uma figura carmelita cuja representação iconográfica foi proposadamente levada à impercetibilidade, a fim de nos apresentar uma imagem longínqua, como longínqua é já entre nós a sua memória.

AMARAL, João José Miguel Ferreira da Silva, *Ofertas Históricas Relativas à Povoação de Vila Franca de Xira para Instrução dos Vinhedouros*, II Volume, Edições do Museu Municipal de VFX, n.º.4, pág.129.

<sup>34</sup> ANTT, Registos Paroquiais – Alverca, Livro de Batismos, 1780.

<sup>35</sup> Idem.

<sup>36</sup> Ibidem.



A Madre Ana Maria era a segunda de três irmãos: O mais velho, José Caetano da Silva, nascido a 24 de Dezembro de 1775,<sup>37</sup> formou-se na Universidade de Coimbra, onde se doutorou em Direito Canónico, tendo defendido as «Conclusões Magnas» no ano de 1801.<sup>38</sup> Teria, pois, 26 anos. Disto nos dá conta o historiador João José Miguel Ferreira da Silva Amaral, nas suas *Ofertas Históricas*, referindo que ele próprio assistiu ao exame e, na *Sala dos Atos* da Universidade, à cerimónia de imposição do *Capelo* a este seu quase conterrâneo, Dr. José Caetano da Silva que mais tarde viria a exercer as altas funções de *Lente* daquela Universidade.<sup>39</sup>

A mais nova dos três irmãos era a D. Luísa Teresa e Silva, nascida em Alverca a 31 de Janeiro de 1790,<sup>40</sup> precisamente dez anos depois da sua irmã freira. Esta senhora casou com António Francisco Monteiro, natural de Santa Maria dos Olivais<sup>41</sup> e foram os pais de D. Maria da Glória da Silva Monteiro,<sup>42</sup> de quem mais adiante se voltará a falar, pela grande proximidade que viria a ter com sua tia, a Madre Ana Maria José do Coração de Jesus,<sup>43</sup> sobre a qual este trabalho incide. Digamos, entretanto e porque isto se reveste de algum valor histórico para a nossa freguesia de Alverca, que estes senhores estiveram muito ligados à antiga Quinta da Brandoa, pois a sua filha, D. Maria da Glória, ali foi batizada na capela da Quinta, dedicada a Nossa Senhora do Pilar, a 21

<sup>37</sup> ANTT, Registos Paroquiais – Alverca, Livro de Batismos, 1775.

<sup>38</sup> AMARAL, João José Miguel Ferreira da Silva, *Ofertas Históricas Relativas à Povoação de Vila Franca de Xira para Instrução dos Vinhedouros*, II Volume, Edições do Museu Municipal, nº.4, pág.129.

<sup>39</sup> Idem.

<sup>40</sup> ANTT, Registos Paroquiais – Alverca, Livro de Batismos, 1790.

<sup>41</sup> Idem, Livro de Batismos, 1830.

<sup>42</sup> Ibidem.

<sup>43</sup> N.A. - A maior proximidade de D. Maria da Glória com sua tia, a Madre Ana Maria José do Coração de Jesus teve lugar quando deu entrada, como *Recolhida*, no Real Mosteiro do SS. Coração de Jesus, à Estrela, onde sua tia era Madre Priora.



de Junho de 1830<sup>44</sup> e eles próprios ali faleceram, ambos em Junho de 1833,<sup>45</sup> vítimas, ao que consta, da *cólera morbus* que então alastrava no nosso País.<sup>46</sup> Estes factos levam-nos a crer que a antiga e histórica Quinta da Brandoa lhes teria pertencido.<sup>47</sup>

Estamos, pois, na presença de uma velha e rica família de Alverca, muito bem posicionada socialmente.<sup>48</sup> Um casal de proprietários com três filhos: Um notável Professor Catedrático, da Universidade de Coimbra,<sup>49</sup> uma Madre Superiora num dos mais importantes Mosteiros de Portugal<sup>50</sup> e uma terceira, casada com um grande proprietário e agricultor.<sup>51</sup>

Foi esta a família da Madre Ana Maria José do Coração de Jesus, Carmelita da Estrela. Também importante foi o conjunto de pessoas a quem esteve muito ligada, desde logo seu padrinho de batismo, o fidalgo José Maria Salema Lobo de Saldanha,<sup>52</sup> da poderosa família do Morgado de Alfarrobeira e Padroeiros do Convento de S. Romão.<sup>53</sup> Outra importante figura a quem a Madre Ana Maria esteve muito ligada foi, como mais adiante se fará menção, a própria Rainha D. Maria II.<sup>54</sup>

Embora a Madre Ana Maria tivesse nascido na Freguesia de Alverca,<sup>55</sup> foi batizada na Igreja de S. João Batista de Alhandra, a 16 de Fevereiro de 1780, pelo Padre José Pinheiro Borges.<sup>56</sup> Teria sido, talvez, por uma questão de proximidade àquela Paróquia, visto o antigo *Lugar da Ponte* onde seus pais residiam e onde ela nasceu, se situar junto a uma velha ponte que naquele tempo atravessava a Ribeira de Santo António, à entrada de Alhandra mas que, pela Divisão Administrativa de então, pertencia à Freguesia de Alverca.<sup>57</sup> Sabemos, pela Tradição Oral, que no frontispício de uma antiga casa desse Lugar da Ponte ainda se via, há pouco mais de um século, um brasão em pedra com as armas de S. Pedro, assinalando a extremidade desta nossa Freguesia.<sup>58</sup>

Apesar da Madre Ana Maria ter sido batizada, como já se disse, na Igreja de Alhandra, o respetivo registo foi lavrado na Paróquia de Alverca, com as devidas anotações.<sup>59</sup>

<sup>44</sup> ANTT, Registos Paroquiais – Alverca, Livro de Batismos, 1830.

<sup>45</sup> Idem, Livro de Óbitos, 1833.

<sup>46</sup> Doença infecciosa que apareceu na Europa em 1832.

<sup>47</sup> N.A. - Eram pessoas abastadas, com imensas casas e quintas. Sua filha foi ali batizada na Capela da Quinta, dedicada a Nossa Senhora do Pilar; os dois lá faleceram. É, pois suposto que a Quinta lhes tivesse pertencido.

<sup>48</sup> JESUS, Irmã Maria do Carmo do Coração de, Carmelitas da Estrela, com prólogo e notas de J. da Costa Lima, Braga, 1950, pág.41.

<sup>49</sup> AMARAL, João José Miguel Ferreira da Silva, *Ofertas Históricas Relativas à Povoação de Vila Franca de Xira para Instrução dos Vinhedouros*, II Volume, Edições do Museu Municipal de VFX, n.º.4, pág.129.

<sup>50</sup> Idem.

<sup>51</sup> NUNES, Graça Soares, *Vila Franca de Xira – Economia e Sociedade na Instalação do Liberalismo 1820-1850*, Edições Colibri – Museu Municipal, CMVFX, 2006, pág.27.

<sup>52</sup> ANTT, Registos Paroquiais – Alverca, Livro de Batismos, 1780.

<sup>53</sup> CARDOSO, Edgar Pereira da Costa, *O Jubileu das OGMA, Alverca*, 1968, pág.23.

<sup>54</sup> AMARAL, João José Miguel Ferreira da Silva, *Ofertas Históricas Relativas à Povoação de Vila Franca de Xira para Instrução dos Vinhedouros*, II Volume, Edições do Museu Municipal de VFX, n.º.4, pág.129.

<sup>55</sup> ANTT, Registos Paroquiais – Alverca, Livro de Batismos, 1780.

<sup>56</sup> Idem.

<sup>57</sup> ANTT, Dicionário Geográfico, Volume 3, 1758, pág.330/341, microfilme 285. Em 1758 moravam no Lugar da Ponte 127 pessoas.

<sup>58</sup> N.A. - Informação verbal do Sr. Arnaldo Augusto Barros da Silva, a qual lhe fora transmitida há várias décadas pela sua tia, a Sr.ª. D. Herminia de Sousa.

<sup>59</sup> Idem.



Fig. 14 Real Convento e Basílica da Estrela. [www.google.pt lisboadeantigamente.blogspot.com](http://www.google.pt/lisboadeantigamente.blogspot.com)

Lavrou-o o Padre Manoel Henriques, Pároco de Alverca entre 1757 e 1792,<sup>60</sup> aquele a quem coube a difícil missão de reerguer a Paróquia das ruínas causadas pelo terramoto de 1755 e redigir as notáveis Memórias de 1758<sup>61</sup> que hoje nos servem de precioso suporte bibliográfico.

Lamentamos ainda não ter conseguido encontrar documentação coeva que nos pudesse dar conta do percurso vocacional da Madre Ana Maria do Coração de Jesus, antes da sua entrada no Mosteiro Carmelita adossado à Real Basílica da Estrela. É uma lacuna que nos interpela e nos leva a continuar as pesquisas com vista ao seu possível preenchimento.

Ao professar como Religiosa Carmelita, a Madre Ana Maria José do Coração de Jesus ter-se-ia, por imperativo da Regra, despojado de todos os seus bens, parte deles a favor da Comunidade.<sup>62</sup>

O seu irmão mais velho, Dr. José Caetano da Silva, de que no início se falou, também recebeu a Ordem de Presbítero e esteve naquele Convento, durante alguns anos, como Capelão.<sup>63</sup>

<sup>60</sup> MARUJO, Alfredo, *Paróquia de S. Pedro de Alverca – Elementos para a sua História*, Alverca, 1999, pág.81.

<sup>61</sup> Idem, pág.22 e 199; ANTT, *Dicionário Geográfico*, Volume 3, 1758, pág.330/341, microfilme 285.

<sup>62</sup> JESUS, Irmã Maria do Carmo do Coração de, *Carmelitas da Estrela*, com prólogo e notas de J. da Costa Lima, Braga, 1950, pág.41.

<sup>63</sup> AMARAL, João José Miguel Ferreira da Silva, *Ofertas Históricas Relativas à Povoação de Vila Franca de Xira para Instrução dos Vinhedouros*, II Volume, Edições do Museu Municipal de VFX, n.º.4, pág.129.



**Fig. 15**  
D. Fortunata  
Augusta I.  
1819-1878



**Fig. 16**  
D. Fortunata Augusta  
II. 1880-1916. Fotos:  
C.P. Cedidas por  
Arnaldo Augusto  
Barros da Silva.



**Fig. 17**  
D. Fortunata  
Augusta III.  
1925-2003

Em data indeterminada, também a sua sobrinha, D. Maria da Glória da Silva Monteiro, filha de sua irmã mais nova, deu entrada no mesmo Convento, apenas com o estatuto de *Recolhida*, pois não chegou a professor.<sup>64</sup>

Em Dezembro de 1854 esta Senhora chamou às grades do Convento o Tabelião António Joaquim da Fonseca para lhe lavrar o testamento<sup>65</sup> no qual, entre outras disposições, designou por universal herdeira de seus avultados bens, D. Fortunata Augusta,<sup>66</sup> Senhora de quem descende uma antiga e numerosa família de Alverca.<sup>67</sup> A título de curiosidade, referimos que nesta sua descendência existiram em Alverca, de 2 duas em duas gerações, outras senhoras com o mesmo nome de Fortunata Augusta,<sup>68</sup> que por sinal estão representadas na Exposição agora patente neste Museu.<sup>69</sup> A *Recolhida* D. Maria da Glória deixou ainda nesse seu testamento, consideráveis quantias à Misericórdia de Alverca<sup>70</sup> e à Irmandade do Santíssimo, da Paróquia de S. Pedro.<sup>71</sup>

<sup>64</sup> MARUJO, Alfredo, *Paróquia de S. Pedro de Alverca – Elementos para a sua História*, Alverca, 1999, pág.105.

<sup>65</sup> Museu Municipal-Núcleo de Alverca, Testamento de D. Maria da Glória da Silva Monteiro, Lisboa, 1854.

<sup>66</sup> Idem.

<sup>67</sup> N.A. É interessantíssima a história desta antiga Família de Alverca. O Sr. Arnaldo Augusto Barros da Silva que dela descende, tem desenvolvido um precioso trabalho de pesquisa e registos bibliográficos, gentilmente cedidos para esta memória.

<sup>68</sup> N. A. D. Fortunata Augusta II e D. Fortunata Augusta III, neta e trineta da primeira.

<sup>69</sup> N. A. Exposição sobre as Mulheres de Alverca, patente no Museu Municipal – Núcleo de Alverca, em 2016.

<sup>70</sup> Museu Municipal – Núcleo de Alverca, Testamento de D. Maria da Glória da Silva Monteiro, Lisboa, 1854 e FERREIRA, Anabela, *Fragmentos de Alverca – História e Património*, Junta de Freguesia de Alverca, 2009, pág.44.

<sup>71</sup> Idem.

No fiel cumprimento da vida contemplativa, alicerçada na oração e observância da Regra das Carmelitas Descalças,<sup>72</sup> a Madre Ana Maria sempre se distinguiu pelas suas virtudes, pela sua bondade e carinho para com todas as Irmãs, bem como pelo grande zelo com que na qualidade de Madre Priora, dirigiu os destinos da Comunidade.<sup>73</sup> Seria essa, naturalmente, a razão porque, em Capítulo, foi escolhida para tão altas funções durante sucessivos triénios.<sup>74</sup>

Entre os espaços daquele Real Mosteiro destinados à Comunidade e que por isso foram de total familiaridade à Madre Ana Maria, contam-se, para além dos seus aposentos de Madre Priora, o Claustro, a Sala do Capítulo, o Refeitório,<sup>75</sup> a Livraria,<sup>76</sup> a Capela onde quotidianamente era celebrada a missa e rezado o Ofício Divino<sup>77</sup> e a Tribuna, onde nos dias de maior solenidade assistiam às celebrações da Basílica.<sup>78</sup>

Os tempos, porém, apresentavam-se difíceis. Desde as Invasões Francesas e seguidamente a Revolução Liberal de 1820 que o País vivia em grande agitação político-social, com acentuados malefícios para as Instituições Religiosas.<sup>79</sup> Em 1834, um Decreto do ministro Joaquim António de Aguiar, ditava a extinção das Ordens Religiosas, apenas com uma cláusula de exceção para as ordens femininas: As Religiosas poderiam continuar a habitar nos seus conventos até à morte da última freira, mas não eram permitidas novas profissões.<sup>80</sup>

Perante esta imposição, a Madre Ana Maria do Coração de Jesus valeu-se da sua amizade com a Soberana, a Rainha D. Maria II, tendo dela obtido uma autorização muito especial que lhe permitiu admitir mais duas senhoras à profissão religiosa.<sup>81</sup>

Com 80 ou 81 anos, foi atingida por uma pleurisia a que não conseguiu resistir.<sup>82</sup>

Após uma longa vida pautada pela austeridade da Regra Carmelita, mas sublimada pelas virtudes e pelo amor que sempre irradiou em seu redor, a Madre Ana Maria José do Coração de Jesus partia para a eternidade. Embora ainda não se tivesse encontrado qualquer registo que refira o lugar onde lhe deram sepultura, é suposto que o tivessem feito, furtivamente, porque a Lei já não o permitia, nos claustros do Convento.<sup>83</sup>

<sup>72</sup> N.A. Regra e Constituições das Carmelitas Descalças, Lisboa, 1791.

<sup>73</sup> JESUS, Irmã Maria do Carmo do Coração de, *Carmelitas da Estrela*, com prólogo e notas de J. da Costa Lima, Braga, 1950, pág. 41.

<sup>74</sup> Idem.

<sup>75</sup> Espaços do Mosteiro do SS. Coração de Jesus, <http://www.monumentos.pt/site/app-pagesuser/SIPA.aspx?id=10603>.

<sup>76</sup> N.A. Em todos os mosteiros existia uma livraria.

<sup>77</sup> Esta capela das Religiosas, mandada executar pela Rainha D. Maria I, tem um bonito retábulo executado pelo mestre Cipriano Francisco, contendo uma pintura figurativa atribuída a Pedro Alexandrino. Cf. LAMEIRA, Francisco, LOUREIRO, José João, VECHINA, *Frei José Carlos, Retábulos da Ordem dos Carmelitas Descalços*, Departamento de Artes e Humanidades da Universidade do Algarve, 2015, pág. 155.

<sup>78</sup> Esta tribuna que permitia às Religiosas assistir às celebrações da Basílica, tem um bonito retábulo do mestre entalhador José de Abreu do Ó e, ao centro, uma pintura representando Santo Elias e Santo Eliseu, da autoria do pintor Eleutério Manuel de Barros. Cf. LAMEIRA, Francisco, LOUREIRO, José João, VECHINA, *Frei José Carlos, Retábulos da Ordem dos Carmelitas Descalços*, Departamento de Artes e Humanidades da Universidade do Algarve, 2015, pág. 159.

<sup>79</sup> SARAIVA, José Hermano, *História de Portugal*, Vol. 6, Publicações Alfa, 1983, pág. 29 e seguintes, pág. 212.

<sup>80</sup> CANTO, Pedro Marujo do, D'AGUA, Vera Borda, «O Convento de Nossa Senhora dos Poderes De Vialonga», In *Boletim Cultural CIRA 10*, Câmara Municipal de VFX – Pelouro da Cultura, Museu Municipal, 2010, pág. 32.

<sup>81</sup> AMARAL, João José Miguel Ferreira da Silva, *Ofertas Históricas Relativas à Povoação de Vila Franca de Xira para Instrução dos Vin-douros*, II Volume, Edições do Museu Municipal de VFX, n.º 4, pág. 129.

<sup>82</sup> JESUS, Irmã Maria do Carmo do Coração de, *Carmelitas da Estrela*, com prólogo e notas de J. da Costa Lima, Braga, 1950, pág.42.

<sup>83</sup> N.A. Apesar das imensas pesquisas levadas a efeito pelo Sr. Arnaldo Barros, ainda não foi encontrado nenhum registo sobre o local onde lhe foi dada sepultura, sendo suposto que o pudessem ter feito, à escondidas, no claustro do Convento onde habitualmente era dada sepultura às Religiosas.

Apesar dos muitos anos que dela nos separam, saibamos nós, os Alverquenses, vislumbrar ainda a grandeza desta figura que pelo seu incontestável valor tanto honrou a história da terra onde nasceu, merecendo, por isso, o nosso apreço e justo reconhecimento.

## Conclusão

Findo este registo, talvez possamos dizer que ele representa apenas uma síntese da vida destas duas grandes Senhoras de Alverca, algo semelhante a uma pequena fresta por onde agora recebemos alguma luz, algum conhecimento, do brilho que sempre irradiaram. As suas vidas, fortificadas pela fé que curiosamente ambas alicerçaram numa forte devoção ao Santíssimo Coração de Jesus e a Nossa Senhora do Carmo, tornaram-se testemunho de amor, esperança e solidariedade para quantos as conheceram e, também, causa de honra para a Freguesia de Alverca que tão exemplarmente amaram e serviram. E através desse amor, desse serviço, tanto a Madrinha Joana como a Madre Ana Maria José do Coração de Jesus, deixaram-nos um legado certamente enriquecedor para a nossa história. Elas são, de facto, uma e outra, Mulheres que marcaram a história de Alverca no seu tempo.

## Bibliografia Consultada

### Fontes manuscritas

ADCB

Registos Paroquiais de Segura, Livro de batismos, 1887.

ANTT

Dicionário Geográfico, Vol. 3, Memória 43, 1758.

Registos Paroquiais de Alverca, Livros de batismos de 1775,1780,1790 e 1830.

Registos Paroquiais de Alverca, Livro de óbitos de 1830.

AP

Diversa documentação.

CPSPA

Registos Paroquiais, Livros de batismos, 1930/1954.

3ª CRCL

Registo de Casamentos, 1938.

CRCVFX

Registo de óbitos, 1973.

JFA

Livro de Inumações, 1973.

MMVFXNA

Testamento de D. Maria da Glória da Silva Monteiro, 1854.

### Fontes impressas

AMARAL, João José Miguel Ferreira da Silva, *Ofertas Históricas Relativas à Povoação de Vila Franca de Xira para Instrução dos Vindouros*, II Volume, Edições do Museu Municipal de VFX, nº 4.

CANTO, Pedro Marujo do, D'AGUA, Vera Borda, «O Convento de Nossa Senhora dos Poderes de Vialonga», in *Boletim Cultural CIRA nº.10*, Câmara Municipal de VFX – Pelouro da Cultura, Museu Municipal, 2010.

CARDOSO, Edgar Pereira da Costa, *O Jubileu das OGMA*, Alverca, 1968.

CARMELITA, Ordem, Regra e Constituições da Ordem Carmelita.

CASTRO, Armando de, *Tensões e Modificações Económico-Sociais (1890-1910)*, in SARAIVA, José Hermano, *História de Portugal*, Publicações Alfa, Vol. 6, 1983.

FERREIRA, Anabela, *Fragmentos de Alverca – História e Património*, Junta de Freguesia de Alverca, 2009.

Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira, Vol. XXVIII, Editorial Enciclopédia, Lda., 1978.

JESUS, *Irmã Maria do Carmo do Coração de, Carmelitas da Estrela*, com prólogo e notas de J. da Costa Lima, Braga, 1950.

LAMEIRA, Francisco, LOUREIRO, José João, VECHINA, *Frei José Carlos, Retábulos da Ordem dos Carmelitas Descalços*, Departamento de Artes e Humanidades da Universidade do Algarve, 2015.

MARUJO, Alfredo, *A Madrinha Joana*, Museu Municipal de VFX – Núcleo de Alverca, 2007.

MARUJO, Alfredo, *O Senhor da Pastoria*, Museu Municipal de VFX – Núcleo de Alverca, 2007.

MARUJO, Alfredo, *Paróquia de S. Pedro de Alverca – Elementos para a sua História*, Paróquia de Alverca, 1999.

NUNES, Graça Soares, *Economia e Sociedade na Instalação do Liberalismo 1820-1850*, Edições Colibri – Museu Municipal, CMVFX, 2006.

# Referência às Mulheres de Alverca nas fontes históricas do século XVIII

Anabela Ferreira<sup>1</sup>

Ao longo dos anos, na investigação relacionada com a História do antigo concelho de Alverca, foi possível encontrar, em alguns documentos, referência a aspetos das vivências femininas, que agora se pretende analisar neste trabalho, o qual surge da necessidade de compilar as informações encontradas num único texto, para dar a conhecer algumas das mulheres que viveram em Alverca no século XVIII.

Não importa aqui traçar uma perspetiva do que seria a vida da mulher, no período em questão, pois existem suficientes estudos publicados sobre a matéria. Considera-se, no entanto, fundamental reunir essas referências que, embora não abundem, permitem recolher algumas informações pertinentes, no que toca a este aspeto da nossa História local.

Os documentos em análise podem ser encontrados no Arquivo Histórico Municipal de Vila Franca de Xira, onde foram consultados os documentos do fundo do Concelho de Alverca e no Arquivo Histórico da Cúria do Patriarcado de Lisboa, onde estão guardados os *Livros de Devassas* e de *Termos* respeitantes às mesmas. Por se tratarem de documentos manuscritos apresentando grafia e abreviaturas próprias da época, procurou transcrever-se os trechos mais significativos atualizando a ortografia, de modo a facilitar a leitura.

## 1. Referências à mulher nas posturas do antigo Concelho de Alverca

Antes das reformas *Liberais* que levaram a uma reorganização administrativa do Reino de Portugal, para além das *Ordenações* que coligiam as leis gerais, nos concelhos existiam as *Posturas* onde se registava a legislação local.<sup>2</sup> No *Livro de Registo das Posturas*<sup>3</sup>, do antigo concelho de Alverca podem encontrar-se referências à condição da mulher.

Embora na grande maioria dos excertos, que se vão reproduzir, não se faça referência direta ao género, é do conhecimento geral que as tarefas de lavar e estender roupa eram exclusivamente femininas, realidade que havia de se manter até muito recentemente no nosso país onde, não obstante as tarefas referidas serem ainda exercidas maioritariamente por mulheres, na sociedade atual já não se consideram da sua exclusiva responsabilidade.

<sup>1</sup> Licenciada em História, mestre em Estudos do Património, coordenadora do Núcleo de Alverca do Museu Municipal de Vila Franca de Xira.

<sup>2</sup> Para conhecer de forma mais aprofundada as *Posturas de Alverca* Cf. Anabela Ferreira, *Casa da Câmara de Alverca – Conhecer a sua História, Valorizar um Património (1755-1855)*, Dissertação do Mestrado em Estudos do Património, texto policopiado, Centro de Documentação do Núcleo de Alverca do Museu Municipal de Vila Franca de Xira, 2007, pp. 169-171.

<sup>3</sup> AHVFX, *Concelho de Alverca, Livro de Registo das Posturas*, s/d, B/A 006. Embora não esteja datado, segundo indicações da Dr.<sup>a</sup> Filomena Andrade, poderá ter sido redigido na segunda metade do século XVIII.

Retomando a análise do documento setecentista, entre muitas outras situações, ali são expostas as penas e coimas aplicadas a: «Toda a pessoa, que for achada, ou se souber, que lava roupa, ou outra qualquer coisa, com sabão, cinza, urina, nas fontes, ou chafarizes desta Vila, e seu termo [...]»<sup>4</sup> Este seria um assunto de grande importância para a saúde pública, numa época em que, na grande maioria dos casos, a água potável, que se utilizava em casa para beber e cozinhar, vinha das fontes públicas, que no antigo concelho de Alverca não faltavam, tal como testemunha o Cura Manuel Henriques ao referir as fontes do concelho de Alverca, no documento datado de 1758, em resposta ao inquérito das *Memórias Paroquiais*, onde relatava que em todos os lugares do concelho «[...] há sua fonte de que usam os habitantes delas [...]».<sup>5</sup>

Para além deste aspeto, nesse conjunto das fontes de Alverca existiam algumas com tanque de dimensões consideráveis, como era a do Palácio do Galvão, os quais serviam para saciar a sede dos diferentes tipos de gados que por cá se criavam. Assim, não é de estranhar a existência de uma postura que impusesse limites à utilização de produtos que haviam de contaminar a água. Aos infratores desta *postura* era aplicada a coima de dois mil réis a pagar na cadeia, localizada no piso térreo da Casa da Câmara.

A urina, a cinza e o sabão eram utilizados tradicionalmente na barrela, processo de branqueamento, ou de limpeza, de nódoas difíceis da roupa. Todas as mulheres seguiam esse costume antigo de salpicar as peças de roupa com cinza, de as colocar em um recipiente e de as impregnar com água a ferver, onde se derreteria o sabão adicionando depois urina. Na barrela a roupa ficava a repousar até ao dia seguinte. Depois era estendida na rua, sobre o mato ou em estendais a assoalhar, para que a ação da luz solar fizesse desaparecer os últimos resquícios de sujidade, após o que a roupa era lavada em água limpa. Essa última lavagem tirava da roupa os restos da barrela que, misturada com a água potável, havia de trazer à povoação problemas de saúde pública, o que preocupava a edilidade local.

Para as lavadeiras tais proibições não trariam grandes problemas. A ribeira de Alverca atravessava a antiga vila e nela era tradição lavar-se a roupa. Já em 1586 no «Auto de reconhecimento ao padre cura António Tomé, Clérigo de missa cura da igreja desta vila de Alverca», o qual se encontra nos *Tombo de Alverca*<sup>6</sup> das Capelas de D. Afonso IV, faz-se referência, que se repete em outros documentos, à «[...] rigueira da lavadeira [...]»<sup>7</sup> a qual, de acordo com a localização ali descrita, corresponde ao *buraco*, um local que as lavadeiras de meados do século XX conheciam por apresentar condições ideais para a lavagem da roupa. Essa tradição prolongou-se por mais de século e meio, como provam as fotografias, do espólio do Núcleo de Alverca do Museu Municipal de Vila Franca de Xira, que mostram mulheres a lavar a roupa não só no *buraco*, mas também na ribeira de Alverca, mais tarde designada como rio Crós-cós.

<sup>4</sup> *Idem.*, fl. 3v.

<sup>5</sup> ANTT, *Memórias Paroquiais – Dicionário Geográfico de Portugal, volume 3, memória 43 [Alverca]*, fl. 340.

<sup>6</sup> ANTT, *Núcleo Antigo, Tombo de Alverca*, Livro XXIV, Parte I, Cx. 270.

<sup>7</sup> *Idem.*, fl. 297 e 398.



Ainda relacionado com os cuidados com o vestuário, num outro registo do *Livro de Registo das Posturas* refere-se que « [...] toda a pessoa, que estender [...] roupa no adro, ou na praça desta Vila, [...] pagarão dois mil reis, assim no Adro, como na praça [...]».<sup>8</sup> Entenda-se que os locais referidos na proibição eram o adro da Igreja de São Pedro e a praça fronteira à casa da câmara de Alverca, atual praça João Mantas. A razão para tal proibição apenas se pode conjecturar, não tendo sido encontrado qualquer documento que a especifique. Ambos os espaços constituíam locais nobres nas vivências concelhias, o adro como centro do poder religioso e a praça como centro do poder administrativo e judicial. É de crer que, embora tratando-se de um pequeno concelho, a edilidade local desejasse apresentar estes espaços libertos de qualquer sinal de uso doméstico, que lhes manchasse, de algum modo, a dignidade que se acreditava ser de manter.

Ainda no mesmo documento uma outra referência diz respeito às pessoas que chegavam ao concelho e por cá ficavam. De forma a evitar que indivíduos vindos de fora do concelho pudessem tornar-se indesejados, como eram todos os que não queriam trabalhar, as *Posturas* referem que todas as pessoas, incluindo moças e mulheres « [...] que forem achados por esta Vila, e seu termo, serão obrigados a tomarem Amo dentro de três dias. E passados eles, sem tomarem Amo, serão presos, e pagarão quinhentos reis [...]»<sup>9</sup> de coima para o cofre da Câmara de Alverca.

Uma outra referência às mulheres surge no *Regimento dos Moleiros*, do mesmo livro, onde se lê que para além do moleiro, ou atafoneiro, toda a sua família, que inclui a esposa e filhas, eram obrigados a « [...] irem tomar juramentos, e darem suas fianças em casa do Escrivão da Câmara [...]» todos os anos, no mês de Janeiro.<sup>10</sup> Aspeto relacionado com o facto de ser do conhecimento geral que o trabalho de moagem era partilhado por toda a família, cabendo grande parte das vezes à mulher, sobretudo no que diz respeito ao trabalho nos engenhos manuais – denominados como atafonas – embora o documento não apresente formalmente essa realidade.

Também o trabalho de amassar farinha, água, sal e fermento para produzir a massa do pão, que após cozedura se tornava sustento da família e se vendia à população do concelho que não tinha como o produzir era, à época, trabalho de mulher. Por esta razão as padeiras tiveram direito a título próprio nas *Posturas*, o que só por si é um aspeto a sublinhar, tendo em conta as escassas referências às vivências femininas, como se viu. No capítulo intitulado *Padeiras*, lê-se: «Toda a pessoa desta Vila, e seu termo, que amassar pão para o povo, será obrigada a fazer a terça parte de pão de dez reis, e terá o peso na forma do valor do trigo, sob pena de pagarem por cada coisa quatro mil reis para o Concelho. E se dará o pão, que não tiver o peso, a presos e pobres. E as ditas padeiras terão balanças, e pesos. E não tendo pão [*de dez reis*], indo os Almotaces em corrida, pagarão para o Concelho duzentos reis.»<sup>11</sup> Assim,

<sup>8</sup> AHVFX, *Concelho de Alverca, Livro de Registo das Posturas*, sd, B/A 006, fl. 8v.

<sup>9</sup> *Idem.*, fl. 4.

<sup>10</sup> *Ibidem.*, fl. 10v.

<sup>11</sup> *Idem.*, fl. 7v.

de forma a garantir a produção de pão mais barato e acessível aos mais pobres, o concelho obrigava a que as padeiras cuidassem que um terço dos pães por elas fabricado tivessem um peso e valor mais acessível. O valor do trigo, assim como de outros géneros alimentares, era definido anualmente em reunião de câmara, tal como se pode aferir na leitura da última ata das sessões da antiga câmara de Alverca, onde em 1855 foram registados os preços médios de alguns desses produtos.<sup>12</sup> Os almotacés eram funcionários camarários, responsáveis pelo cumprimento das *Posturas* e pela inspeção dos bens de consumo que se vendiam publicamente, como é o caso específico do pão.<sup>13</sup>

No que se refere às vivências femininas, as *Posturas não apresentam outras referências, embora possamos antever alguns aspetos particulares em outros conjuntos documentais relacionados com o antigo Concelho de Alverca.*

## 2. Registo do Ofício de Parteira

A profissão de parteira era uma das poucas em que as mulheres detinham um papel essencial e reconhecido pela comunidade. Não havia homens parteiros, os costumes centenários não o permitiam, nem tal seria aceite por qualquer dos géneros. O parto foi, por longos milhares de anos, um *mistério* reservado e exclusivo do mundo feminino, embora a representação do masculino pudesse, e devesse, estar presente, para garantir o equilíbrio natural do mundo. Essa representação podia ser simbolizada com uma peça de roupa do pai, que a crença popular acreditava transferir para a parturiente a *força* – caracteristicamente uma qualidade masculina – tão necessária em alguns momentos de parto mais difíceis.<sup>14</sup>

No fundo do arquivo do extinto Concelho de Alverca, mais precisamente no *Livro para registo das provisões e mais papeis*,<sup>15</sup> encontramos o registo de 3 de setembro de 1777, onde o Coronel António Soares Brandão, em exercício no posto de cirurgião-mor do Exército e, entre outros títulos, cirurgião da Real Câmara, procurador e guarda-mor da Saúde do Porto de Belém e cirurgião-mor do Reino e suas Conquistas, declarava «[...] que Maria Pinheira viúva e moradora na Vila de Alverca [...],<sup>16</sup> pretendia usar dos seus conhecimentos de parteira «[...] a que comumente chamam comadres nestes reinos [...],<sup>17</sup> e que «[...] por ter a precisa inteligência [...],<sup>18</sup> o mesmo lhe reconhecia capacidade para que «[...] pudesse usar da dita qualidade do que não tendo dúvida por ter sido examinada na presença do meu Comissário Alberto Gonçalves Lima, pelos examinadores Francisco da Silva e Bernardina

<sup>12</sup> Cf. AHVFX, *Livro de Registos de Actas das Sessões – Acórdãos*, Concelho de Alverca, B/A.002.

<sup>13</sup> Cf. *Ordenações Filipinas, fac-símile da edição* de Cândido Mendes de Almeida, 1870, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, Dezembro 1985, Livro 1, Título LXVIII, p. 157.

<sup>14</sup> Cf. Amélia CAETANO, “A gravidez, o parto e o pós-parto na região de Mafra”, *O Eterno Feminino no Aro de Mafra – Roteiro Monográfico*, Câmara Municipal de Mafra, Setembro 1994, p. 34.

<sup>15</sup> AHVFX, Concelho de Alverca, *Livro para registo das provisões e mais papeis, 1773-1781*, B/A 002.

<sup>16</sup> *Idem.*, fl. 30.

<sup>17</sup> *Idem.*, *ibidem.*

<sup>18</sup> *Idem.*, *ibidem.*

Luiza [...]»,<sup>19</sup> também ela parteira credenciada. Apenas este documento permitia que Maria Pinheira pudesse comprovar, na câmara do concelho de Alverca, onde se devia apresentar no prazo de três meses para jurar pelos Santos Evangelhos, estar devidamente examinada, autorizada e creditada a exercer o seu mester de parteira.

O facto de este ter sido o único caso encontrado nos escritos do fundo do antigo concelho de Alverca, apenas significa que muitos dos documentos produzidos pelo município extinto se perderam no tempo. Tendo em conta que, à época, era costume a grande maioria dos partos ser realizada em casa, com a assistência das mulheres da família, de vizinhas com experiência e de parteiras, é de crer terem existido outras licenças de parteira em Alverca, uma vez que para exercer tal ofício se requeria autorização certificada das autoridades.<sup>20</sup> Para além destas profissionais certificadas não faltavam parteiras formadas pela experiência, conhecedoras dos métodos e dos rituais do nascimento, muitos dos quais herdados da antiguidade, repletos de superstições religiosas e pagãs, mas reconhecidas pela comunidade como boas aparadeiras ou curiosas.

### 3. Nomeação de mulheres para ofícios administrativos e judiciais do antigo Concelho

Embora no século XVIII os ofícios administrativos e judiciais fossem todos ocupados por homens, uma realidade que se vai prolongar até ao último quartel do século XX, sobretudo no que diz respeito a altos cargos da administração dos concelhos, numa investigação realizada sobre o concelho de Alverca<sup>21</sup> foram encontrados exemplos da nomeação de mulheres, para titulares de ofícios administrativos e judiciais.

Não se julgue, contudo, que tais ofícios foram de facto exercidos pelas mulheres nomeadas. Os documentos são claros, a nomeação devia-se ao facto de o pai, titular do ofício, haver falecido sem descendência masculina ou, em outros casos, devido à renúncia dos irmãos, contudo o cargo havia de ser exercido, de facto, por quem casava com a nomeada.<sup>22</sup>

Assim, em 1712, Ana Josefa da Fonseca requereu a propriedade do ofício de Escrivão da Câmara e Almotaçaria, que pertencera ao seu pai, João do Rego. Por morte deste teria sido nomeado o filho mais velho, que renunciou ao cargo, deixando-o liberto para ser requerido pela irmã. O requerimento foi aceite por D. João V, ficando no entanto estipulado que o ofício se destinava a quem a desposasse.<sup>23</sup> Em 1731, em nome da mesma mulher, era registada a

<sup>19</sup> *Idem., ibidem.*

<sup>20</sup> Cf. Isabel dos Guimarães Sá, “As crianças e as idades da vida”, *História da Vida privada em Portugal – a Idade Moderna*, Dir. José Mattoso; Coord. Nuno Gonçalo Monteiro, Ed. Circulo dos Leitores e Temas e Debates, dezembro 2010, p. 76.

<sup>21</sup> Anabela Ferreira, *Op. Cit.*

<sup>22</sup> Cf. Francisco Ribeiro da Silva, «Venalidade e Hereditariedade dos Ofícios Públicos em Portugal nos Séculos XVI e XVII – Alguns aspectos», *Revista de História, Porto*, Instituto Nacional de Investigação Científica – Centro de História da Universidade do Porto, volume VIII, 1988, p. 211.

<sup>23</sup> Cf. ANTT, Chancelaria D. João V, Comuns, Livro 38, fl. 98.

provisão régia da propriedade do mesmo ofício « [...] para a filha que lhe ficou do primeiro matrimónio, para a pessoa que com ela casar.»<sup>24</sup>

Foram encontrados casos semelhantes relacionados com outros ofícios, como seja o exemplo relativo ao ofício de Escrivão do Judicial e das Notas do concelho de Alverca, em um documento datado de 1743. Nesse ano foi dada mercê da propriedade do cargo, que tinha vagado por falecimento de José de Brito Queimado, a Francisca Maria da Silveira, destinando-se à pessoa com quem ela contraísse matrimónio.<sup>25</sup>

No já referido *Livro para registo das provisões e mais papeis*,<sup>26</sup> existe também uma carta, datada de 3 Dezembro de 1774, da autoria de Dom Miguel José de Noronha, cónego da Santa Sé de Évora, em exercício do cargo de Provedor e Administrador da Fazenda das Capelas de D. Afonso IV, confirmando, em nome de Manuel Coelho da Silva o ofício de Almojarife e Juiz dos Direitos Reais da vila de Alverca, o qual requeria pertencer-lhe devido ao facto de «[...] estar casado com a filha do último proprietário [...]»,<sup>27</sup> Manuel Pedro Monteiro Vogado. O nome da filha deste último, esposa do primeiro, não é sequer referido no documento.

A transmissão de ofícios em nome das mulheres desempenhou um papel social de grande importância, uma vez que, nestes casos, os ofícios funcionavam como dote, transferindo para a mulher uma importância na elite social que, de outro modo, não podia deter.

## 4. Representações femininas nas visitas pastorais

As visitas pastorais foram, a partir do Concílio de Trento (1545-1563), o veículo utilizado pela Igreja Católica para apurar, junto das comunidades, se os comportamentos sociais e morais se coadunavam com as regras impostas pelos cânones religiosos. Com alguma regularidade, variável ao longo das épocas, as freguesias diocesanas recebiam a visita de um clérigo – no caso de Alverca, nomeado pelo Patriarcado de Lisboa – o qual possuía poder de apurar e julgar os comportamentos sociais, através de uma inquirição pública.

Embora não se tenham encontrado trabalhos de investigação relacionados com as visitas pastorais nesta nossa região, é possível encontrar estudos respeitantes a este assunto, que nos dão uma perspetiva sobre a importância social destas visitas e do quanto os documentos produzidos constituem, atualmente, importantes fontes para o conhecimento de aspetos sociais e económicos da História Local.<sup>28</sup>

<sup>24</sup> ANTT, *Chancelaria D. João V, Comuns*, Livro 81, fl. 90.

<sup>25</sup> ANTT, *Chancelaria D. João V, Comuns*, Livro 104, fl. 175.

<sup>26</sup> AHVEX, Concelho de Alverca, *Livro para registo das provisões e mais papeis, 1773-1781, B/A 002*.

<sup>27</sup> *Idem.*, fl. 17.

<sup>28</sup> Cf. José Ramos de CARVALHO, «A Jurisdição Episcopal sobre Leigos em Matéria de Pecados Públicos: As Visitas Pastorais e o Comportamento Moral das Populações Portuguesas de Antigo Regime», *Revista Portuguesa de História*, tomo XXIV, Coimbra, 1990, pp. 121-163; Maria dos Anjos dos Santos Fernandes LUÍS, *Vivências religiosas e comportamentos sociais: Visitas Pastorais ao concelho da Lourinhã no séc. XVII*, Dissertação de Mestrado Universidade de Lisboa, Faculdade de Letras, Departamento de História, 2009; Ricardo Jorge Carvalho Pessa de OLIVEIRA, *Sob os Auspícios do Concílio de Trento: Pombal entre a prevaricação e o Disciplinamento (1564-1822)*, Tese de Doutoramento, Universidade de Lisboa, Faculdade de Letras, Departamento de História, 2013; José Pedro PAIVA, «A Administração Diocesana e a Presença da Igreja – O caso da diocese de Coimbra nos Séculos XVII e XVIII», *Lusitana Sacra*, 2ª série, 3, Lisboa, Centro

No decorrer das inquirições<sup>29</sup> eram registados os comportamentos individuais, de conhecimento público que, pelas suas características, prejudicavam a boa convivência entre vizinhos, causavam distúrbios, escandalizavam os habitantes do concelho e, sobretudo, contrariavam as normas de conduta moral impostas pela Igreja, dados a conhecer por testemunhos ajuramentados, selecionados dos róis de confessados. Apenas os homens eram chamados a responder às questões expostas em edital, anunciando a visita do representante do Patriarcado, o que não é de estranhar tendo em conta o facto de, à época, as mulheres não possuírem qualquer representação social ou mesmo jurídica.<sup>30</sup>

No Arquivo do Patriarcado de Lisboa é possível encontrar os *Livros de Devassas* – onde eram registados os testemunhos apurados no decorrer da visita pastoral – dos anos de 1743, 1752, 1756, 1761 e 1781. No caso dos *Livros de Termos* – onde se registava que o(a) acusado(a) confessava a veracidade da acusação, comprometendo-se a não reincidir, bem como as penas, na maioria dos casos pecuniárias, a que os infratores, apurados na *Devassa*, ficavam sujeitos como penitência pública – encontram-se os de 1748, 1752, 1756, 1761 e 1781. Percebe-se que há muita documentação em falta, não tendo ainda sido possível apurar se foi dispersa por outros arquivos ou se se perdeu no tempo, como lamentavelmente aconteceu com inúmeros documentos da nossa História. Seja como for, os documentos estudados permitem construir uma imagem de alguns aspetos sociais deste antigo concelho, no que concerne às vivências femininas, relacionados com questões públicas de foro moral e religioso.

Com referência direta ou indireta às mulheres, no conjunto da documentação foram apuradas setenta situações, algumas das quais repetem o mesmo delito em anos sucessivos, ou cuja referência pode ser encontrada na *Devassa* e no *Termo* do mesmo ano. Entre os delitos morais apurados encontram-se casos de adultério, concubinato, violência doméstica, bastardia, incesto, separação de cônjuges, aliciamento, ódio público, benzedoiras e, o mais recorrente, coabitação. Não raras vezes a uma mesma delação estão associados diversos delitos, sobretudo no que concerne a questões de foro sexual. Por exemplo, é frequente que ao concubinato esteja associada bastardia, ou seja, relações consideradas ilícitas, associadas a uma gravidez que, à época, para além de indesejada era considerada um delito moral.

As delações relacionadas com coabitação referem, especificamente, casos em que os rapazes frequentam, com regularidade, as casas das raparigas com quem estão contratados para casar, sobretudo se se dá o caso das jovens serem órfãs de pai. Nos documentos estudados foram referenciadas quinze situações de coabitação, sendo esta a que maior número de delações reuniu. Na *Devassa* de 1756, Manuel Correia, moleiro de profissão, testemunhou « [...] que sabe pelo ver e ser público que Nicolau Correia trabalhador morador

---

de Estudos de História Religiosa, Faculdade de Teologia, da Universidade católica Portuguesa, 1991, pp. 71-110; Lisbeth Marilyn Santos da SILVA, *As Visitas Pastorais na Diocese do Porto (1675-1800) – Os comportamentos desviantes censurados*, Dissertação de Mestrado, Faculdade de Letras, Universidade do Porto, 2007. Todos estes documentos podem ser encontrados *on-line*.

<sup>29</sup> A forma como se processavam as visitas pastorais é descrita, entre outros, por Joaquim Ramos de CARVALHO, *Op. Cit.*, pp. 37-57.

<sup>30</sup> Cf. Ricardo Jorge Carvalho Pessa de OLIVEIRA, *Op. Cit.*, p. 60.

no casal do Ventoso [...] se acha esposado<sup>31</sup> haverá cinco para seis anos pouco mais ou menos com Antónia Joaquina filha de Maria Simoa viúva moradora no dito casal do Ventoso e que com ela se deita com toda a liberdade [e] confiança do que resulta escândalo na sua vizinhança».<sup>32</sup>

Sobre o mesmo caso o trabalhador Filipe Monteiro especifica que o rapaz « [...] entra e sai com toda a confiança e liberdade assim de dia como de noite em casa de Maria Simoa viúva [...] estando para casar com uma sua filha chamada Antónia de que resulta escândalo por ser a dita entrada com frequência, e inveterada».<sup>33</sup> Levados perante o inquiridor, e comprovada a denúncia, mãe e filha assinaram o *Termo* comprometendo-se a «[...] não admitirem em sua casa Nicolau Correia esposo da dita Antónia Joaquina»,<sup>34</sup> tendo o rapaz assinado um *Termo* com teor semelhante.<sup>35</sup>

Ainda relacionado com o delito de coabitação salienta-se um outro caso, denunciado na *Devassa* de 1761. O marítimo Fernando Ribeiro declarava que «[...] sabia que João Lopes pescador [...] está posto para casar com Leocádia Maria filha de Inês Maria [...] a cuja casa vai o sobredito [...]»<sup>36</sup> situação testemunhada também pelo vizinho João Ferreira, oficial de padeiro. Neste caso apenas as mulheres foram levadas à presença do visitador, o qual, dirigindo-se à jovem, «[...] a advertiu do escândalo que causava com a comunicação que tinha com João Lopes marítimo, seu esposo de futuro mandando que mais o não admita sem que se recebam [*em matrimónio*] para o que lhe concede somente quinze dias visto ter seus papeis correntes, e que também mandou [...] a sua mãe não consentisse o mesmo, pena de que o não fazendo ser uma e outra castigada com as penas de concubinato o que ambas humildemente aceitaram [...]».<sup>37</sup> Foram encontrados vários exemplos semelhantes, em que o visitador impõe um tempo limite para a oficialização do casamento, proibindo o contato íntimo entre o casal, antes da data imposta.

No que diz respeito ao concubinato, nos diversos casos estudados é por vezes associado ao adultério, por vezes gerando descendência bastarda, outras vezes sendo causa de separação de esposos, fosse qual fosse a situação, quando pública e notória era condenada pela população e delatada ao Visitador. Depois da coabitação, nos documentos analisados, o concubinato reúne o maior número de denúncias num total de catorze.

Em 1743 vários testemunhos referiram o amancebamento de Francisco Monteiro com Maria, filha de Manuel Gomes, agravado pelo facto ter nascido um menino desta relação.<sup>38</sup>

<sup>31</sup> N.A. À época a expressão «esposado» referia-se à condição de noivos ou contratados para casar.

<sup>32</sup> AHCPL, *Livro da Visitação espiritual e temporal, que nas Igrejas e freguesias do Riba Tejo, fez no anno de 1756 O Rmo Sr Visitador, Manoel Pinheyro Coimbraõ, Ministro da Curia Patriarcal, e Vigario Geral da nobre villa de Obidos*, 157, fl. 127v.

<sup>33</sup> *Idem.*, fl. 131.

<sup>34</sup> *Idem.*, fl. 52v.

<sup>35</sup> *Idem.*, fl. 53v.

<sup>36</sup> AHCPL, *Livro das Devassas da Visita do Ribatejo, e termo de Lisboa*, “Auto da Visitação Espiritual da Igr.ª de S. Pedro da V.ª de Alverca pelo III.º Rev.º Sr. Dr. Fran.co X. Bap.ta Visitador Ordinário”, 1761, 159, fl. 231.

<sup>37</sup> AHCPL, *Livro de Termos*, 1761, 151, fl. 54.

<sup>38</sup> Cf. AHCPL, *Devassa da visita de [sic.] Ribatejo q fez o D. Theodozio Dias Vigº da Vara da Golegan em que se compreendem algumas Igrejas do Termo de Lisboa*. Anno de 1743, 293, fls. 117v, 120-120v, 121v.

Francisco Monteiro residia no lugar de A-dos-Melros com o irmão José Monteiro, ambos eram solteiros. Sobre o segundo recaiu também a acusação de «trato ilícito» com uma prima de nome Antónia, moradora no lugar do Pardieiro na Calhandriz, sendo esta « [...] algum tanto mentecapta e passiva dele [...]».<sup>39</sup> Ao concubinato acrescentava-se o delito de incesto, devido ao parentesco entre Antónia e José, para além de bastardia, tendo em conta que dois dos testemunhos asseguravam que *ela parira dele*.<sup>40</sup>

Em 1752 os testemunhos diziam supor que o Padre Manuel Ferreira teria relações íntimas com Mariana de Sousa, sua parente, para além de acolher em sua casa dois filhos naturais. Acrescentava-se a estas a acusação de comércio ilícito o que, de acordo com o ferrador José da Costa de Aguiar, fazia dele o « [...] padre mais escandaloso desta vila.»<sup>41</sup> embora não fosse o único a ser denunciado nesse mesmo ano, como se verá. Aliás, dos documentos estudados, a *Devassa* de 1752 é a que apresenta maior número de testemunhos relacionados com concubinato, só nesse ano foram registados sete casos, em 1743 foram denunciadas três situações, em 1781 apenas uma. Já nos anos de 1756 e 1761 nenhuma acusação de concubinato foi mencionada.

Também na *Devassa* de 1752 quatro pessoas referiam a relação de concubinato entre Antónia Maria e Alexandre Felix Aguiar e Sousa, em termos que levam a suspeitar da existência de um crime passional associado. Antónia era viúva de Raimundo da Silva, Alexandre era moço solteiro, morador na Proverba. Possivelmente por causa da *Devassa*, Antónia havia viajado para Lisboa naqueles dias,<sup>42</sup> o que não evitou as denúncias.

De acordo com o testemunho de José Rodrigues, moleiro de Arcena, « [...] Alexandre Felix morador nesta vila tem de portas a dentro uma viúva com quem anda em trato ilícito, que por este respeito lhe mataram o marido, e que há muito pouco tempo que a dita pejara do dito Alexandre Felix [...]».<sup>43</sup> Repare-se que o nome da mulher não é sequer referido, aliás, dos quatro testemunhos apenas uma pessoa o menciona, acrescentando outros pormenores. Francisco da Costa Pinto, fazendeiro e, naquele ano, juiz ordinário da câmara de Alverca, afirmou que «[...] Alexandre Felix Aguiar e Sousa moço solteiro anda em trato ilícito com Antónia Maria viúva de Raimundo da Silva, e que a dita pejara dele o que foi publico, e escandaloso a todo este povo, e que é comadre do dito Alexandre Felix e que agora de próximo parira uma criança do dito [...]».<sup>44</sup>

Assim, ao pecado de concubinato, aliava-se o de incesto, tendo em conta o compadrio entre ambos, e o de bastardia pois da relação nascera uma criança. No que respeita à suspeita de crime passional, também o carpinteiro Francisco Barros afirmava que por causa

<sup>39</sup> *Idem.*, fl. 117v.

<sup>40</sup> *Cf. Idem.*, fls. 120 e 121.

<sup>41</sup> AHCP, *Livro das Devassas na vizita q fez em as Igrejas do Ribatejo, e parte das do termo de Lisboa este prez. e anno de 1752 sendo Viz.or o Ill. R.do Sr. Dr. Manoel Gam.o de Barroz, Prior em a Igreja de S.ta Maria da V.ª de Ulme, e de N.ª Sr.ª da Conceição do Lugar do Loreto, e da de S. Braz da V.ª da Chamusca...*, 481, fl. 53.

<sup>42</sup> *Cf. Idem.*, fl. 54.

<sup>43</sup> *Idem.*, fl. 56.

<sup>44</sup> *Idem.*, fl. 57.

da relação com Alexandre o marido de Antónia havia sido morto.<sup>45</sup> Nada mais foi possível saber sobre esta situação, que não é sequer mencionada no *Livro de Termo* desse ano, seja como for percebe-se que esta relação era do conhecimento público na vila, mas também no lugar de Arcena.

Como não podia deixar de ser o adultério enquadra-se nos crimes públicos que a Igreja condenava. Nos documentos estudados foram encontradas referências a seis casos distintos, dos quais selecionaram-se alguns exemplos. Na *Devassa* de 1743 Manuel Francisco «[...] disse que José de Barros solteiro e morador nesta vila tem trato ilícito com a mulher de Jacinto Gomes homem do mar [...].»<sup>46</sup> Este devia ser o caso do ano pois é referido por outras testemunhas, mais ou menos da mesma forma. Algumas páginas à frente, o boticário Cipriano de Macedo acrescenta um pormenor importante, é o primeiro a referir o nome da mulher. Segundo o seu testemunho «[...] José de Barros solteiro morador nesta vila anda publicamente amancebado com Maria dos Reis casada com Jacinto [...].»<sup>47</sup> No *Livro de Termos* de 1748 o casal volta a ser referido, embora acusados de outro delito, João de Barros que neste documento é indicado como exercendo o ofício de sapateiro e Maria dos Reis, agora viúva, foram admoestados em segundo lapso de concubinato,<sup>48</sup> prova que independentemente do receio que as pessoas tinham das visitas patriarcais, isso não as impedia de viver como bem entendiam.

Ainda referente ao adultério, o caso relatado com maior complexidade foi mencionado no *Livro de Devassas* de 1752, referido por oito num total de vinte testemunhas<sup>49</sup> – registre-se que em todos os casos analisados este é o que apresenta maior número de delações -, trata-se do envolvimento do Padre Luis Mateus, residente em A-dos-Potes, com Maria Teresa, casada com o sapateiro Inácio Mateus, primo do primeiro. Este caso gerava polémica não só pela situação de adultério público, mas também pelos atos de violência praticados pelo casal contra Inácio Mateus, para além de que se apontavam ao Padre outros delitos morais, como se verá.

O Padre Luis Mateus, que em 1760 o Patriarcado havia de classificar como sendo «[...] de ordinaria] capacid[ade] e instrução [...],»<sup>50</sup> é acusado na *Devassa* de frequentar tabernas com regularidade, onde jogava e bebia para além da conta, «[...] com escândalo a todo este povo [...],»<sup>51</sup> como se não bastasse, pesava sobre ele

<sup>45</sup> *Idem.*, fl. 57v.

<sup>46</sup> AHCPL, *Devassa da visita de [sic.] Ribatejo q fez o D. Theodozio Dias Vigº da Vara da Golegan em que se compreendem algumas Igrejas do Termo de Lisboa. Anno de 1743*, 293, fl. 117v.

<sup>47</sup> *Idem.*, fl. 121v.

<sup>48</sup> Cf. AHCPL, *Livro dos termos do RibaTejo e Azambuja e parte do termo de Lisboa ano de 1748 sendo Vizitador o Rdo. Dr. Feliz Dantas Barboza*, 463, fl. 27.

<sup>49</sup> Em todos os *Livros de Devassa* consultados foi possível fazer o levantamento das testemunhas arroladas, tornando-se evidente que nem todos os homens se prestavam a referir fosse o que fosse. Este é um assunto que vai ser retomado em outro trabalho, no entanto considerou-se importante referir este aspeto. À laia de exemplo, na *Devassa* de 1752 foram arrolados 28 nomes, oito dos quais afirmaram não ter conhecimento de qualquer situação referida no inquérito apresentado.

<sup>50</sup> AHCPL, *Devassa do Ribatejo*, 1760, 519, fl. 8.

<sup>51</sup> AHCPL, *Livro das Devassas na vizita q fez em as Igrejas do Ribatejo, e parte das do termo de Lisboa este prez.e anno de 1752 sendo Viz.or o Ill. R.do Sr. Dr. Manoel Gam.o de Barroz, Prior em a Igreja de S.ta Maria da V.ª de Ulme, e de N.ª Sr.ª da Conceição do Lugar do Loreto, e da de S. Braz da V.ª da Chamusca...*, 481, fl. 56v.



pecado de adultério, incesto – tendo em conta que Maria Teresa era esposa do primo-, concubinato e violência. As testemunhas afirmaram ser público em A-dos-Potes que o padre mantinha «trato ilícito» com Maria Teresa, mesmo porque o sapateiro Inácio Mateus havia saído da sua própria residência «[...] dizendo que sua mulher não queria fazer vida com ele por querer ter o clérigo em casa.»<sup>52</sup> E, de acordo com outro testemunho, Inácio Mateus temia «[...] o dito Padre por este lhe dizer em uma ocasião que lhe havia atirar um tiro [...]»<sup>53</sup> O sapateiro José da Silva, morador na vila de Alverca, detalhava no seu testemunho que Inácio Mateus «[...] fugira de casa dizendo a ele testemunha que o deixasse trabalhar na sua loja porque o Padre Luis Mateus lhe dissera que se fizesse algum mal a sua mulher que lhe havia atirar a espingarda, e que no tempo que o marido da dita se retirou da casa o dito Padre comia, e dormia assistindo com a dita de portas a dentro [...]»<sup>54</sup>

Devido ao número de testemunhas, não havia como negar a culpa de Maria Teresa e do Padre Luis Mateus. Ainda nesse livro havia de ficar registado que o Visitador obrigava a que o Padre fizesse *Termo* em primeiro lapso de concubinato, adultério e incesto com Maria Teresa, bem como das acusações de jogo e de alcoolismo, o que foi feito em livro próprio onde se registou que o mesmo assumia a culpa, «[...] e q[ue] prometia emendar-se sujeitando-se a todas as penas q[ue] lhe fossem impostas e que visto e ouvido o Sr. Dr. o admoestou [...] para que se apartasse do mau estado em que andava, e que temesse a estreita conta q[ue] havia de dar a D[eus] com cominação de ser castigado rigorosamente de aljube, o q[ue] tudo prometeu satisfazer de baixo de todas as penas [...]».<sup>55</sup>

Quanto a Maria Teresa, embora mencionada no *Livro dos Termos*, na relação com o Padre, aquando da *Devassa* o visitador havia ordenado que a mesma fosse admoestada pelo Pároco, à época o cura Manuel Henriques, o que foi feito de acordo com uma nota na margem.<sup>56</sup> Fosse pela exposição pública, ou pela ameaça de prisão eclesiástica no caso do Padre, nenhum dos dois voltou a ser referido nas *Devassas* posteriores.

Na *Devassa* de 1752 apurou-se um outro caso de adultério, referido por três testemunhos, com mais ou menos detalhe. De acordo com os registos Antónia, mulher do Alcaide, mantinha uma relação ilícita com o lavrador Manuel Belo. O sapateiro José da Silva, que foi chamado a confirmar o rumor, relatou que «[...] vindo ele testemunha em um dia para o campo vira ir mulher pela estrada, bastantemente à pressa, e que chagara a uma casas onde não habita gente, e que nelas estava Manuel Belo lavrador, e morador nesta vila e entrara a mulher para dentro a qual se chamava Antónia casada

<sup>52</sup> *Idem.*, fl. 55.

<sup>53</sup> *Idem.*, fls. 57-57v.

<sup>54</sup> *Idem.*, fl. 54.

<sup>55</sup> AHCPL, 1752, *Livro de Termos da Vizita do Robatejo sendo Viz.or o Ill.º R.do Sr. Dr. M.l Gamr.º de Barros Prior em a Igreja de S.ta Maria da V.ª de Ulme, e de N. Sr.ª da Conceição do Lugar do Loreto, e da de S. Braz da V.ª da Chamusca*, 478, fl. 22.

<sup>56</sup> AHCPL, *Livro da Visitação espiritual e temporal, que nas Igrejas e freguesias do Riba Tejo, fez no anno de 1756 O Rmo Sr Visitador; Manoel Pinheyro Coimbraõ, Ministro da Curia Patriarcal, e Vigario Geral da nobre villa de Obidos*, 157, fl. 58v.

com o Alcaide desta vila, e viu ele testemunha fechar logo as portas assim que ela se meteu para dentro, e como nas ditas casas não estava mais ninguém presumiu mal deste ato [...].»<sup>57</sup>

Apesar dos testemunhos apresentados, nada mais foi registado sobre este caso, nem mesmo no *Livro dos Termos* desse ano. Aspeto que pode apontar para o facto de o Visitador ter considerado não existirem dados suficientes que provassem a culpa de adultério, ou por se tratarem de pessoas pertencentes à elite local, este assunto pode ter sido registado num outro documento, mais resguardado e apenas para conhecimento do Pároco que devia revelar aos acusados a existência da suspeita de adultério.<sup>58</sup>

Se anteriormente se apresentou uma situação de adultério em que o marido enganado é apresentado como vítima, o mesmo não acontece em uma outra situação, registada no *Livro de Devassas* de 1781 e referida por cinco testemunhas, de acordo com as quais Manuel Ferreira, moleiro no Moinho de Ferro, mantinha uma relação adúltera com Antónia de Barros, casada com João de Barros, o qual tinha conhecimento do caso e era acusado de ser consentidor.<sup>59</sup> Um dos acusadores chega mesmo a referir que o casal já havia sido denunciado, numa das visitas anteriores, na sequência da qual «[...] sabe fizeram termo p[ara] que se não comunicassem mais e q[ue] não obstante sabe q[ue] continuam da mesma forma [...]». <sup>60</sup> No *Livro de Termos* desse ano constata-se que os três implicados foram repreendidos e obrigados ao pagamento de 1.200 réis de coima, destinados aos cofres da Igreja, tendo João de Barros sido perdoado do pagamento da coima por ser muito pobre.<sup>61</sup>

Nos documentos analisados foram também encontradas três situações de violência doméstica, condenados pelas testemunhas que os referiram, bem como pelo Visitador. Percebe-se então que, embora social e legalmente a mulher vivesse na dependência do marido e este tivesse direito de castigar fisicamente, a violência doméstica, derivada do consumo excessivo de álcool, ou da relação com outra mulher, não era bem vista.

Em 1743 o ferrador João da Costa foi acusado de maltratar a mulher, chegando mesmo a separar-se dela, por conta da relação de concubinato que mantinha com Quitéria. Nos documentos não foi encontrado o nome da esposa do ferrador, o nome da amante apenas é registado num *Termo de Lapso* no livro de 1748.<sup>62</sup> O primeiro a descrever o caso foi Sebastião

<sup>57</sup> AHCPL, *Livro das Devassas na vizita q fez em as Igrejas do Ribatejo, e parte das do termo de Lisboa este prez. e anno de 1752 sendo Viz.or o Ill. R.do Sr. Dr. Manoel Gam.o de Barroz, Prior em a Igreja de S.ta Maria da V.ª de Ulme, e de N.ª Sr.ª da Conceição do Lugar do Loreto, e da de S. Braz da V.ª da Chamusca...*, 481, fl. 55v.

<sup>58</sup> Cf. Joaquim Ramos de CARVALHO, *Op. Cit.*, pp. 46-47.

<sup>59</sup> Cf. AHCPL, *Devassa das Igrejas Parochiaes do Arciprestado do Ribatejo e de outras do tr.º de Lxª p. part e do Oriente Tiradas em Vizita no anno de 1781 sendo vizitador O M. R. S.or Pedro Francisco Caneva Prior na Igeja de S. Thomee de Lxª e Examinador Sinodal do Patr.do*, 154, fls. 91- 93v.,

<sup>60</sup> AHCPL, *Devassa das Igrejas Parochiaes do Arciprestado do Ribatejo e de outras do tr.º de Lxª p. part e do Oriente Tiradas em Vizita no anno de 1781 sendo vizitador O M. R. S.or Pedro Francisco Caneva Prior na Igeja de S. Thomee de Lxª e Examinador Sinodal do Patr.do*, 154, fl. 93v.

<sup>61</sup> Cf. AHCPL, *Termos Assignados pellos Comprehendidos na vizita do Ribatejo no anno de 1781, sendo Vizitador o M. R. Sr.Pedro Francisco Caneva Prior na Igreja de S. Thome de Lx.ª, e Examinador sinodal do PatrdoComprehende as Igr.asdo termo de Lx.ª que estão a p.te Oriental*, 507, fl. 42v.

<sup>62</sup> Cf. AHCPL, *Livro dos termos do RibaTejo e Azambuja e parte do termo de Lisboa ano de 1748 sendo Vizitador o Rdo. Dr. Feliz Dantas Barboza*, 463, fl. 25v.

Barbosa de Sousa que afirma ter ouvido de «[...] João Antunes, oficial de barbeiro, que João da Costa ferrador andava receoso da visita [*por causa da relação com*] uma filha ou enteada do Moledo<sup>63</sup> com quem se murmurava ele tinha comunicação ilícita [...]»<sup>64</sup> Esta é uma das situações em que, sabendo-se culpado e na certeza de vir a ser delatado ao Visitador, o autor procura disfarçar o caso tentando, sem grande sucesso, que o mesmo fosse esquecido, aspeto reforçado por João Ferreira Quaresma, o qual testemunhou «[...] que por esta ilícita comunhão, que é publica nesta vila tem estado muito tempo separado de sua mulher e só agora há pouco tempo, por temor da visita, a trouxe para sua companhia.»<sup>65</sup>

Finalmente é o mesmo João Antunes, referido em cima, que questionado sobre o testemunho do primeiro, refere não haver «[...] dúvida que João da Costa ferrador anda amancebado publicamente com uma filha de João Francisco e Maria Teresa e que esta é consentidora deste ilícito trato e que por esta razão se tem separado da sua consorte maltratando-a com pancada e que sempre o dito cúmplice andou no trato de concubinato fazendo todo o possível por difamar a muitas mulheres, entrando por janelas e quintais do que resulta ser tido por todo o lado desta vila por homem perverso, o que se sabe por ser publico e notório.»<sup>66</sup> Não foi encontrado o *Livro de Termos* desse ano, mas no de 1748, já referido, sabe-se que o ferrador voltou a ser chamado perante o Visitador, acusado do mesmo delito em segundo lapso, tendo assinado *Termo* comprometendo-se a emendar-se, como a maioria dos acusados costumavam fazer.

Se João da Costa maltratava a mulher com pancada, para melhor viver com a amante, o taberneiro Valentim Ferreira, morador no Lugar da Ponte, fazia-o por outro motivo. A situação é reportada em 1752, pelo ferrador José da Costa Aguiar o qual afirma que «Valentim Ferreira taverneiro [...] é costumado a tomar-se de vinho descompondo as pessoas e tratando mal sua mulher o que escandaliza a vizinhança [...]»<sup>67</sup> Não é caso único.

No *Livro dos Temos* de 1756 é registado e assinado o «Termo que faz de emenda em primeiro lapso Francisco dos Santos trabalhador da vila de Alverca pela culpa de se turvar de vinho e maltratar a sua mulher».<sup>68</sup> Neste documento, assim como nos referidos em cima, não se dá a conhecer o nome da mulher, este dado apenas é conhecido porque apesar de ter prometido, diante do Visitador, sob pena de prisão e pagamento de uma coima, que se emendava, na devassa de 1761 dois testemunhos voltam a referir a situação, e no *Livro de Termos* desse ano também lhe é feita referência.

<sup>63</sup> No *Livro de Termos de 1748* (Cf. fl. 25v) trata-se de João Francisco, morador no lugar do Moledo, daí a alcunha pela qual era conhecido na vila de Alverca. De acordo com informações de Arnaldo Barros este é um topónimo ainda conhecido. A rua do casal do Moledo localiza-se no Bom Sucesso, ali pode encontrar-se ainda algumas casas antigas e a Escola Básica 2,3 do Bom Sucesso.

<sup>64</sup> AHCPL, *Devassa da visita de [sic.] Ribatejo q fez o D. Theodozio Dias Vigº da Vara da Golegan em que se compreendem algumas Igrejas do Termo de Lisboa*. Anno de 1743, 293, fl. 116v.

<sup>65</sup> *Idem.*, 293, fl. 122.

<sup>66</sup> *Idem.*, fl. 122v.

<sup>67</sup> AHCPL, *Livro das Devassas na vizita q fez em as Igrejas do Ribatejo, e parte das do termo de Lisboa este prez. e anno de 1752 sendo Viz. or o Ill. R.do Sr. Dr. Manoel Gam.o de Barroz, Prior em a Igreja de S.ta Maria da V.º de Ulme, e de N.º Sr.º da Conceição do Lugar do Loreto, e da de S. Braz da V.º da Chamusca...*, 481, fl. 53.

<sup>68</sup> AHCPL, *Livro dos termos dos Reos comprehendidos na Visita que nas villas do Riba Tejo fez no anno de 1756 o Reverendissimo Sr. Manoel Pin[heiro] Coi[m]brão Ministro da Curia Patriarchal e Vig.º Geral da nobre V.º d'Óbidos*, 482, fl. 53.

Sabe-se então que o trabalhador Francisco dos Santos morava na rua do Ribeiro e «[...] é homem de tão má consciência que se costuma turbar de vinho continuamente com escândalo de todo este povo e por esta causa dá má vida a sua mulher Marcolina [...], a quem dá muita pancada [...]»<sup>69</sup> Isto relatado por Vicente Alves de Figueiredo, residente na mesma rua, para quem a causa do escândalo era o manifesto e constante estado alcoolizado do vizinho. Pedro Nunes também refere o caso, mas de acordo com o seu testemunho, ou pelo menos a forma como foi registado, dá ênfase à violência como causa do escândalo. Segundo ele Francisco dos Santos vivia a «[...] tombar de vinho com o que da munto má vida a sua mulher dando-lhe pancada com o que causa gravíssimo escândalo.»<sup>70</sup>

Alguns dias depois Francisco dos Santos é chamado à presença do Visitador que « [...] o repreendeu áspera, e severamente do escândalo que causava em viver mal com sua mulher a quem dava má vida por causa de se tombar de vinho continuamente de que já foi repreendido [n]a visita passada mandando que evitasse o dito escândalo, emendando-se do dito vicio pena de que o não fazendo ser castigado com dois meses de cadeia e pagar seis mil reis e agora visto ser o segundo lapso atendendo a ser pobre o condena somente em dois mil reis o que ele humildemente prometeu [...]»<sup>71</sup> Pode perceber-se a indignação e quase desprezo dos vizinhos que o acusam, bem como do próprio visitador, quando à época um dos deveres do homem era o provento do lar. Dar boa vida à família e cuidar para que nada faltasse, mesmo perante as dificuldades, era uma missão de todos os homens de bem até há pouco tempo na nossa História, aspeto que apenas foi sendo alterado a partir do momento em que as mulheres começaram, a conquistar o seu lugar no mundo do trabalho e na sociedade em geral.

Para além das situações já expostas de coabitação, concubinato e adultério, também a separação de cônjuges era tida como um pecado público a ser expiado. Recorde-se que, a partir do Concílio de Trento, a religião Católica defende como legítima apenas a união oficializada de acordo com o ritual do matrimónio católico, sob o qual os esposos estariam ligados por toda a vida. Foram encontradas três acusações, uma em 1743, a que já se fez referência, sobre o abandono do lar por parte de João da Costa, e duas em 1781.

De acordo com quatro testemunhas, Rita Maria – no *Livro de Termos* desse ano designada por Rita Pereira – residente no largo do pelourinho, fronteiro à casa da câmara de Alverca, «[...] vive separada de seu marido José Simões não fazendo caso algum dele sem o querer admitir em sua casa o q[ue] também causa escândalo [...]»<sup>72</sup> Nenhum dos denunciantes aponta uma razão concreta para Rita Maria não admitir o marido em sua casa, apenas é reforçada a ideia segundo a qual João Simões vivia separado *sem autoridade própria*,<sup>73</sup> ou

<sup>69</sup> AHCPL, *Livro das Devassas da Visita do Ribatejo, e termo de Lisboa*, 1761, 159, fl. 229v.

<sup>70</sup> *Idem.*, fl. 237.

<sup>71</sup> AHCPL, *Livro de Termos*, 1761, 151, fl. 59v.

<sup>72</sup> AHCPL, *Devassa das Igrejas Parochiaes do Arciprestado do Ribatejo e de outras do trº de Lxª p. part e do Oriente Tiradas en Vizita no anno de 1781 sendo vizitador O M. R. S.or Pedro Francisco Caneva Prior na Igeja de S. Thomee de Lxª e Examinador Sinodal do Patr.do.*, 154, fl. 91v.

<sup>73</sup> *Idem.*, fl. 95v.

seja, por vontade da mulher. No *Livro de Termos* desse ano, pode perceber-se que o casal foi chamado à presença do visitador, onde foram admoestados e repreendidos «[...] pelo escândalo q[ue] tem dado nesta V[ila] com a sua separação [...]»<sup>74</sup>

No mesmo ano três pessoas reportavam uma outra situação de separação. Era público em Alverca que João Rodrigues vivia separado da mulher Joaquina Inácia, a qual tinha como alcunha «a Vadia» – o epíteto é revelador da má fama que a mesma teria na povoação – e, de acordo com o testemunho do homem de mar Francisco Ferreira, «[...] dando ela causa a isto [...]»<sup>75</sup> Não existem dados que permitam aprofundar as razões da separação, o facto é que perante o Visitador foram admoestados e repreendidos «pelo escândalo q[ue] têm dado com o seu divórcio não havendo causa p[ara] ele, nem autoridade para se separarem. Só com feito por se não ouvirem no génio ordenando-lhes de hoje por diante vivão como casados juntos em boa paz e união.»<sup>76</sup> Ou seja por mais que a população pudesse julgar existirem motivos para João Rodrigues se separar da mulher, os costumes e a religião impunham-lhes a união.

Ainda relativamente aos delitos de cariz sexual importa referir a existência de dois casos de aliciamento de mulheres. O primeiro, referido na *Devassa* de 1752, dá conta que o moleiro da Proverba Manuel Vieira, morador no lugar da Formigueira, «[...] no seu mesmo moinho costuma desinquietar algumas mulheres para atos desonestos [...]»<sup>77</sup>, nomeadamente com uma *moça donzela* de nome Ana Cardoso, que vivia com a irmã e o cunhado António de Oliveira e que, de acordo com Francisco da Costa «[...] parira, em casa dele testemunha, de Manuel Vieira moleiro o qual é costumado a desinquietar as mulheres que vão aos seu moinho buscar ou levar algum trigo o que foi publico nesta terra [...]»<sup>78</sup> Curiosamente esta situação não vem referida no *Livro de Termos* desse ano, onde é mencionada uma situação semelhante, que não foi registada na *Devassa*. À presença do Visitador foi chamado Silvestre Gomes, morador em A-dos-Melros «[...] a quem disse o dito Prior que ele estava culpado nesta visita pela culpa de inquietar mulheres para mau fim [...]»<sup>79</sup>

Para além das situações de carácter sexual reportadas, com referência às mulheres, em 1756 são denunciadas ao visitador três benzedeadas – as quais usavam técnicas ancestrais de origem pagã que, obviamente, a Igreja condenava – e uma situação de ódio público. No

<sup>74</sup> AHCPL, *Termos Assignados pello Comprehendidos na vizita do Ribatejo no anno de 1781, sendo Vizitador o M. R. SrPedro Francisco Caneva Prior na Igreja de S. Thome de Lx.ª, e Examinador sinodal do PatroComprehende as Igr.asdo termo de Lx.ª que estão a p.te Oriental*, 507, fl. 44.

<sup>75</sup> AHCPL, *Devassa das Igrejas Parochiaes do Arciprestado do Ribatejo e de outras do tr.º de Lxª p. part e do Oriente Tiradas em Vizita no anno de 1781 sendo vizitador O M. R. S.or Pedro Francisco Caneva Prior na Igreja de S. Thomee de Lxª e Examinador Sinodal do Patr.do*, 154, fl. 95.

<sup>76</sup> AHCPL, *Termos Assignados pello Comprehendidos na vizita do Ribatejo no anno de 1781, sendo Vizitador o M. R. SrPedro Francisco Caneva Prior na Igreja de S. Thome de Lx.ª, e Examinador sinodal do PatroComprehende as Igr.asdo termo de Lx.ª que estão a p.te Oriental*, 507, fl. 43v.

<sup>77</sup> AHCPL, *Livro das Devassas na vizita q fez em as Igrejas do Ribatejo, e parte das do termo de Lisboa este prez.e anno de 1752 sendo Viz.or o Ill. R.do Sr. Dr. Manoel Gam.o de Barroz, Prior em a Igreja de S.ta Maria da V.ª de Ulme, e de N.ª Sr.ª da Conceição do Lugar do Loreto, e da de S. Braz da V.ª da Chamusca ...*, 481, fl. 57v.

<sup>78</sup> *Idem.*, fl. 58.

<sup>79</sup> AHCPL, 1752, *Livro de Termos da Vizita do Robatejo sendo Viz.or o Ill.º R.do Sr. Dr. M.I Gamr.º de Barros Prior em a Igreja de S.taMaria da V.ª de Ulme, e de N. Sr.ª da Conceição do Lugar do Loreto, e da de S. Braz da V.ª da Chamusca*, 478, fl. 19v.

*Livro da Devassa* de 1756<sup>80</sup> ficamos a saber que, de acordo com uma denúncia do lavrador Manuel de Matos, « [...] uma Mariana viúva, moradora no Ribeiro da vila [...]» costumava benzer de quebranto.<sup>81</sup>

No mesmo documento Manuel José da Costa, cirurgião, informava ao Visitador que « [...] Catarina Maria, mulher de Manuel da Costa, residente na Travessa do Corredor [...] costuma benzer de quebranto. E que o mesmo pratica Maria Josefa mulher de Manuel Carvalho carreteiro moradora na rua direita junto à Misericórdia.»<sup>82</sup> Em relação a esta última Manuel Correia, moleiro, morador no moinho do Batoque,<sup>83</sup> afirmava ter testemunhado «[...] houvera um mês pouco mais ou menos [...],»<sup>84</sup> num momento em que estava perto da casa da benzedeira «[...] chegar uma pessoa com um colete para benzer o dono dele de quebranto e [Maria Josefa] dizendo que não estava naquela ocasião em termos mandara deixar ficar o dito colete dizendo que ela o benzeria ao sujeito dono dele.»<sup>85</sup>

No *Livro de Termos* desse ano percebe-se que nem a viúva Mariana, nem Catarina Maria foram chamadas à presença do Visitador por este delito. Já no que respeita a Maria Josefa foi-lhe ordenado que parasse com a atividade, contudo entende-se na análise do documento que não foi essa a razão para ser chamada, mesmo porque na *Devassa* de 1761 foi acusada do mesmo delito, não existindo *Termo* assinado relativo a esse aspeto. A razão do *Termo* era outra.

Na *Devassa* de 1756 o cirurgião José da Costa, bem como outras quatro testemunhas, apresentavam outra acusação contra Maria Josefa, que andava desavinda com Josefa Maria, esposa do taberneiro Domingos Monteiro, também ela moradora na rua direita, atual rua Miguel Bombarda, junto à Misericórdia. De acordo com o cirurgião o caso já durava há mais de um ano, ambas as mulheres viviam «[...] com odio publico e escandaloso uma com a outra disputando-se de contínuo com palavras injuriosas de que resulta grave escândalo nesta vila [...].»<sup>86</sup>

O cabreiro José da Silva acrescentava que «[...] a dita Maria [Josefa] [...] é de tão má língua que não só por adversidade particular que tem à dita Josefa Maria a descompõe, mas ainda outras mais pessoas da sua vizinhança em matérias de crédito e honra tudo com escândalo grave desta terra [...].»<sup>87</sup> Esta situação foi confirmada pelo lavrador Manuel de Mendonça que, no seu testemunho, não se refere particularmente à desavença com a vizinha tendo declarado «[...] que sabe por ser publico que Maria Josefa é costumada a descompor de

<sup>80</sup> AHCPL, *Livro da Visitação espiritual e temporal, que nas Igrejas e freguesias do Riba Tejo, fez no anno de 1756 O Rmo Sr Visitador; Manoel Pinheyro Coimbraõ, Ministro da Curia Patriarcal, e Vigario Geral da nobre villa de Obidos*, 157.

<sup>81</sup> *Idem.*, fl. 124.

<sup>82</sup> 79 *Idem.*, fl. 121v.

<sup>83</sup> De acordo com informações de Inocêncio Casquinha tratava-se de uma azenha, uma vez que o sítio do Batoque fica junto do rio, em Arcena.

<sup>84</sup> AHCPL, *Livro da Visitação espiritual e temporal, que nas Igrejas e freguesias do Riba Tejo, fez no anno de 1756 O Rmo Sr Visitador; Manoel Pinheyro Coimbraõ, Ministro da Curia Patriarcal, e Vigario Geral da nobre villa de Obidos*, 157fl. 127v.

<sup>85</sup> *Idem. Ibidem*, fl. 127v.

<sup>86</sup> *Idem.*, fl. 121v.

<sup>87</sup> *Idem.*, fls. 123v-124.

língua a sua vizinhança em matérias graves de que resulta escândalo nesta terra [...]»<sup>88</sup> De todas as mulheres referidas nesta documentação Maria Josefa destaca-se, por um lado porque as acusações contra ela são muito mais detalhadas em termos característicos, por outro lado porque é a única pessoa, independente do género, em todos os *Livros de Termos* analisados, a não seguir a fórmula habitual de aceitação de culpa e cumprimento da pena, quando atribuída, como era o caso.

De facto, no *Livro de Termos* de 1756 registaram-se os *Termos* respeitantes às duas mulheres desavindas. Josefa Maria reconheceu a culpa e humildemente aceitou confessar-se e a pagar uma coima de 1.600 réis.<sup>89</sup> A mesma pena foi atribuída à vizinha Maria Josefa, pelo que, embora lhe houvessem mandado parar com as práticas de benzer de quebranto, a coima não foi agravada, percebendo-se que este tipo de denúncia, pelo menos à época, seria alvo de admoestação, mas não de penas maiores.

Seja como for a atitude desta mulher difere de todas as outras, como já foi referido. Na presença do pároco, Maria Josefa «[...] foi por ele grave e severamente admoestada e repreendida [...]»,<sup>90</sup> foi instigada a procurar a paz e a tratar amigavelmente a vizinha, como ordenava o preceito divino, devendo confessar-se e foi-lhe imposta a coima referida, a qual se destinava a pagar ao oficial de justiça – na época denominado por Meirinho – e às despesas judiciais. Contudo «[...] a dita Ré não aceitou humildemente e recusou cumprir por este termo querendo antes defender-se pelos meios ordinários sem embargos [...]»<sup>91</sup> Até ao momento não foi encontrada documentação que permitisse saber quais terão sido as consequências desse ato em concreto.<sup>92</sup>

Como já foi referido em 1761 a mesma mulher volta a ser denunciada como benzedeira e, no mesmo documento, surgem outras acusações a envolvê-la. Pelo menos acredita-se que se trata da mesma mulher tendo em conta o facto de residir «no fim da rua da Misericórdia». Pedro Nunes, caseiro na Quinta do Adarse, relatava que os filhos de Maria Josefa, agora viúva, viviam em pecado de coabitação. Desta forma conhece-se que existia uma filha «mais moça» de nome Caetana Maria,<sup>93</sup> contratada para casar com José Luís, criado da Quinta do Galvão, o qual frequentava a residência da noiva.

Em casa de Maria Josefa residia também um filho, Manuel dos Reis, homem de mar, o qual «[...] se acha contratado para casar com a filha única de Francisco Rodrigues morador [a]o pé da Misericórdia [...]»<sup>94</sup> à casa do qual, segundo o caseiro, o filho de Maria Josefa ia. Neste caso desconhece-se o nome da rapariga, uma vez que no *Livro de Termos* percebe-se que apenas mãe e filha são chamadas à presença do Visitador, tendo ambas assinado um *Termo*

<sup>88</sup> *Idem.*, fl. 122v

<sup>89</sup> *Cf. Idem.*, fl. 49v

<sup>90</sup> *Idem.*, fl. 49.

<sup>91</sup> *Ibidem.*, fl. 49.

<sup>92</sup> N.A. Embora não seja possível ter a certeza do que aconteceu neste caso concreto, sobre as possíveis consequências de não se aceitar a culpa neste tipo de processos ver José Ramos de CARVALHO, *Op. Cit.*, pp. 45-46.

<sup>93</sup> N.A. O nome da moça apenas é referido no termo onde, no título é identificada como «Catherina» e no corpo do termo, por duas vezes, como «Caetana». *Cf. AHCPL, Livro de Termos*, 1761, 151, fl. 55v.

<sup>94</sup> AHCPL, *Livro das Devassas da Visita do Ribatejo, e termo de Lisboa*, 1761, 159, fl. 237.

*de fama sessanda*<sup>95</sup> após serem repreendidas pelo escândalo de admitirem em casa o noivo da jovem.<sup>96</sup>

Assim, temos neste conjunto de documentos, uma série de referências a mulheres de Alverca. Não foram mencionados todos os nomes, tendo-se optado por referir exemplos mais completos de cada uma das situações mencionadas. Como já foi referido em alguns casos, por mais interessante que a situação pudesse ser, desconhece-se o nome da mulher, por exemplo sabe-se que em 1761 os rendeiros dos telhais do Adarse são acusados de fazerem trabalhar os seus serventes aos domingos e dias santos. Entre os rendeiros menciona-se a viúva e herdeira de Francisco Rodrigues Aleixo, sem indicação do nome.<sup>97</sup>

Seja como for, é óbvio que as mulheres referidas neste conjunto documental são, na sua maioria, pessoas humildes, socialmente desfavorecidas, parte daquele conjunto de massa humana que faz a História mas que raramente são mencionados, de forma concreta nas fontes históricas, mas que aqui se podem encontrar com maior ou menor riqueza de detalhes.

## Conclusão

Tal como o título indica, neste trabalho foram apresentadas mulheres sobre as quais se encontraram referências na documentação do século XVIII, que foi analisada até ao momento. É importante referir este aspeto porque, embora dificilmente seja possível realizar uma abordagem biográfica sobre cada uma das mulheres representadas, mesmo porque a informação sobre elas não é bastante, é possível que a análise de outros documentos nos tragam um ou outro dado suplementar. Relativamente ao antigo concelho de Alverca há muita documentação dispersa em arquivos, já para não referir aquela que se perdeu.

Seja como for, este trabalho pretende revelar alguns aspetos das vivências femininas na centúria de setecentos, que por certo não diferem da realidade vivida no restante Reino de Portugal. São apenas referências que, dificilmente, podem ser aprofundadas, contudo era importante resgatar estas mulheres, afinal elas também fizeram a História de Alverca. Um dos objetivos deste trabalho é o de servir como incentivo a outras investigações, que permitam aprofundar estes conhecimentos, respeitantes às vivências das mulheres de Alverca.

Quanto à História da Mulher em Portugal, as últimas décadas têm sido férteis em investigações aprofundadas, sobre diversas temáticas relacionadas com as vivências femininas, em diversas épocas e em distintos estratos sociais. Existem inúmeras obras de autores de renome nacional e internacional, investigadores de diversas áreas das ciências sociais. Algumas estão publicadas *on-line*. Basta procurar.

<sup>95</sup> Sobre o termo *de fama sessanda* ver José Ramos de CARVALHO, Op. Cit, p. 47.

<sup>96</sup> AHCPL, *Livro das Devassas da Visita do Ribatejo, e termo de Lisboa*, 1761, 159, fl. 237.

<sup>97</sup> Cf. *Idem.*, fl. 228. Em 1756 os três mestres dos telhais, Francisco Rodrigues Aleixo, António Rodrigues Aleixo e José Rodrigues já haviam sido denunciados pelo mesmo delito, Cf. *Idem.*, fl. 128v.



## Bibliografia

### Fontes Históricas Manuscritas

Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT):

*Chancelaria D. João V, Comuns*, Livro 38.

*Chancelaria D. João V, Comuns*, Livro 81.

*Chancelaria D. João V, Comuns*, Livro 104.

*Núcleo Antigo, Tombo de Alverca*, Livro XXIV, Parte I, Cx. 270.

*Memórias Paroquiais – Dicionário Geográfico de Portugal*, volume 3, memória 43 [Alverca].

Arquivo Histórico da Cúria Patriarcal de Lisboa (AHCPL):

*Devassa da visita de [sic.] Ribatejo q fez o D. Theodozio Dias Vigº da Vara da Golegan em que se compreendem algumas Igrejas do Termo de Lisboa. Anno de 1743*, 293.

*Livro dos termos do RibaTejo e Azambuja e parte do termo de Lisboa ano de 1748 sendo Visitador o Rdo. Dr. Feliz Dantas Barboza*, 463.

*1752, Livro de Termos da Vizita do Robatejo sendo Viz.or o Ill.º R.do Sr. Dr. M.I Gamr.º de Barros Prior em a Igreja de S.ta Maria da V.ª de Ulme, e de N. Sr.ª da Conceição do Lugar do Loreto, e da de S. Braz da V.ª da Chamusca*, 478.

*Livro das Devassas na vizita q fez em as Igrejas do Ribatejo, e parte das do termo de Lisboa este prez.e anno de 1752 sendo Viz.or o Ill. R.do Sr. Dr. Manoel Gam.o de Barroz, Prior em a Igreja de S.ta Maria da V.ª de Ulme, e de N.ª Sr.ª da Conceição do Lugar do Loreto, e da de S. Braz da V.ª da Chamusca...*, 481

*Livro da Vifitação espiritual e temporal, que nas Igrejas e freguesias do Riba Tejo, fez no anno de 1756 O Rmo Sr Vifitador, Manoel Pinheyro Coimbraõ, Ministro da Curia Patriarcal, e Vigario Geral da nobre villa de Obidos*, 157.

*Livro dos termos dos Reos comprehendidos na Visita que nas villas do Riba Tejo fez no anno de 1756 o Reverendissimo Sr. Manoel Pin[nheiro] Coi[m]brão Ministro da Curia Patriarchal e Vig.º Geral da nobre V.ª d'Óbidos*, 482.

*Livro das Devassas da Visita do Ribatejo, e termo de Lisboa*, 1761, 159.

*Livro de Termos [da Visita do Ribatejo, e termo de Lisboa]*, 1761, 151.

*Termos Assignados pellos Comprehendidos na vizita do Ribatejo no anno de 1781, sendo Visitador o M. R. Sr Pedro Francisco Caneva Prior na Igreja de S. Thome de Lx.ª, e Examinador sinodal do Patrdo Comprehende as Igr.as do termo de Lx.ª que estão a p.te Oriental*, 1781, 507.

*Devassa das Igrejas Parochiaes do Arciprestado do Ribatejo e de outras do trº de Lxª p. part e do Oriente Tiradas en Vizita no anno de 1781 sendo vizitador O M. R. S.or Pedro Francisco Caneva Prior na Igeja de S. Thomee de Lxª e Examinador Sinodal do Patr.do*, 154

Arquivo Histórico de Vila Franca de Xira (AHXFX), Fundo do Concelho de Alverca:

*Livro para registo das provisões e mais papeis*, 1773-1781, B/A 002.

*Livro de Registo das Posturas*, s/d, Concelho de Alverca, B/A 006.

### Fontes Históricas Manuscritas

*Ordenações Filipinas*, fac-símile da edição de Cândido Mendes de Almeida, 1870, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, Dezembro 1985, Livro 1, Título LXVIII.

## Bibliografia

José Ramos de CARVALHO, «A Jurisdição Episcopal sobre Leigos em Matéria de Pecados Públicos: As Visitas Pastorais e o Comportamento Moral das Populações Portuguesas de Antigo Regime», *Revista Portuguesa de História*, tomo XXIV, Coimbra, 1990, pp. 121-163

Amélia CETANO, «A gravidez, o parto e o pós-parto na região de Mafra», *O Eterno Feminino no Aro de Mafra – Roteiro Monográfico*, Câmara Municipal de Mafra, Setembro 1994, pp. 29-43.

Anabela FERREIRA, *Casa da Câmara de Alverca – Conhecer a sua História, Valorizar um Património (1755-1855)*, Dissertação do Mestrado em Estudos do Património, texto policopiado, Centro de Documentação do Núcleo de Alverca do Museu Municipal de Vila Franca de Xira, 2007.

Maria dos Anjos dos Santos Fernandes LUÍS, *Vivências religiosas e comportamentos sociais: Visitas Pastorais ao concelho da Lourinhã no séc. XVII*, Dissertação de Mestrado Universidade de Lisboa, Faculdade de Letras, Departamento de História, 2009.

- José MATTOSO (Dir.); Nuno Gonçalo MONTEIRO (Coord.) *História da Vida Privada em Portugal- A Idade Moderna*, Lisboa, Círculo de Leitores e Temas e Debates, 2011.
- Ricardo Jorge Carvalho Pessa de OLIVEIRA, *Sob os Auspícios do Concílio de Trento Pombal entre a prevaricação e o Disciplinamento (1564-1822)*, Tese de Doutoramento, Universidade de Lisboa, Faculdade de Letras, Departamento de História, 2013.
- José Pedro PAIVA, «A Administração Diocesana e a Presença da Igreja – O caso da diocese de Coimbra nos Séculos XVII e XVIII», *Lusitana Sacra, 2ª série, 3*, Lisboa, Centro de Estudos de História Religiosa, Faculdade de Teologia, da Universidade Católica Portuguesa, 1991, pp. 71-110.
- Isabel dos Guimarães SÁ, «As crianças e as idades da vida», *História da Vida privada Em Portugal – a Idade Moderna*, Dir. José Mattoso; Coord. Nuno Gonçalo Monteiro, Ed. Círculo dos Leitores e Temas e Debates, dezembro 2010, pp. 71-95.
- Francisco Ribeiro da SILVA, «Venalidade e Hereditariedade dos Ofícios Públicos em Portugal nos Séculos XVI e XVII – Alguns aspectos», *Revista de História*, Porto, Instituto Nacional de Investigação Científica – Centro de História da Universidade do Porto, volume VIII, 1988.
- Lisbeth Marilin Santos da SILVA, *As Visitas Pastorais na Diocese do porto (1675-1800) – Os comportamentos desviantes censurados*, Dissertação de Mestrado, Faculdade de Letras, Universidade do Porto, 2007.

# João José Miguel Ferreira da Silva Amaral – Vida e Obra: A Presença das mulheres na sua bibliografia

Graça Soares Nunes<sup>1</sup>

## RESUMO

No presente artigo, apresentamos a síntese biográfica de João José Ferreira da Silva Amaral, decomposta em vida e obra, dando a conhecer novos dados biográficos do seu percurso académico e novas obras dispersas até à data desconhecidas. Da análise efetuada é-nos revelado o seu grande empenho, em conhecer e divulgar, a história e património, da sua terra natal, apresentada de forma rigorosa através da consulta e análise de fontes históricas, e do grande rigor científico e académico, que incutiu nos estudos desenvolvidos, pela sua integração, já em fase tardia na Academia Real das Ciências de Lisboa, revelando-se grande erudito e exímio historiador local.

Não deixa de parte, nem ao acaso factos, fatores e interconexões da História, no Tempo e Espaço estudados. Sendo inclusivamente inovador, ao destacar a figura da mulher, dedicando-lhe um capítulo exclusivo na sua obra emblemática – *Ofertas históricas Relativas à Povoação de Vila Franca de Xira para Instrução dos Vindouros*. Não se deixando arrebatado e corromper pelos alvares políticos, sendo firme nas suas convicções, profundo e correto nas análises desenvolvidas. Como defensor acérrimo da Fé Católica, sem medos e preconceitos, não se deixou enredar, alheando-se de possíveis perseguições. Falou de forma coerente e com elevado sentido crítico, dos caciquismos políticos e religiosos, que percorriam o país no seu tempo. Deixou-nos grande obra e testemunho para as gerações vindouras.

Palavras-Chave: João, Amaral. Vida, Obra, Presença, Mulheres.

## 1. João José Miguel Ferreira da Silva Amaral Resenha Bibliográfica

João José Miguel Ferreira da Silva Amaral foi durante algum tempo um ilustre desconhecido, tendo o seu nome ficado cerca de século e meio na obscuridade. Nasceu a 27 de Abril de 1773 em Vila Franca de Xira, e faleceu no dia 19 Fevereiro de 1857.

Era filho do Professor de latim Francisco António Ferreira da Silva Beirão, que foi igualmente Capitão de uma Companhia de Ordenanças na vila de Cela, no concelho de Alco-

<sup>1</sup> Técnica Superior (Conservadora de Museus) Museu Municipal-Núcleo de Alverca. Mestre em História Regional e Local pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Investigadora da UE-CIDEHUS (Universidade de Évora-Centro Interdisciplinar de História, Culturas e Sociedades).



**Fig. 1** Gravura com vista de Vila Franca de Xira. Século XIX. MMVFX.

baça em 1783.<sup>2</sup> Francisco Beirão casou com Maria do Carmo Porciúncula Amaral, (teria 22 anos) em 22 de Abril 1772, na paróquia da Ajuda, em Lisboa, onde morava. A noiva era natural de Vila Franca de Xira, onde o professor Francisco Beirão exerceu a sua profissão. Foram testemunhas do seu matrimónio o 6º Conde de Vila Verde, D. José de Noronha,<sup>3</sup> e Francisco Pery de Linde, proprietários da Quinta do Cabo em Povos.<sup>4</sup>

Francisco António Ferreira da Silva Beirão e D. Maria do Carmo fixaram-se em Vila Franca de Xira, e deste enlace nasceram vários filhos. O primogénito, João Miguel Ferreira Amaral, nasceu em 27 de Abril de 1773. Foi batizado em 8 de Maio do mesmo ano, sob a presidência de Frei António de Nossa Senhora do Pilar, seu tio-avô, sendo seu padrinho, João António Pery de Linde Guedes Castello-Branco, verificando-se assim a grande ligação que a família de João Amaral tinha à família Pery de Linde de Povos.

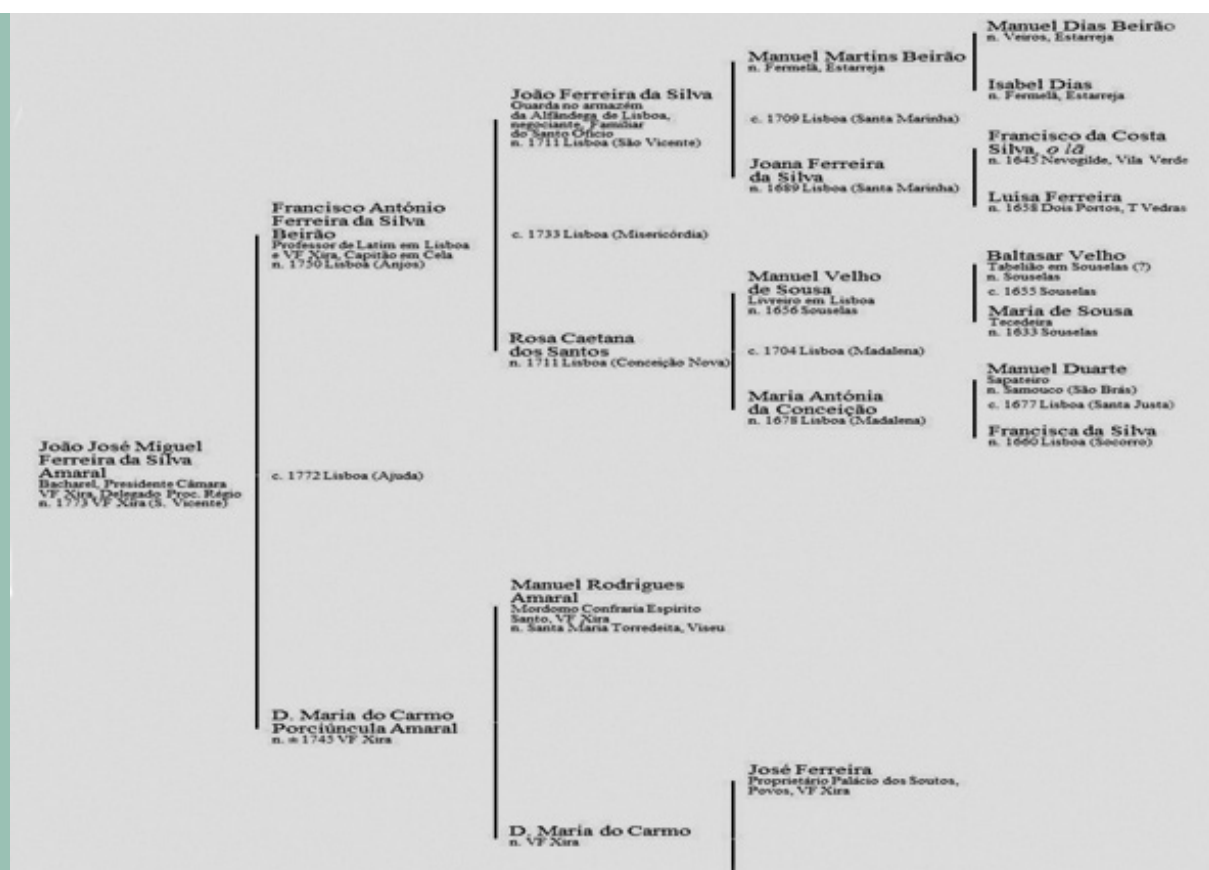
Em 16 de Abril de 1776, nasceu a sua irmã – D. Maria José Benedita Ferreira Amaral, tendo recebido o Batismo em 16 de Abril de 1776. Foram seus padrinhos, D. Diogo de Noronha, irmão do Conde de Vila Verde, que tinha sido testemunha do casamento dos seus pais. Em 12 de Fevereiro de 1780, nasceu o terceiro irmão José Xavier Ricardo Ferreira Amaral. Recebeu o batismo no dia 21, do mesmo mês, na freguesia de S. Vicente Mártir, em Vila Franca de Xira, tendo sido seu padrinho também, o Conde de Vila Verde, D. Diogo de Noronha, a cerimónia foi presidida pelo vigário Bernardo de Figueiredo Gualberto.

<sup>2</sup> AMARAL, João José Ferreira da Silva, *Ofertas históricas Relativas à Povoação de Vila Franca de Xira para Instrução dos vindouros*, II Vol., Ed. Museu Municipal de Vila Franca de Xira, VFX, 1997, p.90.

<sup>3</sup> N. A. - Era filho de D. Pedro de Noronha, 3º Marquês de Angeja.

<sup>4</sup> TELES, João Bernardo Galvão e MATOS, Lourenço Correia, *Memória Histórica de Santo António da Castanheira e outros escritos do bacharel vila-franquense João José Miguel Ferreira da Silva Amaral*, (Texto policopiado), 2012.

Este seu irmão professou o Estado Eclesiástico, escolhendo a ordem monástica dos Carmelitas Descalços ou Renovados, fez o noviciado no Convento dos Remédios à Pampulha em Lisboa. Assistiram ao ato, o pai Francisco Beirão, o irmão João Amaral e o Marquês de Angeja, D. Pedro.<sup>5</sup> José Amaral adotou o nome de Frei José das Chagas. Por último Nasceu o irmão Pedro em 6 de abril de 1784, também afillhado de D. Diogo, tendo sido batizado no dia 24 do mesmo mês, através de procuração passada a João Amaral, e tendo como madrinha Nossa Senhora do Carmo. Verificámos uma forte presença, nos batismos da família Amaral, de familiares dos filhos do 3º Marquês de Angeja – D. José de Noronha (1741-1811), 6º conde de Vila Verde e do seu irmão, D. Diogo de Noronha (1747-1806). Sabemos que o pai de João Amaral foi professor de latim dos filhos do Marquês de Angeja, assim o diz Caetano Beirão na sua obra dedicada a D. Maria I, onde afirmou que Francisco António Ferreira da Silva foi «mestre dos filhos do Marquês de Angeja e íntimo da Casa».<sup>6</sup> Dever-se-á certamente, a esse facto, a familiaridade que se estabeleceu com tal família, e que terá levado a família de Francisco António Beirão a mudar-se para Lisboa, passando a residir num dos palácios dos Angeja, situado na Rua de S. Lázaro.<sup>7</sup>



**Fig.2** Genealogia de João Miguel Ferreira do Amaral. Fonte: TELES, João Bernardo Galvão e MATOS, Lourenço Correia, *Memória Histórica de Santo António da Castanheira e outros escritos do bacharel vila-franquense João José Miguel Ferreira da Silva Amaral*.

<sup>5</sup> AMARAL, João José Ferreira da Silva, *Ofertas históricas Relativas à Povoação de Vila Franca de Xira para Instrução dos vindouros*, II Vol., Ed. Museu Municipal de Vila Franca de Xira, VFX, 1997, p.96.

<sup>6</sup> BEIRÃO, Caetano, *D. Maria, 1777-1792. Subsídios para a Revisão da História do seu Reinado*, (2ª edição), Ed. Empresa Nacional de Publicidade, Lisboa, 1934, p.164.

<sup>7</sup> TELES, João Bernardo Galvão e MATOS, Lourenço Correia, *Op. Cit.*

João José Ferreira da Silva Amaral recebeu uma boa educação escolar, tendo por base o exemplo do pai, conjugado com todo o meio sociocultural em que se desenvolveu.

No seu livro – *Ofertas Históricas Relativas à Povoação de Vila Franca de Xira Relativamente à Instrução dos Vindouros*, no Capítulo *Biografias*, revelou-nos o seu percurso escolar. João Amaral fez os primeiros estudos em Vila Franca de Xira e refere o seguinte de si mesmo: «Passou a Lisboa a estudar Filosofia e Grego nas aulas do Mosteiro dos Cónegos Regrantes de Santo Agostinho extramuros pelo ano de 1795; O que concluindo em outubro de 1796 se matriculou na Faculdade de leis na Universidade de Coimbra, e aqui se formou em 1801 obtendo informações pela unanimidade de seus lentes. Em 5 de maio de 1805 leu na Mesa do Desembargo do Paço, e foi habilitado para a Magistratura, cujos lugares jamais pude conseguir porque me falecia patronato e dinheiro; e desenganado com a dolorosa experiência de três anos de pretendente, voltei à pátria a exercer advocacia».<sup>8</sup> Aliás numa nota que escreveu sobre o Júri de Lentes, ou professores universitários que o avaliaram no seu desempenho académico refere – « Foi ao Reitor da Universidade um Aviso Régio confidencial para os Mestres não habilitarem Bacharéis pela pluralidade de votos; o fim era diminuir o número de pretendentes à Magistratura; fraco subterfúgio. Aprovado de informações não podia ler no Desembargo do Paço, porém tendo dinheiro e protecção obtinha Aviso Régio que ordenava ao Tribunal que o admitisse à leitura, cumpria-se o aviso lendo logo requeria despacho era primeiro atendido do que outros informados. «Auri Sacra famas» ».<sup>9</sup>

No decorrer dos seus estudos, ocorreu o falecimento da sua mãe D. Maria do Carmo Porciúncula Amaral, em 24 de Julho de 1801, aos 56 anos. Tendo sido sepultada no Convento do *Corpus Christi*, no coval nº18, pertencente a carmelitas descalços, na Rua dos Fanqueiros em Lisboa. A sua família na altura residia na Rua de S. Lázaro, na freguesia do Socorro em Lisboa. Este espaço segundo Amaral foi «reduzido a edifício civil pela venda que o Estado decretou do dito Convento».<sup>10</sup>

Mais tarde em 1820, o professor Beirão afirmou que residia nesta morada há mais de 30 anos e em casa do Conde de Peniche, D. Caetano de Noronha, único filho varão do 3º marquês de Angeja, nessa data mencionou que era professor régio na corte desse 1804.<sup>11</sup> O pai de João Amaral, Francisco António Beirão, já com mais de 50 anos, contraiu novo casamento, em 2 de Abril de 1802, com a jovem Raimunda de Jesus da Silva, «filha da Real Casa dos Expostos desta Corte», em cerimónia presenciada pelas testemunhas José António Osório e o Padre Manuel José dos Santos Jorge.<sup>12</sup> Passou a residir na Quinta do Outeiro no Lumiar que pertencia a D. Caetano de Noronha. Nasceram desta união, vários meios-irmãos de João José Miguel Ferreira da Silva Amaral, todos batizados na freguesia do Socorro. Em 8 de Maio de 1803, nasceu José Maria; que foi batizado em 28 de Novembro de 1806, foi padrinho

<sup>8</sup> AMARAL, João José Ferreira da Silva, op. cit. p.90.

<sup>9</sup> Idem, p.14.

<sup>10</sup> Ibidem, p. 131.

<sup>11</sup> TELES, João Bernardo Galvão e MATOS, Lourenço Correia, *Op. Cit.*

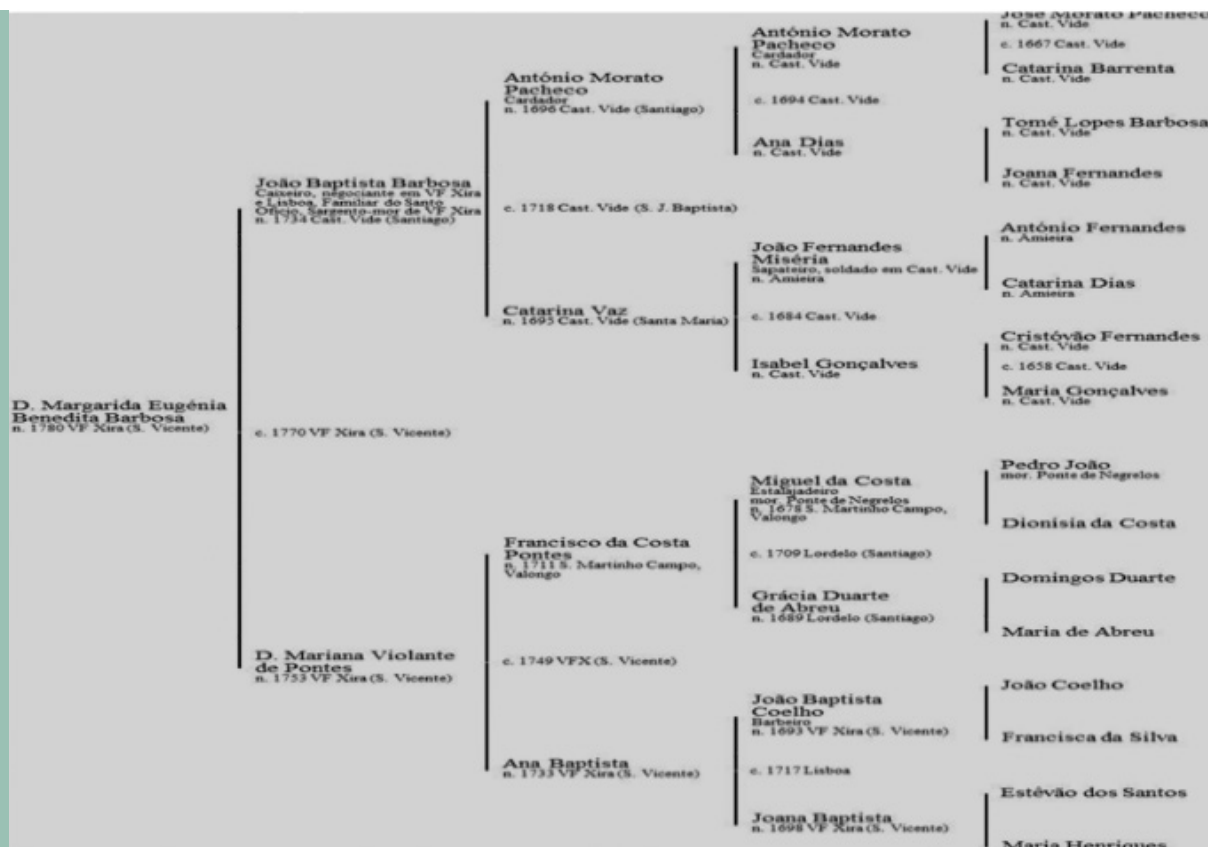
<sup>12</sup> Idem, *Op. Cit.*

D. Manuel d Almeida e Noronha. Em de 22 de Maio 1807, Caetano Maria e em 8 Março 1810, Raimundo.

João José Ferreira da Silva Amaral continuou a residir em Vila Franca de Xira, e quase com 37 anos, contraiu matrimónio em 7 de março de 1810, com D. Margarida Eugénia Benedita Barbosa, natural de Vila Franca de Xira, filha de João Baptista Barbosa, Sargento-Mor das Ordenanças desta Vila. O seu pai era proveniente de uma família oriunda de Castelo de Vide, (Vid. Fig.2) que apresenta a árvore genealógica de D. Margarida Eugénia Benedita Barbosa. A mãe da sua esposa D. Mariana Violante de Pontes, era natural de Vila Franca de Xira e era filha de Francisco da Costa Pontes, natural de S. Martinho Campo – Valongo e de Ana Baptista, nascida também em Vila Franca de Xira. (Vid. Fig. 2).

Amaral, na sua auto biografia, diz que pouco tempo após o casamento, sete meses, teve que deixar a sua casa devido à terceira Invasão francesa, que afetou profundamente Vila Franca de Xira, uma vez que as tropas francesas passaram pela vila, deixando um rasto de destruição e obrigando a população a fugir e a privar-se dos seus bens, casas e família e a refugiar-se onde conseguiam.

Notamos no discurso de João José Ferreira da Silva Amaral, algum desencanto com o mundo, uma vez que nos relata que tendo casado a 7 de março de 1810, a 5 de Outubro desse mesmo ano – «[...] *perdi casa, bens e frutos sediando-me para a Capital, a quem cabiam*



**Fig. 3** Genealogia de D. Margarida Eugénia Benedita Barbosa mulher de João Miguel Ferreira do Amaral. Fonte: TELES, João Bernardo Galvão e MATOS, Lourenço Correia, *Memória Histórica de Santo António da Castanheira e outros escritos do bacharel vila-franquense João José Miguel Ferreira da Silva Amaral*.

as linhas, que suspenderam a invasão dos Franceses em Lisboa. Em 2 de Agosto de 1833 segunda vez fugi para Lisboa perdendo bens, e frutos para escapar à invasão do exército de D. Miguel quando veio sobre Lisboa [...]».<sup>13</sup>

Não se sabe a data em que regressou a Vila Franca, no entanto, em 1 de Janeiro de 1813, já se encontrava na então vila, tendo assinado, os termos de abertura e encerramento, do livro de registo de contas do tesoureiro das esmolos da ermida do Mártir Santo S. Sebastião, edificada junto à entrada norte de Vila Franca de Xira.

Do enlace com D. Margarida Eugénia Benedita Barbosa, nasceu Clara Maria Barbosa Amaral, a 14 de Janeiro de 1817. A menina foi batizada no dia 27 do mesmo mês. Foram padrinhos – José Faustino de Melo Baracho, tio paterno por afinidade e residente em Lisboa, por esse motivo representado pelo reverendo padre António da Fonseca Esguelha e por Nossa Senhora da Assunção, e quem tocou foi Francisco José da Costa.

Em 26 de Julho de 1818 nasceu o segundo filho, Leandro Barbosa Amaral, que correndo risco de vida foi logo batizado. Recebeu os Santos Óleos, em 1 de Dezembro do mesmo ano, na presença do reverendo, João Baptista Carrilho, que foi o padrinho, e do mencionado padre António da Fonseca Esguelha, que tocou no menino com a prenda da Nossa Senhora da Assunção.<sup>14</sup> Mariana Sabina Barbosa Amaral é outra filha de João Amaral, apenas sabemos que também, nasceu esta filha porque assinou um documento em conjunto com a sua irmã Clara, após a morte do pai.

D. Mariana Sabina Barbosa Amaral e D. Clara Maria Barbosa Amaral, assinaram a seguinte missiva, dirigida ao Presidente da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira:

*«Nosso falecido Pai, o Senhor Doutor João José Miguel Ferreira da Silva Amaral, sempre desejoso de ser útil por todos os modos possíveis a esta terra que tanto amou, porque o viu nascer, e onde viveu e morreu, coligiu, durante muitos anos curiosas histórias desta vila, e seu concelho, relativas não só aos Monumentos e Edifícios de alguma importância, e que por qualquer motivo merecessem que deles se fizesse menção, mas também de todas as pessoas notáveis, e que por letras, armas ou emprego eminente que ocupassem no Estado se tornaram dignos de memória que delas se faz; de sorte que a referida colecção é um padrão de glória levantado a esta nossa terra. Também sabemos que a vontade de nosso falecido Pai e o fim para que fez aquelas Memórias foi para as oferecer à Ilustríssima Câmara Municipal, e nós como intérpretes, e executoras de sua vontade temos a honra de enviar a Vossa Senhorias esses dois volumes das sobreditas Ofertas por ele escritas, para serem guardadas no Arquivo do Município para que os vindouros*

<sup>13</sup> AMARAL, João José Ferreira da Silva, *Ofertas históricas Relativas à Povoação de Vila Franca de Xira para Instrução dos vindouros*, II Vol., Ed. Museu Municipal de Vila Franca de Xira, VFX, 1997, p.96.

*«As tropas francesas, comandadas pelo General Laboré, entraram em Vila Franca de Xira em 30 de Novembro de 1807. Aí descansaram um pouco, seguindo de imediato para Lisboa. (...) Grande imposição à progressão das tropas de Massena, durante a terceira invasão francesa, foi o conjunto de fortificações, conhecidas por Linhas de Torres Vedras (...)».* Vid. NUNES, Graça, «As Invasões Francesas e o Tejo», in, *Histórias do Tejo*, Catálogo da exposição, Edi., Museu Municipal de Vila Franca de Xira, 1994.

<sup>14</sup> Vid. TELES, João Bernardo Galvão e MATOS, Lourenço Correia, *Op. Cit.*



*saibam, e conheçam não só o que tem havido de bom nesta terra, como também a boa vontade que um seu filho e natural teve em a servir».*

Em 1820, João José Ferreira da Silva Amaral aderiu ao movimento constitucional

« [...] ainda que desde 1820 abraçava os princípios, e disseminando-os era reconhecido como tal, todavia não sendo ultra, e rejeitasse doutrinas não honrosas e as vis tramas que tendiam à ruína da pátria, não lhes pude agradar, e não me empregaram, procedimento que tiveram com todos os homens probos, e honrados: pois que semelhantes não lhe apraziam [...]»<sup>15</sup>

Amaral defendia o primado da liberdade individual, na escolha do seu destino e pedia o respeito pelas opiniões alheias. O facto de ter ficado impedido de seguir a carreira jurídica por falta de patronato e dinheiro, tal como refere na sua autobiografia.

Terá contribuído para dele se apoderar algum desencanto e descrença no regime político, no entanto, foi um liberal moderado. Revelou repúdio pela Inquisição, instituição que considerava abominável – «Como Cristão, e instruído no espírito pacífico e tolerante do Divino Legislador, nunca aprovarei a ereção de semelhante Tribunal, nem os seus atos como defeitos do Cristianismo; não se confunda o abuso por parte dos homens com a santidade da Religião, honre-se esta e vitupere-se aquele, e suas detestáveis consequências».<sup>16</sup>

Como católico convicto Amaral, sempre resguardou e respeitou o cristianismo e a santidade religiosa, mesmo em época tão conturbada do período liberal. É de sua autoria e editado em 1822, a obra, *Discurso Apologetico a favor dos Martyres Contra Erroneas proposições do Artigo Tolerancia inserto no periódico Independente... composto por João José Miguel Ferreira da Silva Amaral*, Ed. Typ. de António Rodrigues Galhardo, Lisboa, 1822. Nesta obra o autor argumentava a favor dos mártires, para repelir um artigo anónimo publicado num periódico, que alegava que os romanos tinham sido tolerantes com outras religiões e que por conseguinte com os cristãos também. Defendia que os mártires tinham sido condenados não pela ideologia religiosa mas por serem réus do Estado, e que o número era inferior ao que era apresentado nas lendas e martirológicos. O seu desejo de repelir tão nefasto escrito, que desconsiderava de todo o grande esforço dos primeiros cristãos em defenderem o Cristianismo, sobrepôs-se à sua inicial predisposição para não escrever.

É-lhe atribuída por Inocêncio Francisco da Silva, outra obra que não está assinada, é um opúsculo de 38 páginas, publicado em 1823, e impresso na Typographia Patriótica, e que este autor diz ser, um *Discurso religioso-político, no qual se mostra Não só pelos fundamentos da religião, mas também pelos argumentos tirados do direito público e da lei natural, tanto a autoridade da igreja, como a legitima propriedade dos seus bens. Por um verdadeiro portuguez.*

<sup>15</sup> Vid. AMARAL, João José Ferreira da Silva, *Ofertas históricas Relativas à Povoação de Vila Franca de Xira para Instrução dos vindouros*, II Vol., Ed. Museu Municipal de Vila Franca de Xira, VFX, 1997, p.90.

<sup>16</sup> Vid. TELES, João Bernardo Galvão e MATOS, Lourenço Correia, *Op. Cit.*

O autor explicou a existência de receios, relativamente à nova Constituição que surgiu, após o 24 de Agosto de 1820, relativamente à possibilidade da inversão da ordem política do Governo e ao extermínio da religião portuguesa, referiu que nas Cortes se

«Hião publicando doutrinas maçónicas, nos empenhamos sempre em as destruir, e combater pelos meios que nos eram possíveis.»<sup>17</sup>

Esta ideia é confirmada pelo próprio João Amaral na sua obra *Ofertas Históricas ...*, em nota ele escreveu:

«Em 1821 sendo rogado para aquiescer à nomeação de Deputado às Cortes Extraordinárias recusei por dois motivos ponderosos, Deus os sabe é quanto basta. Tudo isto tem ressaibo humano, se não for bom Cristão, de nada me serve para o fim a que vim a este mundo».<sup>18</sup>

Em outra passagem na mesma obra revela-nos na biografia do seu irmão, José Xavier Ricardo Ferreira da Silva Amaral, Eclesiástico Carmelita Descalço, Frei José das Chagas, mais tarde Prior, este seu irmão foi suspenso da igreja onde exercia, Alcainça injustamente para favorecer outro prelado pelos vistos maçónico. Este episódio deixou João Amaral muito escandalizado ao ponto de referir «O prior meu irmão, bem como toda a minha família não vem alistada nos Almanagues Maçónicos».<sup>19</sup> Tendo revelado a sua total repugnância pelos princípios maçónicos, que se iam perpetuando nas Cortes. Numa publicação datada de 1828, atribuída a Francisco António Ferreira da Silva, era colocada a questão da *Bulla do Sactissimo Padre Leão XII contra os pedreiros livres...*

Nota-se aqui a sintonia de convicções entre o pai e o filho – João Amaral, e também na atitude subtil de publicar estes escritos sob a égide do anonimato, devido à extrema sensibilidade do assunto.<sup>20</sup>

Por outro lado, o jurista, historiador e escritor, vila-franquense, dizia-se defensor do princípio da igualdade, mas revestia-se da Fé Cristã, ensinada na doutrina «*Católica ensinada pelo Divino Mestre*» e não na «*Republicana Francesa de 1793; nem a dos revolucionários Chins ao presente*».<sup>21</sup>

No fim da Guerra Civil de 1834, João Amaral, denunciou ao Cardeal Patriarca de Lisboa o conteúdo de um folheto editado em Paris em 1828, intitulado «*Superstição Desmascarada*», que consistia num grande ataque à Igreja Católica, negando a existência de Deus, e incorrendo em diversas blasfémias contra o «*Augusto Sacramento Eucarístico*». O Cardeal desvalorizou o assunto, mas não deixou de agradecer e louvar a Deus pela existência em Vila Franca de Xira de um «*Cristão [...] a quem anima o zelo pela santidade, e pela pureza da Religião que professamos por um efeito da divina Graça*».<sup>22</sup>

<sup>17</sup> Idem.

<sup>18</sup> Vid. AMARAL, João José Ferreira da Silva, *Ofertas históricas Relativas à Povoação de Vila Franca de Xira para Instrução dos vindouros*, II Vol., Ed. Museu Municipal de Vila Franca de Xira, VFX, 1997, p.92.

<sup>19</sup> Idem, p.97.

<sup>20</sup> Vid. TELES, João Bernardo Galvão e MATOS, Lourenço Correia, *Op. Cit.*

<sup>21</sup> Vid. AMARAL, João José Ferreira da Silva, *Ofertas históricas Relativas à Povoação de Vila Franca de Xira para Instrução dos vindouros*, I Vol., Ed. Museu Municipal de Vila Franca de Xira, VFX, 1997, p.159.

<sup>22</sup> Vid. TELES, João Bernardo Galvão e MATOS, Lourenço Correia, *Op. Cit.*

Mais tarde integrou a Sociedade Promotora da Propagação da Fé, esta chegou a ser acusada pelo deputado Feliciano Castilho, na sessão do Parlamento de 19 de Janeiro de 1844, de recolher fundos para causas políticas. Amaral rebateu a acusação explicando que foi convidado por pessoa idónea, D. Mariana Emília Dias de Sousa<sup>23</sup> para integrar a referida sociedade, tendo aceite, «contei com o zelo religioso, e notória piedade, que tanto distingue os habitantes desta povoação em tudo o que tende a maior glória e serviço de Deus».<sup>24</sup>

No ano de 1834 Amaral passou a integrar a vereação da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira «*onde ocupei o lugar de Fiscal*».<sup>25</sup> Nesse mesmo ano, saiu o Decreto-lei de extinção das Ordens Religiosas, e a reversão dos respetivos bens para o Estado. João Amaral Relata-nos que «o sequestro deste convento (de Santo António da Castanheira) se cometeu a Rodrigo Rafaela de Sequeira Henriques Aiala, provedor na Vila da Castanheira, que era uma autoridade administrativa na altura nova, criada pela lei de 16 de Maio de 1832, foi nomeado para fiscalizar e vigiar os interesses da Comarca o Corregedor da Fazenda Nacional, para que não se desencaminhassem os móveis, em especial as peças de ouro e prata «de que a insaciável sede em contínuo progresso sempre crescia e não diminuía».<sup>26</sup>

O exercício desta função permitiu a João Amaral, o contacto com a extinta livraria do extinto Convento de Santo António da Castanheira, que era constituída por cerca de 2000 volumes, tendo o inventário sido feito por ele. No decurso desse processo tomou a iniciativa de promover a criação de uma Biblioteca Pública em Vila Franca de Xira.

« [...] lembrei-me de enobrece-la com um edifício, que recolhendo a livraria deste Convento, e esta aumentada com a dávida dos livros duplicados das outras livrarias sequestradas formasse uma biblioteca que instruisse a quem a consultasse, e quem a visitasse a povoação louvasse semelhante desígnio. Peguei da pena e em nome da Municipalidade escrevi o quanto esta que se lhe desse a livraria deste extinto Convento; e com ela abrir caminho para a pública instrução, e despertar o desejo de estudar excitando emulsão científica, donde bons, e sazonados frutos brotam. Dirigi ao Prefeito Bento Pereira do Carmo muito meu amigo desde que ambos frequentámos a Universidade de Coimbra; a bondade da causa, e sua diligência obtiveram a concessão da livraria, como se depreende do Decreto da Mercê [...]».<sup>27</sup>

<sup>23</sup> «Natural de Lisboa casada com o Conselheiro Francisco António de Sousa Cambeasso, cujo consórcio não produziu descendência [...] alistou-se no número de Sócios da Sociedade Promotora da Propagação da Fé, e lhe incumbiram a percepção de cem dezenas; e para subscritor de uma destas escolheu a minha pessoa nesta vila; e com devoção e maior prazer aceitei a nomeação «in AMARAL, João José Ferreira da Silva, *Ofertas históricas Relativas à Povoação de Vila Franca de Xira para Instrução dos vindouros*, I Vol., Ed. Museu Municipal de Vila Franca de Xira, VFX, 1997, p.112.

<sup>24</sup> Idem.

<sup>25</sup> Ibidem, p.57.

<sup>26</sup> Vid. TELES, João Bernardo Galvão e MATOS, Lourenço Correia, *Op. Cit.*

<sup>27</sup> Idem.

A Câmara de Vila Franca de Xira, após várias diligências de Amaral e por pura ignorância recusou a livraria- « [...] O Governo ainda teve a delicadeza de mandar ouvir a Câmara que pertinazmente recusou a dívida com fundamentos inqualificáveis para o fim a que os aduziram, e sobejos em provar a supina ignorância que os dominava [...].<sup>28</sup>» João Amaral remata este assunto comentando – «A Posteridade sensata e erudita sentenciará as minhas diligências para a Vila ter uma Biblioteca, e a acintosa recusa da Câmara que a rejeitou».<sup>29</sup>

João José Miguel Ferreira da Silva Amaral, não teve uma vida economicamente desafogada dependendo sempre do seu trabalho honesto, do exercício da advocacia. Era proprietário das casas onde residia, números 77 e 78 da Rua Direita, em Vila Franca de Xira, que eram foreiras a Maria Elóia da Conceição e Campos, em 19\$200 réis anuais, e à Ordem Terceira de São Francisco, em 2\$000 réis. Eram compostas pelos Sobrados onde habitava e a Loja, que estava arrendada ao jornaleiro Manuel da Silva pela renda de 6\$000 réis. Tinha mais propriedades na vila, casas de sobrado e loja (na mesma rua) arrendadas, outras na Rua dos Loureiros e na Travessa do Alecrim.

Na sua obra de referência – *Ofertas Históricas à Povoação de Vila Franca de Xira para Instrução dos Vindouros*, escrita entre 1854-56, intitula-se a si próprio como velho e rabugento, refere a sua surdez e falta de visão, o que o tornava inapto para exercer a advocacia. Pensamos que nessa época já estaria viúvo, apesar de não encontrarmos o óbito de D. Mariana Barbosa, não sabendo contudo, onde e quando, faleceu. No entanto, apesar de ser octogenário, Amaral revelava grande vitalidade, e algum sentimento de desalento, pelas circunstâncias difíceis que vivenciara.

Foi Lente da Academia Real das Ciências em 1851. Nesse crepúsculo de vida, o historiador vila-franquense recebeu inesperadamente a seguinte notícia: «Quando o não esperava recebo Ofício em data de 15 de abril de 1854 da Academia Real das Ciências de Lisboa nomeando-me seu «Associado Provincial» não reputei grande favor na Academia existiam trabalhos Arqueológicos. Que concluí, e outros rejeitaram rogados como eu para os mesmos». Em 20 de Abril desse mesmo ano dirigiu uma carta de agradecimento ao Secretário-geral da Real Academia das Ciências de Lisboa, Joaquim José da Costa Macedo em que referia «Aceito a Nomeação, e aprecio em extremo a honra, que tão respeitável Corporação Científica me tributa». Os estudos históricos e arqueológicos, foram aos quais se dedicou com rigor e honestidade, realizando trabalhos de grande qualidade que chegaram felizmente até aos nossos dias, e contribuiram para o conhecimentos e aprofundamento da história local.

João Amaral foi presidente da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, de 6 de Janeiro de 1848 a 17 de dezembro de 1851.

<sup>28</sup> AMARAL, João José Ferreira da Silva Amaral, *Ofertas históricas Relativas à Povoação de Vila Franca de Xira para Instrução dos vindouros*, I Vol., Ed. Museu Municipal de Vila Franca de Xira, VFX, 1991, p58.

<sup>29</sup> Idem, p.59.

O seu falecimento, em 19 de Fevereiro de 1857, foi revelado no Relatório dos trabalhos da Academia das Ciências de Lisboa, tendo sido referido no dia 20 de Fevereiro pelo secretário interino José Maria Latino Coelho, na presença dos reis D. Pedro V e seu pai D. Fernando II, anunciando a lista dos associados falecidos onde foi referido o nome de João José Ferreira da Silva Amaral, na secção dos Associados Provinciais de Segunda Classe.

Um texto anónimo refere «*Aqui jaz o Dr. João José Miguel Ferreira Amaral, natural desta vila, onde nasceu a 27 de Abril de 1773, e cheio de amor e virtudes, morreu em 18 de fevereiro de 1857, Serviu por diferentes vezes a cargos municipais neste concelho, e, grande investigador de antiguidades, escreveu umas memórias históricas desta vila, que legou à Câmara Municipal, a qual em reconhecimento mandou colocar esta lápide*».

## 2. A Obra de João Amaral

João José Ferreira da Silva Amaral, deixou vasta obra segundo consta da Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira e na obra de Caetano Beirão, *D. Maria I, 1777-1792*, colaborador da referida enciclopédia), que refere que se encontrariam na livraria do seu sobrinho-neto Dr. Francisco Beirão, em Paço de Arcos. Mencionava igualmente a existência de manuscritos que formavam alguns volumes da *Miscelânea* da sua lavra e outros.<sup>30</sup>

No manuscrito intitulado «*As prisões da Junqueira*», encontrado cremos que em Vila Franca de Xira, antes de 1823, [...] encontra-se uma relação dos presos que estiveram naquele forte depois de 1755, vítimas da prepotência pombalina, onze dos quais com a indicação ou de terem lá morrido, ou de terem sido transferidos, ou de terem sido soltos em 1777.<sup>31</sup> Das vítimas que foram soltas nessa época, Amaral privou muito com o padre Jesuíta cronista da província, muito bondoso e erudito, Francisco Duarte. Contou que o conheceu em 1795 em casa do marquês do Alegrete, Manuel Teles, o qual o recolheu quando saiu da prisão a quem confiava a educação dos filhos. João Amaral conta acerca desta figura «*algumas noites passei no seu quarto, onde me mostrou as suas composições e apostilas feitas à luz da candeia no forte. A tinta era composta com a borra do azeite e a pena um pau de alecrim espevitador da luz; porque ter lá tinteiro era crime de Leza Majestade... Havia um saber profundo em Teologia, onde era Doutor, em literatura vastíssimo, falava expeditamente latim, apreciava argumentar com as fórmulas da Escola, e nunca deixou de estudar e ocupar-se... Viveu bemquisto, respeitado de todos, e morreu sentido e ainda lembrado*».<sup>32</sup>

<sup>30</sup> Vid. TELES, João Bernardo Galvão e MATOS, Lourenço Correia, *Op. Cit.*

<sup>31</sup> BEIRÃO, Caetano, *D. Maria, 1777-1792. Subsídios para a Revisão da História do seu Reinado*, (2ª edição), Ed. Empresa Nacional de Publicidade, Lisboa, 1934, p.6.

<sup>32</sup> Idem.

Nomeadamente, Amaral deixou também alguns testemunhos, relacionados com o processo condenatório da família dos Távora, executado pelo Marquês de Pombal, ao qual João Amaral esteve ligado indiretamente para a sua reabilitação, pela sua profissão através de processos de delatores, prestando informações circunstanciadas, inéditas e que se devem ter por fidedignas, sobre a figura de D. Martinho Mascarenhas, o *marquesito* de Gouveia, tendo o escritor Vila-franquense contribuindo e muito para o conhecimento de «*alguns traços interessantes e inéditos para a biografia dessa inocente vítima do furor pombalino*» de quem constava haver descendência naquela localidade.<sup>33</sup>

João Miguel F. Amaral deixou-nos o testemunho de como a Rainha D. Maria I, buscou o clamor da justiça contra as atrocidades cometidas por Pombal, nomeadamente com o processo dos Távoras a torturava intimamente, e que finalmente, na sua governação se pôs ponto final «*A rainha depois de ter assignado (ao decreto que subscrevia a sentença revisória) pega da penna risca, e cancela a Sua assinatura exclamando que estava condenada aos infernos.*»<sup>34</sup>

O manuscrito «*Fragmentos De Hum Manuscripto Curioso aproveitado e anotado*» por João Miguel Ferreira da Silva Amaral datado de 1823, da sua autoria e em outro manuscrito que Caetano Beirão seu sobrinho neto refere «Noutro manuscrito de Ferreira da Silva Amaral, em nosso poder, intitulado, «*Tragica Historia do Dia 13 de Janeiro de 1759*», desenvolvimento daquele, a trecho semelhante ao que deixamos transcrito, acrescenta o douto advogado: «Outra testemunha tivera o processo, recompensada com o Hábito de Cristo».<sup>35</sup>

Outra obra da sua autoria, escrita em 1823, e publicada anonimamente, chama-se «*Discurso religioso-político*», no qual se mostra pelos fundamentos da religião, mas também pelos argumentos tirados do direito público e da lei natural, tendo a autoridade da igreja como legítima propriedade dos seus bens, por um verdadeiro português impresso em Lisboa na Typografia Patriótica. Escreveu também, depois de 1837 – «*Descrição das Sepulturas do Monte da Boa Morte sito no termo da Vila de Povos*».<sup>36</sup>

Em 1828, com a aclamação de D. Miguel como rei absoluto, João Amaral, não incorporando a câmara da sua terra natal, cujo nome passou a Vila Franca da Restauração, foi convidado para ir a Lisboa representar a Câmara, nos cumprimentos a apresentar ao monarca. A Gazeta de Lisboa de 19 de Julho de 1828 notificou a deslocação e imprimiu o discurso que Amaral na ocasião proferiu- «Mui Alto, e Mui Poderoso Rei, e Senhor Nosso, – A Camara da mui nobre, e sempre leal Povoação de Vila Franca da Restauração nos envia ante o excelso trono, e sempre leal povoação de Vila Franca da Restauração

<sup>33</sup> Vid. Vid. TELES, João Bernardo Galvão e MATOS, Lourenço Correia, *Op. Cit.*

<sup>34</sup> BEIRÃO, Caetano, *D. Maria, 1777-1792. Subsídios para a Revisão da História do seu Reinado*, (2ª edição), Ed. Empresa Nacional de Publicidade, Lisboa, 1934, p.164.

<sup>35</sup> Vid. TELES, João Bernardo Galvão e MATOS, Lourenço Correia, *Op. Cit.*

<sup>36</sup> N.A. Consultável na Biblioteca Nacional de Portugal.



A RAÍNHA D. MARIA I

*Museu Regional de Évora*

Foto de Liberatos

Ocogravura, L.<sup>da</sup>

**Fig. 4** Retrato de D. Maria I. Foto: BEIRÃO, Caetano, *D. Maria, 1777-1792. Subsídios para a Revisão da História do seu Reinado*, (2ª edição), Ed. Empresa Nacional de Publicidade, Lisboa, 1934. Biblioteca da Academia Militar de Lisboa.

para sermos os fiéis intérpretes de seus leais sentimentos. Em desempenho de nossos deveres em lugar de tão majestoso.....».<sup>37</sup>

A obra mais emblemática de sua autoria é a monografia histórica – «*Ofertas Históricas relativas à Povoação de Vila Franca de Xira para Instrução dos Vindouros, Vol. I, e II, 1854-56*». Manuscrito em letra cursiva itálica do século XIX. É de extrema importância para o estudo da História e Património Local e também Nacional, nomeadamente na descrição

<sup>37</sup> Vid. TELES, João Bernardo Galvão e MATOS, Lourenço Correia, *Op. Cit.*

da terceira invasão francesa de que foi contemporâneo e protagonista. Está dividida da seguinte forma:

- 1 – *Apontamentos para a história do Município;*
- 2 – *Biografia de personagens antigas e ilustres naturais de Vila Franca de Xira, contendo os seus apelidos e Brasões de Armas;*
- 3 – *Descrição de edifícios religiosos antigos e modernos e civis de Vila Franca de Xira;*

*Foi acrescentada uma quarta parte sobre arqueologia Lapidária e Numismática*

Segue-se a «*Memória Histórica da vila de, ou dos Povos Comarca do Ribatejo. Província da Estremadura. Associado Provincial da Academia Real das Ciências. 1851*». É uma memória sobre o sítio de Povos que muito nos elucida sobre a história e património deste local. Escreveu também a «*Memória Histórica do Convento de Santo António da Castanheira e outra coletânea de escritos vários «Transcrição dos Epitáfios das sepulturas dos primeiros condes da Castanheira»; «Representação da lápide sepulcral de Luís de Barros existente no convento da Castanheira»; «Um conjunto de considerações sobre os antigos Segredos, (lugares de uma prisão onde as pessoas ficavam incomunicáveis), referindo a sua própria intervenção enquanto Delegado do Procurador Régio no Julgado de Vila Franca de Xira, para terminar com esse tipo de espaço, nas cadeias de Povos e Castanheira.*

Informa-nos que em 1836 a convite da Academia Real das Ciências de Lisboa visitou os conventos «desta Comarca de Ribatejo, e historiei os seus monumentos, cujos trabalhos enviei à academia, que sobejamente me remunerou com os seus honrosos agradecimentos que muito apreciei».<sup>38</sup>

*Memória Histórica da Vila de, ou dos Povos Comarca de Ribatejo Província da Estremadura* Manuscrito em letra cursiva itálica do século XIX. Nesta obra destaca-se a igreja de Santa Maria de Povos no Monte do Senhor da Boa Morte, a Igreja Matriz, o Cais de Povos, o Celeiro da Patriarcal e a Quinta da Ponte.

Releva algumas famílias nobres da Vila, como os Condes da Castanheira. Refere a abundância de suas águas e a existência de quatro fontes: a fonte Nova à entrada da Vila; outra debaixo da cadeia na praça; a terceira corria no vale junto à Fábrica de Curtumes; e a quarta a Fonte Grande distante da povoação, cuja abundância de águas servia para a rega dos pomares de citrinos de Povos.

Escreveu – *Memória Histórica do Convento de Santo António da Castanheira em 1847* e outro texto datado de 1845 *Epitáfios Latinos e Portugueses*. Essa memória apresenta algumas sepulturas do Convento de Santo António da Castanheira, traduzidos, comentados e anotados, por Ferreira da Silva Amaral. Dedicou a obra ao Conde de Farrobo. Refere os túmulos monumentais, do conde e da condessa da Castanheira, D. António de Ataíde e D. Ana de Távora.

<sup>38</sup> AMARAL, João José Ferreira da Silva, *Memória Histórica do Convento de Santo António da Castanheira e outros escritos do bacharel Vila-franquense* 1847, fls. 123 e 171v-172.





**Fig. 5** Imagens de tipos de mulheres finais do Século XIX. Foto: <https://goo.gl/images/hLzHvo>. Mulher com crianças à cabeça. Portugal, finais do século XIX. Foto: <https://www.google.pt/url>

### 3. A representatividade das Mulheres na sua Obra

João Miguel Ferreira da Silva Amaral revela na sua obra, um grande apreço e respeito pelas mulheres, considerando-as com grande apreço, revelando os seus atributos e dons, dando-lhes um grande relevo na História. Tal facto é-nos revelado no excerto de texto que se apresenta: -« [...] *As pessoas do sexo feminino podem ser ornamento da história do município se relevantes dotes as singularizar, e sejam naturais, ou domiciliadas nesta comarca. A História Sacra, e profana, quantas mulheres não menciona notáveis, por sua santidade, saber, prudência, valor em feitos de Armas, paciência de trabalhos, e resignação com vontade Divina sofrendo-os; não me esqueceu a formosura, porém frágil dote só a contemplarei quando ornar Judite, e Esteres, imitando as que lhe precederam tão gloriosa memória [...]* ».<sup>39</sup>

Neste mesmo texto, o autor refere que a História se esquecia das mulheres, quer se tratasse de história pagã, quer fosse história religiosa. Muitas mulheres não eram sequer mencionadas, mesmo que protagonizassem muitos feitos, onde ele destaca a santidade, a prudência ou a paciência, qualidades e dons que muitas mulheres apresentam e que não são referidas nem lembradas por feitos e dons tão maravilhosos.

Contudo, João Amaral dedica um capítulo inteiro às mulheres, na sua obra – *Ofertas Históricas Relativas à Povoação de Vila Franca de Xira Para Instrução dos Vindouros*, II volume, intitulado «*Biografias de Naturais da Vila do Sexo Feminino*».

<sup>39</sup> AMARAL, João José Ferreira da Silva, *Ofertas históricas Relativas à Povoação de Vila Franca de Xira para Instrução dos vindouros*, I Vol., Ed. Museu Municipal de Vila Franca de Xira, VFX, 1997, p.29.

Começa o capítulo dizendo «*Eis em geral o sexo feminino retratado, e a coberto de toda a censura maléfica*». <sup>40</sup>A primeira mulher a que se refere é **D. Mariana José Baracho Sacoto**, filha do Morgado Baracho Sacoto Enserrabodes, e **D. Ana Micaela Henriques**. Esta donzela na força da sua juventude esquece a nobreza da sua família, deixando para trás as comodidades de uma família nobre e rica, e alistou-se nas Irmãs da Caridade, em 19 de Julho de 1825, da instituição de S. Vicente de Paulo missionário Apostólico da caridade, «*onde permanece há trinta anos, tempo em que isto escrevo*». <sup>41</sup>Esta irmã da caridade foi estimulada pelo Espírito Deus, pois nem na família nem na Vila onde cresceu viu tais exemplos. Amaral menciona que em 1790, os revolucionários franceses extinguiram todas as Corporações Religiosas do sexo feminino, que contavam sessenta mil indivíduos, e deixaram permanecer as Irmãs da Caridade de S. Vicente, que continuaram livremente a exercer as suas funções. Destaca a conduta destas religiosas nos hospitais de Constantinopla, na América Inglesa, nas ilhas da Oceânia, onde servem o seu semelhante no leito de dor e a braços com a morte.

A segunda figura feminina de quem fala é a madre, **Maria de Assunção**, de nome **Rosa** filha do veterinário da vila, Miguel José de Santa Ana, proprietário de bens rústicos e urbanos, e de Maria de Assunção ambos de Vila Franca. Teve uma educação cristã com são exemplos no seio da família, Logo no início da juventude teve inícios de propender para a vida monástica, no entanto a amizade que devotava a seu pai, não lhe permitia que abandonasse a casa paterna. Tendo morrido inicialmente o seu pai e decorridos alguns anos a sua mãe, sentiu de novo a necessidade de professar o hábito religioso. A vocação tornou-se imperiosa, tentando vencer o obstáculo que o Governo da altura criara, a de não consentir admissões a religiosas ou pessoas do sexo feminino nos conventos.

Rosa dirigiu-se à abadessa do mosteiro das religiosas Clarissas de Subserra na Castanheira do Ribatejo, expondo o seu desejo e pedindo que obtivesse junto do governo uma autorização especial, foi finalmente aceite e ingressou no referido convento em 14 de Abril de 1844, professando e vestindo o hábito de Santa Clara. Ao tempo em que João Amaral expunha este assunto, Setembro de 1855, a religiosa tinha 40 anos e seis meses.

Outra religiosa que descreve é a Madre **D. Pulquéria Cláudia Benedita Barbosa** filha do Sargento-mor João Batista Barbosa, e de sua mulher D. Mariana Violante de Pontes. Também freira que vestiu o hábito franciscano, os pais despenderam muito no mosteiro, mas ela os compensou muito, cumprindo com uma exatidão grande as obrigações que tinha que cumprir, e escusando-se sempre a cargos na ordem porque na sua humildade antes queria obedecer do que mandar.

**Maria Teodora da Assunção**, filha de Manuel João e Silvéria Teresa, proprietários e negociantes, abastados moradores em Vila Franca de Xira, juntaram alguma fortuna. Maria Teodora tinha dois irmãos Vicente José Ferreira e Francisco Ambrósio Leal. Tinha um bom dote para contrair matrimónio. As várias reflexões que fez e do chamamento que teve declarou

<sup>40</sup> Idem Vol. II, p. 111.

<sup>41</sup> Ibidem.



**Fig. 5** Ponte sobre o Ribeiro Barbas de Bode em Vila Franca de Xira.1893. Desenho de Artur César Pereira. MMVFX.

«a seus irmãos que queria professar vida religiosa em algum Convento que se escolhesse».<sup>42</sup>Os irmãos acolheram bem a sua ideia e dirigiram-se à Abadessa do Convento de Nossa Senhora dos Poderes, em Vialonga,<sup>43</sup> tratando do dote e outros pormenores a contendo de ambas, as partes para a boa receção da irmã.

Em 20 de Agosto de 1802, entrou para o noviciado do referido convento. Após o seu término professou no dia 31 de Agosto de 1803, com uma grande festa proporcionada pela sua família. A religiosa faleceu a 3 de Março de 1809, tendo sido sepultada no cemitério dos Claustros do convento.

José Rodrigues, casado com Júlia Margarida, alfaiate de profissão, ambos de naturais de Vila Franca, tiveram três filhas, a quem deram esmerada educação cristã, tendo uma delas a intenção de seguir a vida religiosa, referimo-nos a **D. Mariana Teodora**. No entanto, seu pai que se preparava para custear a sua entrada no convento, morreu prematuramente e depois deu-se «a invasão dos franceses em 1810.»<sup>44</sup>

<sup>42</sup> Idem. p. 115.

<sup>43</sup> João Amaral acrescenta em nota: «As freiras que restavam, e não constituíam Comunidade se uniram às do Convento da Castanheira; aquelas têm vendido e aproveitado os materiais do convento de Vialonga hoje reduzido a ruínas, e que jamais se reedificará». Vid. João José Ferreira da Silva, *Op. Cit.* p.145.

<sup>44</sup> Ibidem. p. 117.

A sua mãe já viúva abandonou Vila Franca, em conjunto com outros moradores e refugiou-se junto das Linhas Defensivas de Torres Vedras. Mariana Teodora foi aceite no noviciado e entrou para o Convento de Santa Marta de Religiosas Franciscanas da cidade de Lisboa. Foi humilde e caritativa, o seu nome era **Madre Soror Mariana Teodora da Conceição** e ainda era viva em 1854.

Inácia Barbosa tia paterna da religiosa, viúva de José Rodrigues Primor, sem descendência, dispôs em testamento 40.000 réis para os seus bens alimentícios enquanto viver.<sup>45</sup>

Da família dos Perdigões da então vila de Povos, professaram a regra franciscana feminina, duas filhas de Teotónio Souto Maior Perdigão, a **Madre Luísa de S. Miguel** e a **Madre Maria de S. José**, ambas entraram para o convento de Santa Maria de Subserra, ou de Nossa Senhora da Anunciação da Vila da Castanheira.

E na obra de João Amaral encontramos mais referências dispersas à mulher, como por exemplo: «[...]Na meia encosta deste, nossos antepassados edificaram a popular ermida de Stº Amaro, a qual arruinaram os soldados do Exército de Massena na sua invasão neste reino em 1810; e reputando-se por alguém aquela Ermida propriedade particular de umas **Freiras de apelido as «Pantojas»**, compraram-lhes os materiais os quais o comprador converteu em suas casas. Apedrará da porta da dita ermida a deu para a porta do Cemitério a qual abre sobre o adro da arruinada Igreja de Nossa senhora das Mercês[...].»<sup>46</sup>

Amaral, na obra, *Memória Histórica do Convento de Santo António da Castanheira e outros escritos...*, faz as seguintes referências: «Na Capela-mor da Igreja do Convento de Santo António da Castanheira, se observam dois mausolés, um do lado do Evangelho, e outro da parte da Epístola; este encerra os ossos da primeira Condessa da Castanheira, e aquele os do primeiro Conde da Castanheira». Nos epitáfios lê-se o seguinte:

«O Bispo Dom Jorge mandou levantar este mausoléu, e nele encerrar os ossos de seu respeitável pai António de Ataíde primeiro Conde da Castanheira, filho de Álvaro de Ataíde, e de **Violante de Távora**; D. João III entre a nobreza de Portugal o distinguiu, e o empregou [ ...].»  
«O Bispo Dom Jorge mandou levantar este mausoléu, e nele depositar os restos mortais de sua amável Mãe a **Condessa Ana de Távora**, mulher de António primeiro Conde da Castanheira, filha de Álvaro Pires de Távora, tronco desta esclarecida Família, e de Joana da Silva. Foi Senhora dotada de muitas virtudes, e em especial de ardente caridade para com os pobres; morto seu Marido se recolheu no convento de Nossa Senhora de Subserra da Vila da Castanheira de Religiosas Franciscanas, onde contemplando os bens celestiais, exercendo as virtudes cristãs, se desapropriou dos terrenos bens repartindo-os pelos pobres, e obras pias; terminou a vida mortal passando à melhor no dia 2 de Dezembro de 1569, e de sua idade aos oitenta anos.»<sup>47</sup>

João Amaral continua a descrição mencionando mais mulheres «Na Capela que antigamente se dizia a dos Condes no seu pavimento se encontram as seguintes Campas com os

<sup>45</sup> AMARAL, João José Ferreira da Silva, *Ofertas históricas Relativas à Povoação de Vila Franca de Xira para Instrução dos vindouros*, II Vol., Ed. Museu Municipal de Vila Franca de Xira, VFX, 1997, p.117.

<sup>46</sup> Idem, p.46

<sup>47</sup> João José Ferreira da Silva, *Memória Histórica do Convento de Santo António da Castanheira e outros escritos do bacharel vila-franquense...*, fl. 6.

seus epitáfios. Aqui Jaz Dona **Leonor de Noronha** primeira Mulher de Dom Álvaro de Ataíde que nesta outra sepultura jaz, e filha de Dom Pedro Vaz de Melo Conde Atalaia, e da Condessa Dona **Maria de Noronha** sua Mulher, faleceu no ano de 1496 [ ...].<sup>48</sup> Aqui D. **Violante de Tamora** segunda Mulher d Dom Álvaro de Ataíde, filha de Pedro de Sousa, Senhor do Padro, e de **Dona Maria Pinheira** sua Mulher, faleceu aos 3 dias de Julho de 1555.

Aqui Jaz dona **Maria de Vilhena**, mulher de Dom António de Ataíde, filho de Dom António de Ataíde Conde da Castanheira, e herdeiros de sua casa, e filha de Dom Francisco da Gama Conde da Vidigueira, e Almirante da Índia, e da **Condessa Dona Guiomar de Vilhena** sua mulher faleceu aos 18 dias de Agosto de 1553.<sup>49</sup>

Remata as descrições referentes a elementos femininos da seguinte forma: «Nesta família (N.A. dos Ataídes) varões distintos, e senhoras recomendáveis pelas suas boas qualidades a enobreceram, e com estes poderosos motivos se enlaçaram com outros grandes Titulares do reino, que se prezavam destas alianças.»<sup>50</sup> « [ ...] **D. Ana de Lima e Ataíde**: por morte do Conde Dom Gerónimo, seu irmão, ficou sendo herdeira da casa de seu pai, a quem sucedeu nela, e foi VII Condessa da Castanheira, Senhora de Castro Daire, Povos e Cheleiros com tudo o mais que lhe pertencia, em quem se encartou seu marido, com quem antes de suceder na Casa da Castanheira havia casado, que foi Simão Correia da Silva, Comendador da Ordem de Cristo, general de Artilharia, e Mestre de Campo General do Exército do Minho; e pelo seu casamento VII Conde da Castanheira».<sup>51</sup> Amaral acrescenta «Os ossos desta sétima Condessa da Castanheira se recolheram na urna lapídea, que contém os restos mortais da sua Ascendente Dona **Ana de Távora** primeira Condessa da Castanheira».

Um pouco mais à frente, na mesma obra, acerca da Família Távora refere o seguinte:

«No epitáfio da primeira Condessa da Castanheira se menciona Álvaro Pires de Távora, tronco da nobilíssima família daquele apelido; e a seu respeito escreverei o que alguém gostará de saber [ ...]. Diziam estes fidalgos que se a Fidalguia fosse mérito, que levasse ao céu, então os primeiros que lá entrariam seriam os Távoras. [...] A sentença de 12 de Janeiro de 1759 que levou ao Cadafalso na praça de Belém, onde Marquês e Marquesa de Távora, e dois filhos padeceram cruelíssima morte, e extinguiu não só a família, como o apelido de Távora. Sendo a sentença a seguinte: «Mandam, que nenhuma pessoa, de qualquer estado, ou condição que seja, possa da publicação desta em diante usar do apelido – Távora; sob pena de perdimento de todos os seus bens para o Fisco, e Câmara Real, e desnaturalização destes Reinos e Senhorios de Portugal, e perdimento de todos os privilégios, que lhes pertencerem como naturais deles».<sup>52</sup>

Na mesma edição, e em capítulo dedicado, ao Convento de Santa Maria de Subserra da Castanheira, fala-nos da sua fundadora, a «**Madre Soror Mécia da Conceição** foi uma das

<sup>48</sup> Idem. fl. 11.

<sup>49</sup> Ibidem. fl. 11v.

<sup>50</sup> Vid. Vid. TELES, João Bernardo Galvão e MATOS, Lourenço Correia, *Op. Cit*

<sup>51</sup> AMARAL, João José Ferreira da Silva, *Memória Histórica do Convento de Santo António da Castanheira e outros escritos do bacharel vila-franquense...*, fl.28 e v.

<sup>52</sup> Idem. fl. 76.

fundadoras do Mosteiro da Castanheira, observando-se nele a Terceira Regra de São Francisco de Assis; [...] Quando passou a instâncias do Conde Dom António de Ataíde para a austera Regra de Santa Clara, a mesma Religiosa a Madre Mécia se constitui Noviça para melhor aprender os usos e costumes da nova Regra; [...] A Madre Mécia [...] faleceu rezando no coro as Matinas da Oitava de Santo Estevão a 2 de Janeiro de 158[...]. Visto de todo o povo da Castanheira tamanho clarão, que supondo incêndio, sobre o telhado do Convento acudiram para o remediar; e então conheceram a sua ilusão, e souberam da preciosa morte da Serva de Deus naquele momento; a qual era natural de Alenquer [...].<sup>53</sup>

Em outra passagem, da sua obra João Miguel Ferreira Amaral, faz referência a Santa Helena, mãe do Imperador Constantino, e a quem foi proporcionado o contacto com a cruz de Cristo: «A piedosa Santa Helena, Mãe do grande Constantino visita os lugares santos, e ordena a demolição do templo de Vénus, colocado sobre o Santo Sepulcro; e diligência a invenção da Santa Cruz, que perto a encontrou enterrada com as duas dos dois malfeitores Dimas e Gestas; e um milagre estrondoso deu a conhecer o Santo Lenho A Ressurreição de um morto a que se aplicou a Cruz. (São Paulino, São Suplício Severo, e Sozomeno referem o milagre). Santa Helena enviou a seu filho o Imperador a relíquia do Santo Lenho, e um dos cravos, o que muito estimou Constantino, e levava nas ocasiões em que deu batalhas a seus inimigos; e dividiu o dito cravo em duas partes para a relíquia melhor se acomodar [...].<sup>54</sup>

A referência a mais mulheres religiosas continua na mesma obra da seguinte maneira:

«Naquele convento foram Freiras **Dona Mariana de Noronha, e Dona Antónia de Noronha**, ambas filhas naturais de Dom Manuel José de Castro Noronha Ataíde e Sousa terceiro Marquês de Cascais; a Madre **Dona Antónia de Noronha** faleceu aos 16 de Setembro de 1748, e contava de idade 48 e oito anos, e com sinais de predestinada».<sup>55</sup>

Ao frenesim devastador das ordens religiosas, proclamado e perpetuado pelos anticlericais republicanos franceses escapou as Irmãs da Caridade de São Vicente de Paula, tendo aproveitado de seus «hospitaleiros e caritativos cuidados para com a humanidade que desamparada lutava no leito da dor com a morte. Estas Hospitaleiras religiosas e outras instituídas acompanhando os Missionários da Propagação da Fé afrontam os perigos do Mar, os da terra, os rigores das estações, a diferença dos climas e a fome e se dedicam a ensinar a mocidade do sexo feminino; assistirem a enfermos no intuito de ganhar almas entre infieis e selvagens que reparem a perda da Igreja que lhe causava a impiedade na Europa que se diz Católica».<sup>56</sup>

Dá-nos também notícia do que se passava no estrangeiro: «Na Arménia o sexo feminino mui propenso à vida do claustro observando os seus votos, e sujeitas a uma superiora, e vestidas de preto; porém cada uma nas casas de suas famílias, e exercendo as ocupações a que se aplicavam; sem convento, nem outro distintivo, e seu número não menos de duas mil, e estas na

<sup>53</sup> Ibidem fl.158

<sup>54</sup> Idem.fls,117v e 118.

<sup>55</sup> Idem. fl. 120.

<sup>56</sup> Ibidem.fl.121v.

*linguagem do país as denominam- Marabetes, nome que equivale a Religiosas e como tais se acreditam pela Santidade com que vivem, e as respeitam.»*<sup>57</sup>

Em outra obra da sua autoria, *Memória histórica da vila de, ou dos Povos Comarca de Ribatejo, Província da Estremadura, 1851*, numa passagem referente ao cais de Povos, destaca-se o papel de uma mulher em assunto tão delicado e controverso. Manuel Alves Padrão sucedeu à herança da Quinta da Ponte que incluía o Cais de Povos, e guardou os documentos sobre o Cais de Povos, tendo morrido, a sua filha, **D. Narcisa Antónia**, lembrou-se de suscitar a questão do cais dirigindo todos os documentos probatórios ao príncipe Regente, ( que era o Senhor do Estado e da Casa do Infantado), para lhe referir com resolução mais pronta e definitiva.

Para tal, dirigiu-se a João Diogo de Barros, que era administrador da Casa do Infantado. **D. Narcisa Antónia**, foi várias vezes saber do despacho do seu requerimento, e, pediu a restituição dos seus documentos, não obtendo resposta. Após a sua morte nunca mais se soube de tais papéis.<sup>58</sup>

Rematamos esta incursão pela obra conhecida de João Amaral com um trecho que revela a grande sensibilidade que tinha pelo sofrimento contido, que as mulheres apresentavam e pela grande devoção, que apresentava pela querida Mãe de todos, a Santíssima Virgem Maria. Explica na sua obra emblemática, *Ofertas históricas ...* «há anos emiti voto que da minha pena nenhuma pequena, ou maior composição sairia a público sem que eu adicionasse com algum elogio meu, ou alheio, no qual se não louvasse a Santíssima e Purríssima Virgem Mãe de Deus.

«O Povo, o devoto sexo feminino se debulhava em lágrimas e suspiros vendo desmanchar as peças de prata compostas, porém não rompia, em vozes sediciosas, ou increpações contra os autores daquelas medidas: a prudência ensinava a acautelar-se dos portugueses franceses, piores que os próprios franceses.» Esta passagem é referente à atitude das mulheres perante a medida que os Franceses implementaram de recolher toda a prata e ouro oferecido pelo povo ao culto divino.

---

<sup>57</sup> Idem fl.122.

<sup>58</sup> AMARAL, João José Ferreira da Silva, *Memória histórica da vila de, ou dos Povos Comarca de Ribatejo, Província da Estremadura, Pelo Bacharel João José Miguel Ferreira da Silva Amaral, Associado Provincial da Academia Real das Ciências de Lisboa, 1851*, p.37.

## ENCÓMIO VOTIVO EM HONRA DA SEMPRE PURÍSSIMA VIRGEM MARIA MÃE DE DEUS

*Mil beijos, Ó **Virgem, Mãe Puríssima**, de teu preclaro filho, mil alegrias lhe dando. Arde em amor o menino em cujos braços cingida te inflammas cantando-lhes os seus louvores. O amor de um só inunda na mesma vontade duas pessoas e o que o filho quer, a mãe ama. Não és tu o verdadeiro amor, tu que refulgindo és força para o Amor? Não é graças a ti que os Santos habitam o Sagrado Reino? De lá foge todo o amor do mundo e que ele morra por sua vez. Nada a não ser sonhos vãos ele traz aos deste mundo. Pergunto onde estão as glórias, onde os mil troféus de guerra de César e dos Generais. Nada a não ser fumo subsiste. Tudo ficou de lado, os risos e as pompas dos homens. Tudo o que é canto é vão, excepto o **Amor de Deus**. Apressai-vos fiéis nascidos na Católica Fé, eis ó Mãe e ó Filho, o vosso amor».*

## METADE DA SAUDAÇÃO ANGÉLICA PERIFRATICAMENTE EXPLANADA, E BEM ENTENDIDA EM HONRA DA MÃE DE DEUS AVE MARIA

*Salve, ó doce **Mãe**, a quem chamam **Maria**, cingida de estrelas. Filha de Deus, querida do Pai.*

*Grata a Deus pelas graças, tu espalhas graças avondo, benfazeja a todos os homens, e disso sai a tua glória.*

*O Senhor está contigo, ele que enche o céu com a sua majestade, e está sentado, ó veneranda, á tua direita. Rejubila, Ó **Virgem Senhora**, nobre fanal de virtude, tu és bendita sobre os coros das mulheres.*

*E o próprio Jesus, bendito fruto do seu ventre, nos traga depois da vida o reino de beatitude».<sup>59</sup>*

## Conclusão

A representatividade da mulher na obra de João Miguel, como se pode atestar é extensa e bastante inovadora para a época em que viveu, nomeadamente no facto de dedicar um capítulo inteiro às mulheres ilustres da cidade que o viu nascer, Vila Franca de Xira, na sua obra – *Ofertas Históricas Relativas à Povoação de Vila Franca de Xira Para Instrução dos Vindouros*, II volume, designado por «*Biografias de Naturais da Vila do Sexo Feminino*». Iniciando-o com a frase que repetimos – «*Eis em geral o sexo feminino retratado, e a coberto de toda a censura*

<sup>59</sup> AMARAL, João José Ferreira da Silva, *Ofertas históricas Relativas à Povoação de Vila Franca de Xira para Instrução dos vindouros*, I Vol., Ed. Museu Municipal de Vila Franca de Xira, VFX, 1991, p.157-158.



*maléfica*» e que nos revela a admiração que tinha pelas mulheres devotas, o respeito com que as retrata a compaixão que tem por elas, a admiração pela sua maneira discreta de agir e de sofrer em silêncio, no serviço de dedicação que prestaram ao próximo, sem vaidades e na discrição que tanto refere como uma das suas.

A análise que faz do carácter e conduta das mesmas é exímio e não discriminatório.

Explica-se também pela grande devoção que tem à Mãe de todos, Nossa Senhora, Virgem Mãe, de quem é fervoroso devoto.

## Bibliografia

AMARAL, João José Ferreira da Silva, *Ofertas históricas Relativas à Povoação de Vila Franca de Xira para Instrução dos vindouros*, II Vol., Ed. Museu Municipal de Vila Franca de Xira, VFX, 1997.

\_\_\_\_\_, *Discurso Apologetico a favor dos Martyres Contra Erroneas proposições do Artigo Tolerancia inserto no periódico Independente... composto por João José Miguel Ferreira da Silva Amaral*, Ed. Typ. de António Rodrigues Galhardo, Lisboa, 1822.

\_\_\_\_\_, *Epitáfios Latinos e Portugueses*, 1845.

\_\_\_\_\_, *Memória Histórica do Convento de Santo António da Castanheira e outros escritos do bacharel Vila-franquense*, 1847.

\_\_\_\_\_, *Memória histórica da vila de, ou dos Povos Comarca de Ribatejo, Província da Estremadura, Pelo Bacharel João José Miguel Ferreira da Silva Amaral*, Associado Provincial da Academia Real das Ciências de Lisboa, 1851.

BEIRÃO, Caetano, *D. Maria, 1777-1792. Subsídios para a Revisão da História do seu Reinado*, (2ª edição), Ed. Empresa Nacional de Publicidade, Lisboa, 1934.

NUNES, Graça, «As Invasões Francesas e o Tejo», in, *Histórias do Tejo*, Catálogo da exposição, Edi. Museu Municipal de Vila Franca de Xira, 1994.

# As Damas na 1ª Guerra Mundial (1914-1918)

Bárbara Pereira<sup>1</sup>

## RESUMO

Este artigo «Damas» abrange todo o panorama da classe média, a alta monárquica e a republicana. As Damas Auxiliares na 1ª Guerra Mundial é uma temática um pouco «esquecida». Importa realçar o ativismo das mulheres desta época, das diversas classes sociais e políticas. No entanto, na historiografia portuguesa são conhecidas pelas «Damas-Auxiliares de Enfermeiras», por estarem ligadas à Cruz Vermelha.

Por preceito da investigação e pelo caminho desenvolvido pela procura desentredada de uma ligação à história de Vila Franca de Xira, constatou-se que o desempenho desta associação feminina neste concelho, foi essencialmente na recolha de fundos. No entanto, é também de realçar o papel do Dr. Reynaldo dos Santos no desenvolvimento da formação das enfermeiras. O Dr. Reynaldo dos Santos, foi uma personalidade marcante na história vila-franquense, daí a iniciativa de investigar estes grupos femininos. Na investigação apuramos a existência de dois grupos políticos opostas; o republicano e o monárquico. Em prol da Pátria, uniram-se e demonstraram o seu papel ativo e solidário à comunidade.

Palavras-chave: **Mulheres, Grande Guerra, Cruzada das Mulheres Portuguesas, Cruz Vermelha, Damas- Auxiliares.**

## 1- As mulheres na Grande Guerra

No caso de Portugal, para determinadas figuras feministas, durante a Grande Guerra, o conflito funcionou como uma oportunidade de excelência para modificar o estatuto da mulher. Para além da sua ocupação no lar, podiam dar o seu contributo em defesa da Pátria, tal como os homens. Através do seu patriotismo granjearam direitos políticos e o respeito nos diversos sectores da sociedade.<sup>2</sup>

O descontentamento do Ultimato Inglês em 1890, seguido da implantação da República e da 1ª Guerra Mundial (1914-1918), proveu em toda a sociedade portuguesa uma ascensão do patriotismo Lusitano. Os quatro anos de conflito bélico possibilitaram e fomentaram esse patriotismo, também nas mulheres. Estas foram reprimidas por uma sociedade,<sup>3</sup> em

<sup>1</sup> Licenciatura em História Moderna e Contemporânea e Mestrado em Empreendedorismo e Estudos da Cultura. Instituto Universitário de Lisboa, ISCTE. [bfvpa@iscte-iul.pt](mailto:bfvpa@iscte-iul.pt)

<sup>2</sup> Mariano, Fátima, *As Mulheres e a República*, Caleidoscópio, 2011, p. 35.

<sup>3</sup> *Idem*, p. 36.

que os suas aspirações de emancipação lhes eram vetadas. No esplendor da implantação da república, em 1910, fomentou-se um conjunto de mudanças radicais perante a monarquia, sobretudo no que respeita à visão da mulher na sociedade portuguesa, acontecimento tardio em relação aos restantes países europeus.<sup>4</sup>

Quando a República triunfou, algumas personalidades femininas já tinham alguma experiência associativa, e que serviu para amadurecer as bases das concepções políticas e feministas. O primeiro movimento feminista português está intimamente ligado ao desenvolvimento das organizações internacionais. As Damas Enfermeiras realizaram com empenho, o apoio material, moral e a assistência de feridos<sup>5</sup> na 1ª Guerra Mundial.

A Grande Guerra foi um infortúnio que acarretou a perda humana, a crise de subsistência e a perda territorial. Por sua vez, também consolidou a ação de um grupo de mulheres em torno da ideia do voluntariado perante a uma nova realidade social. A «Cruzada das Mulheres Portuguesas» encabeçada pela esposa do Presidente da República, Elzira Dantas Machado, foi um dos vários grupos surgidos na época. Este grupo tinha ligações ao republicanismo.<sup>6</sup>

A participação da mulher nos problemas da sociedade antecede ao período bélico, nomeadamente pela Comissão Pela Pátria, Liga Republicana das Mulheres Portuguesas, Grupo das Treze, Cruzadas das Mulheres Portuguesas, Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas, Comissão Feminina Republica, entre outras.<sup>7</sup> De pequenas a grandes associações foram variados os tipos de trabalhos desde do plano educacional, de imprensa, na recolha de fundos e outras atividades em prol da comunidade.<sup>8</sup> Tal como é demonstrado no esquema abaixo, que sintetiza e clarifica cronologicamente, o aparecimento destas agremiações.

Assim, predomina uma consciência de uma força coletiva de interação social, sendo que durante a Grande Guerra, a imprensa e o associativismo foram incentivos para «agitar» a sociedade e começar a introduzir o debate das realidades políticas e sociais que advêm da participação nesse conflito.<sup>9</sup>

Deste modo, o internacionalismo do movimento português prossegue com a filiação da Associação de Propaganda Feminista na Internacional *Women Suffrage Alliance* em 1911, e do Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas no Internacional *Council of Women* em 1914.<sup>10</sup>

As individualidades femininas almejavam a sua representação nestes congressos no entanto, devido à parca situação financeira não foi possibilitada uma presença significativa.<sup>11</sup>

<sup>4</sup> Esteves, João (2010), *Dos Salões literários ao associativismo pacifista, feminista, maçónico, republicano e socialista* In Lagos da República, acessido *online* em Junho de 2017.

<sup>5</sup> *Idem*.

<sup>6</sup> *Ibidem*.

<sup>7</sup> *Idem, Ibidem*.

<sup>8</sup> Monteiro, Natividade, Mulheres e cidadania na I República: Mobilização e migração na Guerra de 1914-1918 In A Tertúlia da Diáspora, 2010, acessido *online* em Maio de 2017.

<sup>9</sup> Monteiro, Natividade, Mulheres e cidadania na I República: Mobilização e migração na Guerra de 1914-1918 In A Tertúlia da Diáspora, 2010, acessido *online* em Maio de 2017.

<sup>10</sup> *Idem, op. cit.*

<sup>11</sup> *Ibidem*.



**FIG. 1** Sintetização das agremiações femininas, Adaptado e simplificado pela autora. Fonte: Esteves, João (2010) *Dos Salões literários ao associativismo pacifista, feminista, maçónico, republicano e socialista* In *Lagos da República*.

## 2. Enfermagem na Grande Guerra

No eclodir da 1ª Guerra Mundial foram demarcadas o papel de duas organizações de intervenção de apoio ao País. Em 1914 foi fundada a Comissão Feminina «Pela Pátria», no que concerne à propaganda patriótica e à recolha de agasalhos. A Cruzada das Mulheres Portuguesas, em 1916 obteve a aprovação por parte do Presidente da República, Bernardino Machado.<sup>12</sup>

No reforço de reconhecimento internacional, destacou-se a necessidade do papel da mulher, na repercussão da participação de Portugal no conflito bélico, nos cenários europeus. A declaração de Guerra, em 1916, foi claramente um ponto de viragem no cenário quotidiano dos portugueses.

No trajeto, percorrido pela enfermagem, houve vários grupos: Cruzada das Mulheres Portuguesas (ideologicamente republicana), e a Cruz Vermelha/Sociedade da Cruz Vermelha (ideologicamente católica).

<sup>12</sup> *Idem.*

A Cruz Vermelha, neste caso, tem um longo caminho marcado pelo perfil humanitário desde 1865, mas o grande impacto, deste grupo, foi entre 1914 e 1918. Assim, tal como é reforçado ambos os grupos de enfermagem tinham um objetivo muito claro face ao seu serviço a prestar à comunidade.

Todos desejavam corresponder ao apelo patriótico que mobilizava a sociedade portuguesa, mas acima de tudo, pretendiam aceder a uma profissão digna do seu estatuto social, muito valorizada na conjuntura de guerra.<sup>13</sup>

Deste modo, neste artigo, o termo «Damas da Primeira Guerra Mundial», divulga o panorama social de mulheres de classe elevada. Dentro dos grupos de enfermagens há uma clara distinção ideológica; republicana e monárquica.<sup>14</sup> No entanto, o termo «damas-auxiliares» identifica o grupo de enfermeiras destinadas ao auxílio aos combatentes em França pela Cruz Vermelha.<sup>15</sup>

## 2.1. Cruzada das Mulheres Portuguesas (CMP)

«A Cruzada integrou um grupo de mulheres portuguesas que quiseram responder a um repto pela Pátria, num momento particularmente difícil da História. Mulheres – mães, esposas e irmãs – souberam mobilizar-se para intervir e auxiliar, aos mais diversos títulos, numa cruzada cuja acção se manteria por duas décadas.»<sup>16</sup>

A Cruzada das Mulheres Portuguesas foi uma inspiração proveniente do modelo francês: *La Croisade des Femmes Françaises* em 1915. A fundação desta «Cruzada» foi esmiuçada pelos princípios modelados na sua antecessora «Pela Pátria» e face à entrada de Portugal em 1916, no conflito bélico ao nível europeu. Constituiu-se um grupo de mulheres, sendo a sua fundadora: Elzira Dantas Machado e como secretária de comissão: Ana de Castro Osório.<sup>17</sup>

No entanto, é de referir que dentro deste grupo destacava-se nomes ligados a elevados cargos da sociedade republicana, inclusive as filhas de Bernardino Machado estiveram ligadas a este grupo, fomentando os princípios da CMPO papel da CMP tinha como objetivo principal o apoio aos mais necessitados.<sup>18</sup>

De forma sintetizada, a CMP para além do papel fulcral na promoção e organização de cursos de enfermagem, esteve na génese da criação do Hospital de Hendaia em França, e a instalação do instituto num antigo convento de Arroios – Palácio de Linhares. A CMP visava a inserção dos soldados mutilados na sociedade, encabeçada por Ester Norton Matos.<sup>19</sup> Para além das campanhas de recolhas de fundos, distribuição de agasalhos, foram também desenvolvidos trabalhos a nível de acolhimento aos mais desfavorecidos. A «Obra Maternal»,

<sup>13</sup> *Idem, op. Cit.*

<sup>14</sup> *Ibidem.*

<sup>15</sup> Centenário da Cruzada das Mulheres Portuguesas, Mostra de 28 de Janeiro a 30 de Abril de 2016, Biblioteca Nacional Portuguesa.

<sup>16</sup> *Idem.*

<sup>17</sup> Lousada, Isabel, *Pela Pátria: A Cruzada das Mulheres Portuguesas (1916-1938)* In XIX Colóquio de História Militar, 2011, pp. 677-679

<sup>18</sup> Centenário da Cruzada das Mulheres Portuguesas, Mostra de 28 de Janeiro a 30 de Abril de 2016, Biblioteca Nacional Portuguesa, acessado online no site institucional em Maio de 2017.

<sup>19</sup> Monteiro, Natividade, *Mulheres e cidadania na I República: Mobilização e migração na Guerra de 1914-1918* In A Tertúlia da Diáspora, 2010, acessado online em Maio de 2017.

por exemplo, foi assumida como um instrumento de auxílios aos órfãos de guerra, da Liga Republicana das Mulheres Portuguesas.<sup>20</sup>

No que concerne à enfermagem, a formação de enfermeira foi aprovado pela alçada do Ministro de Guerra, Norton de Matos para o serviço dos hospitais militares.<sup>21</sup>

De acordo com António Telo na obra «*Primeira República I – Do Sonho há realidade*», o período inicial de instrução terminou em Julho de 1916, sendo que as primeiras tropas só seguiram em Janeiro de 1917. A questão política pesou face à estratégia militar, dado que Portugal colocava a sua pretensão de reconhecimento e visibilidade aos aliados, referindo o benefício da integração da divisão portuguesa no corpo do exército britânico.<sup>22</sup>

De acordo com o Relatório de Augusto Soares, que é apresentado nesta obra, há uma forte crítica de Reynaldo dos Santos face ao governo Português e também aos franceses, na qual se destaca o descontentamento numa correspondência do Arquivo Histórico Militar.<sup>23</sup>

*«[...] segundo me é dito pelo doutor Reinaldo dos Santos, não têm impressionado menos as autoridades inglesas, as quais não compreendem que os serviços de inspecção médica militar portuguesa autorizem a incorporação dos referidos indivíduos entre as tropas que vem pela França».*<sup>24</sup>

De acordo com os Decretos 3:306 e o 3:307 da Direção Geral<sup>25</sup> de 21 de Agosto de 1917, as condições necessárias de uma enfermeira da CMP, era estar na faixa etária dos 20 anos aos 30 anos de idade. Competências aprovadas pela comissão de enfermagem da CMP. Durante o exercício da função teriam direito a um subsídio de \$50 diários, sendo efetuado o pagamento pelo Ministério da Guerra.<sup>26</sup> Do Relatório da Comissão de Assistência aos Militares Mobilizados de 1917, este formaliza as condições da Comissão de Assistência aos soldados, quanto ao auxílio de doentes, a reinserção profissional dos soldados, assistência aos militares mobilizados e envio de remessas.<sup>27</sup>

De seguida, depois de demonstrada a importância da Cruzada das Mulheres Portuguesas, é de referir também, o papel relevante das enfermeiras da Cruz Vermelha, sendo que de acordo com a perspectiva de Isabel Lousada<sup>28</sup> no estudo da «*Cruzada das Mulheres Portuguesas*» na historiografia portuguesa existe dois grupos de enfermagem, sendo ressaltada o nascimento

<sup>20</sup> Lousada, Isabel, *Pela Pátria: A Cruzada das Mulheres Portuguesas (1916-1938)* In XIX Colóquio de História Militar, 2011, p. 669.

<sup>21</sup> *Ibidem*, p. 677

<sup>22</sup> Telo, António José «*Primeira República I – Do Sonho à Realidade*», 2010. Editorial Presença, p. 380.

<sup>23</sup> *Idem, op. cit. Ibidem*.

<sup>24</sup> *Ibidem, op.cit.*

<sup>25</sup> Diário da República, Decreto 3:306, 21 de Agosto de 1917, I série, Número 139, Acedido através de <http://www.leideportugal.com/primeira-serie/decreto-n-o-3306-209544>.

<sup>26</sup> *Ibidem*.

<sup>27</sup> Cruzada das Mulheres Portuguesas, Relatório da Comissão de Assistência aos Militares Mobilizados, Lisboa, Imprensa Nacional de Lisboa, 1917, pp. 4-5.

<sup>28</sup> *Ibidem*, p. 6-7.

UMA OBRA SYMPATHICA

# A Cruzada das Mulheres Portuguezas

**Os trabalhos já effectuados e os que estão em via de resolução — O que se deve fazer depois da guerra**

A illustre presidente da «Cruzada», a sr.<sup>a</sup> D. Elzira Dantas Machado, leve a gentileza de nos receber de novo, para completar os esclarecimentos que de sua ex.<sup>a</sup> solicitáramos.

—Porque foi denominada «Cruzada das Mulheres Portuguezas» a obra a que tenho a honra de presidir? pergunta-me. Porque essa é o melhor titulo que se lhe podia dar, visto que a nossa missão é bem uma «Cruzada» de amor que ha de levar a luz da nossa fé nos altos destinos da Pátria portugueza a todos os recantos da terra. O nosso emblema é uma simples cruz de ouro em campo branco e isto significa bem claramente como é puro o nosso ideal e de ouro de lei os sentimentos que nos impulsionam.

«Este nome, escolhido depois de uma intelligente discussão, agradou a todos, porque elle recorda actos bem agradáveis e gloriosos da nossa historia.

«Foram os cavalleiros das «Cruzadas» que ajudaram a conquistar Lisboa e foi com a Cruz de Christo nas velas, e com o dinheiro d'essa ordem, que se fizeram as nossas primeiras descobertas. Depois, que lindo é darmos á Cruz o seu eterno symbolismo de vida, sempre renovada, e do fogo da nossa fé n'esta empreza em que todos trabalhamos pela libertação da Justiça, que os barbaços queriam crucificar no madeiro infamante da sua atroz tyrannia o do seu insupportavel orgulho!

«Para honra do nome portuguez lhe direi que, felizmente, a «Cruzada» tem sido o que pensavamos e será, com o esforço de nós todas, o que desejamos. Isto é: a assistencia intelligente da mulher portugueza a todas as victimas da guerra, que não são só os soldados que

partem, como as familias que ficam. Mas é tambem todo o povo portuguez, soffrendo do mal colectivo, como a propria terra, falta de braços que a revolvam e nos deem com o seu esforço a garantia do futuro. A «Cruzada» é uma verdadeira mobilisação feminina e, apesar do que esta palavra mal comprehendida já tem assustado alguns espiritos timoratos, eu não hesito em repallá-la com orgulho e profunda convicção. Mobilisação voluntaria, é necessario que se diga, orientando a mulher da nossa terra para a grande missão que o futuro lhe entregará de educadora e dirigente das obras de assistencia, que no nosso paiz tanto devem ao nosso sexo.

—As commissões e sub-commissões têm uma relativa autonomia, não é verdade?

—De certo, como não podia deixar de ser, desde que se trata d'uma instituição que abarca quasi todos os ramos de assistencia necessaria n'esta occasião e desde que vivemos n'um paiz essencialmente democratico e descentralizador, confiando plenamente na intelligencia e comprehensão das senhoras que estão encarregadas da direcção das diversas secções. Cada uma d'estas commissões faz a propaganda das suas obras, angariando donativos especiaes para as realisar, havendo tambem uma commissão que é especialmente destinada a angariar donativos para o fundo geral. Como sempre, é das colonias portuguezas e do Brasil, principalmente, que tem vindo as mais valiosas ofertas, o que nos consola por vermos como o nosso grande movimento patriótico, encontra eco em toda a parte onde pulsam verdadeiros corações portuguezes.

Fig. 2 «Uma obra sypathica, A Cruzada das Mulheres Portuguezas» In *A Capital*, 21 de Abril de 1917.

**Cruzada das Mulheres Portuguesas**  
**INSCRIÇÃO PATRIÓTICA**  
**BOLETIM DE ADESÃO**  
 De que maneira pôde prestar á Pátria o seu auxilio?

---

	Respostas
Em dinheiro . . . . .	
Em propaganda patriótica . . . . .	
" trabalho para angariar donativos. . . . .	
" " como enfermeira. . . . .	<i>Para sendo preciso prestar o meu auxilio        Estou em condições de galhar e confeccionar roupa de        " " de redigir cartas, contos, e todo o serviço exigido em        Portugal</i>
" " manual em roupa para os soldados . . . . .	
" " como funcionaria. . . . .	
" " no comercio . . . . .	
" " na agricultura. . . . .	<i>Por qualquer d'estes trabalhos eu        poderei adhir ao patriótico programma        da Cruzada das Mulheres Portuguesas</i>
" " na industria . . . . .	
" " no ensino infantil . . . . .	
O que poderá fazer pelos orphãos. . . . .	
Como poderá auxiliar o trabalho dos mobilisados. . . . .	
Cmo poderá prestar o seu apoio ás familias em geral . . . . .	
<b>Nome</b> . . . . .	<i>Rua de Campo d'Ourique n.º 198 - 4.º D.        Virginia Graça d'Almeida        Lisboa</i>
Morada . . . . .	
Localidade. . . . .	

N. B. — Este boletim depois de preenchido deve ser dobrado em quatro e enviado á direcção indicada no verso.  
 É isento de franquia postal por autorisação parlamentar.

**Fig. 3** Boletim de Adesão à Cruzada das Mulheres Portuguesas Fonte: Celebrar a República <http://celebrarepublicaesbf.blogspot.pt/2010/03/maria-luisa-braamcamp-freire-e.html>

de «Damas- auxiliares», composto por «senhoras» da alta sociedade, sendo chefiadas por D. Maria Antónia Ferreira Pinto.<sup>29 30</sup>

A importância das «Damas- Auxiliares» é a de cariz monárquico. No entanto, tanto o lado monárquico como o republicano, as mulheres prestaram auxílio pleno em prol dos combatentes, colmatando assim, a falha do Estado Português, dado que era premente dar assistência social.<sup>31</sup>

O apoio moral dado aos combatentes, tanto era oferecido pelo lado monárquico, como pelo republicano, através do conceito de «madrinha de guerra». Do lado monárquico foi representativa a figura de Sofia Burnay de Mello Breyner (1875-1948), criando um grupo de senhoras como madrinhas de guerra, para cada soldado. Porém do lado republicano foi instituída a Cruzada das Mulheres Portuguesas como «madrinha» dos soldados devido à incapacidade de corresponder, uma para cada soldado.<sup>32</sup>

Na sessão parlamentar de 13 de Janeiro de 1921 na proposta de Projecto-Lei nº 542 é proclamada a importância da Mulher na sociedade e os seus frutos de trabalho face aos homens que «bateram a centenas léguas da Pátria».<sup>33</sup>

<sup>29</sup> As Damas da Alta Sociedade na Primeira Guerra, jornal SÁBADO, 8 de Janeiro de 2015, acedido em Fevereiro de 2017 <http://www.sabado.pt/vida/pessoas/detalhe/as-damas-da-alta-sociedade-na-i-guerra>. Acedido a Fevereiro de 2017.

<sup>30</sup> Lousada, Isabel, *Pela Pátria: A Cruzada das Mulheres Portuguesas (1916-1938)* In XIX Colóquio de História Militar, 2011, p. 677.

<sup>31</sup> Ferreira, Eduarda; Ventura, Isabel; Rego, Luísa; Tavares, Manuela; Almeida, Maria Antónia Pires de (orgs.) *Percursos Feministas: Desafiar os tempos*, 2014, Lisboa, UMAR/Universidade Feminista, e-book. Acedido por via do Google Livros.

<sup>32</sup> *Idem, Ibidem.*

<sup>33</sup> Diário do Senado, Debate Parlamentar, Projeto de Lei nº542, Sessão nº 10, 13 de Janeiro de 1921, IV Legislatura, p.17.



«Em Portugal, desde a Santa Cruzada das Mulheres Portuguesas às madrinhas de guerra, às senhoras da festa da flor e principalmente às enfermeiras que nos hospitais de sangue suavizaram as febres, as dores e as saudades aos que se bateram a centenas léguas da Pátria, em Portugal, dizia, também a Mulher não desmereceu das suas nobilíssimas tradições de sempre. Agora nos páramos da guerra, as suas mãos patrícias e as suas doces palavras de consolação foram os únicos alívios morais para os sofrimentos dos filhos da nossa terra que pelo Direito, Civilização e Humanidade se bateram com o valor indomável que em tempos idos nos deu jus a sermos cognominados na História do mundo de povo de Heróis.»<sup>34</sup>

Em suma, dado à importância das agremiações mencionadas, é de realçar o trabalho realizado pela Cruz Vermelha, e sua utilidade na enfermagem através das «Damas-Auxiliares de Enfermeiras».



**Fig. 4** Primeiro GADE 1 Damas Auxiliares de Enfermeiras, com a presença de Eugenia Manuel (Tancos)  
Fonte: Pessoal de Enfermagem, Arquivo da Cruz Vermelha.

## 2.1. As Damas – Enfermeiras da Cruz Vermelha

Para além da qualidade profissional destas enfermeiras, era necessário uma atitude de completa abnegação de interesses individuais, contrapondo o apelo patriótico, sendo bastante valorizada durante a conjuntura de guerra. A Cruz Vermelha Portuguesa, era

<sup>34</sup> *Ibidem, Idem.*

conotada com a aristocracia, e ligava-se ao órgão da «Assistência das Portuguesas às Victimas de Guerra».<sup>35</sup> «As Damas-Enfermeiras» eram admitidas ao serviço pelo Ministério de Guerra, e de imediato recebiam a *guia de marcha*.

Na época retratada, o Hospital da Cruz Vermelha em *Ambleteuse* ainda não estava plenamente concluído e prestaram serviço no Hospital da Base do Corpo Expedicionário Português (CEP) ou em edifício dominados pela presença dos britânicos.<sup>36</sup>

Assim, como é idealizada a Dama-Enfermeira? Do compromisso das Damas Enfermeiras de 1917 é preconizado no sexto artigo o seguinte: «*A sacrificar o seu bem-estar e as suas comodidades pessoais, sempre que as circunstâncias o exigam, em proveito dos feridos e doentes.*»<sup>37</sup>

O Corpo Expedicionário Português (CEP) detinha dois hospitais de sangue em França e situavam-se em *Merville* e em *Saint Venant*.<sup>38</sup> De acordo com a Doutora Margarida Portela<sup>39</sup> estas unidades hospitalares funcionavam como uma linha intermediária de atendimento e eram as maiores que o CEP possuía. Os hospitais de base foram construídos de acordo com o modelo inglês.<sup>40</sup> A outra unidade hospitalar era da Cruz Vermelha Portuguesa, situada em *Ambleteuse*.

Partiram para França 82 enfermeiras: 56 equiparadas a alferes e 26 a praças.<sup>41</sup> A Antónia Ferreira Pinto, Dama-chefe foi conferida a patente militar de Tenente enquanto as restantes «Damas- Enfermeiras» a equiparação era a de Alferes.<sup>42</sup>

No entanto, apesar da presença britânica, os portugueses hospitalizados eram também socorridos por enfermeiras portuguesas.<sup>43</sup> No Hospital da Cruz Vermelha (CVP) tiveram presentes 54 «Damas-Enfermeiras», preparadas pelos cursos de enfermagem desta instituição e remuneradas pelo Ministério da Guerra.<sup>44</sup> De acordo com o artigo Nº 8 o Decreto nº 3:307 é discriminado o seguinte:

«As enfermeiras com dez anos ao serviço efectivo terão vencimentos, subsídios, pensões e reformas iguais aos que correspondem aos Tenentes do quadro militar do serviço de saúde. As Enfermeiras Chefes, com o mesmo tempo de serviço efectivo serão equiparadas para efeitos de vencimentos e mais abonos, de pensões e reformas, aos Capitães do mesmo quadro».<sup>45</sup>

D. Maria Antónia Ferreira Pinto recorre a Lord Donoughmore, Representante da Cruz Vermelha Britânica e consolidou um acordo com, Miss Maud McCarthy, Dama-Chefe da Cruz Vermelha Britânica, para a formação contínua das enfermeiras portuguesas, sendo que por

<sup>35</sup> *As Damas da Alta Sociedade na Primeira Guerra*, jornal 'SÁBADO', 8 de Janeiro de 2015, acedido em Fevereiro de 2017.

<sup>36</sup> *Ibidem*, *op.cit.*

<sup>37</sup> Regulamento das Damas Enfermeiras, Sociedade da Cruz Vermelha, 1917-1918, Cortesia do Arquivo da Cruz Vermelha.

<sup>38</sup> Portela, Margarida (2015) «O corpo e a doença. Medicina Portuguesa durante a Grande Guerra In *Rolló*». Maria Fernanda, (coord), *Portugal e a grande guerra*, Exposição na Assembleia da República, p. 195.

<sup>39</sup> Investigadora no Instituto de História Contemporânea da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa

<sup>40</sup> *Idem*, pp. 198-200.

<sup>41</sup> *Ibidem*, pp. 200.

<sup>42</sup> *As Damas da Alta Sociedade na Primeira Guerra*, jornal SÁBADO, 8 de Janeiro de 2015, acedido em Fevereiro de 2017.

<sup>43</sup> Marques, Isabel Pestana, *O Dia- A – Dia na zona de guerra In “Das Trincheiras com Saudades, A vida quotidiana dos militares portugueses na Primeira Guerra Mundial”*, 2008, A Esfera dos Livros, pp. 184-186.

<sup>44</sup> *Ibidem*, p. 186.

<sup>45</sup> Diário da República, Decreto 3:307, Artigo nº 8, 21 de Agosto de 1917, I série, Número 139, Acedido através de <http://www.leideportugal.com/primeira-serie/decreto-n-o-3306-209544>.

sua vez era exigida uma obediência e conhecimento da língua inglesa para preencher as escalas de enfermaria.<sup>46</sup>

Tal como a Investigadora Natividade Monteiro<sup>47</sup> afirmou: «as enfermeiras tiveram um papel fundamental no quadro da guerra, pelo pioneirismo no exercício de uma profissão militarizada.»<sup>48</sup>

A lista de «Damas Enfermeiras – Auxiliares da Cruz Vermelha», é apresentada por ordem de chegada a França, nas três fases decisivas do seu trabalho, no início pelo Hospital nº 1 e por fim a chegada de enfermeiras aquando da desmobilização do Hospital da Cruz Vermelha em 1919.<sup>49</sup> Deste modo, e de acordo com a documentação consultada no Arquivo da Cruz Vermelha permitiu-nos conceber uma ideia do percurso e a identificação das «Damas – Auxiliares de Enfermeiras.»<sup>50</sup>

O primeiro Grupo GADE 1 foi representado na Base do C.E.P *Ambleteuse* em 19, 21 e 24 de Novembro de 1917. Este grupo por turnos, passou a fazer serviço no Hospital da Base nº 2 a 25 de Março de 1918, acompanhado pelo Dr. Jorge Cid. Novos grupos passaram a fazer serviço no Hospital da Base nº 1. Mais tarde, com a ofensiva de 9 de Abril de 1918, e a inauguração do Hospital da Cruz Vermelha, passaram a fazer serviço exclusivo. A debandada das enfermeiras podia ter sido reconhecida no entanto, a complexidade do evento, trouxe dificuldades no acesso e disponibilidade aos soldados feridos.<sup>51</sup>

A formação de enfermeiras foi apoiada por Dr. Reynaldo dos Santos e por Domitília Carvalho. No entanto, não foi «vingada» dado à ideologia patente, em que numa República recente receava-se a influência da Monarquia em tempos austeros do povo português.

De acordo com o Dr. Reynaldo dos Santos face ao cenário das necessidades de tratamento dos nossos soldados no palco de batalha europeu, este exigia: o envio de uma «ambulância» portuguesa com três cirurgiões; um médico; pessoal de enfermagem; material de tratamento e sobretudo, financiamento. Reivindicava ainda, a mobilização da generosidade dos particulares, campanhas dos jornais, subscrições públicas, receitas da caridade, bem como o auxílio governamental.<sup>52</sup>

Paralelamente à informação sobre os soldados portugueses verificou-se a parca importância dada a estas enfermeiras. Sendo que de acordo com o Registo do Hospital da Junqueira entre o período de 1917 e 1918, no que respeita ao tratamento de auxílio das

<sup>46</sup> Lista de “Damas Auxiliares Enfermeiras da Cruz Vermelha”, suporte datilográfica, Dossiê Pessoal Enfermeiras, Grande Guerra 1914-1918 In Arquivo Histórico da Cruz Vermelha.

<sup>47</sup> *Idem*.

<sup>48</sup> Monteiro, Natividade, *Mulheres e cidadania na I República: Mobilização e migração na Guerra de 1914-1918* In A Tertúlia da Diáspora, 2010, acedido *online* em Maio de 2017.

<sup>49</sup> *Ibidem*.

<sup>50</sup> Anexo A: «Damas Auxiliares da Cruz Vermelha», Fonte: Dossiê «Pessoal-Enfermeiras», Grande Guerra 1914-1918, Arquivo Histórico da Cruz Vermelha Portuguesa, p. 20.

<sup>51</sup> Lista de «Damas Auxiliares Enfermeiras da Cruz Vermelha», suporte datilográfica, Dossiê Pessoal Enfermeiras, Grande Guerra 1914-1918 In Arquivo Histórico da Cruz Vermelha.

<sup>52</sup> Martinho, Maria João. «Reinaldo dos Santos», Seminário da Grande Guerra, *Outros Olhares da Grande Guerra*, 1 de Outubro de 2016, Fábrica das Palavras. Reis, Carlos Vieira. Biografia de Reynaldo dos Santos, Vidas Lusófonas, acedido *online*: <https://www.vidaslusofonas.pt/biografia.php?id=GjMwzJ815hG> em Fevereiro de 2016.

enfermeiras, deparamos com pouco informação ou inexistência da mesma, a não ser o nome completo, região de origem e data de nascimento. O prognóstico dos vários registos maioritariamente tinham como quadro clínico, o dito temporário, como gripe ou registado a mesma doença mas como diagnóstico definitivo.<sup>53</sup>

Para além disso, doze enfermeiras por discordância dos termos de contrato de trabalho ou porque pretendiam estar mais próximas das linhas da frente, trabalharam em hospitais de sangue ou em ambulâncias, desvincularam-se da Cruz Vermelha. – Agosto de 1918.<sup>54</sup>

De acordo com o Decreto de 28 de Agosto de 1918 é ratificado o reconhecimento do papel das enfermeiras:<sup>55</sup>

«Tendo-se reconhecido a necessidade de preparar a mulher para desempenhar condignamente o papel de enfermeira militar e de criar a enfermagem feminina nos hospitais do país, nos campos de batalha e noutros estabelecimentos congéneres.»<sup>56</sup>

De seguida, foi organizado um grupo de enfermeiros, que foi destinado à entrega da ambulância nº 8 com sede em Herbelles e com as 10 enfermeiras.<sup>57</sup> Esta ambulância foi concedida através da Condessa Burnay, sendo um elemento prestativo e também uma individualidade que não agoirava da importância da formação de enfermeiras.<sup>58</sup>

Para tal, cedeu uma casa, onde mais tarde foi instalado o Hospital Temporário da Junqueira. Aqui foi efetuada a preparação das enfermeiras para se deslocarem para França sob a alçada da Cruz Vermelha.<sup>59</sup>

Assim, por esta via é subentendido o primeiro momento da participação da mulher na hierarquia militar. No fim da guerra, com o desmantelamento do Hospital da Cruz Vermelha, nos princípios de 1919, outro grupo de enfermeiras transitou também para a dependência direta do exército, de forma a assegurar a continuidade da enfermagem feminina nos hospitais militares em Portugal.<sup>60</sup>

De seguida, como já foi mencionado, e após a desmobilização da formação e encerramento do Hospital da C.V.P em 29 de Janeiro de 1919, transitaram para o Hospital n.º 1. Os doentes do Hospital da CVP foram acompanhados pelas últimas «Damas-Enfermeiras».<sup>61</sup> Tal como é apresentado na obra «Cruz Vermelha 1865-1925» é preconizado o último registo fotográfico conjuntamente com oficiais e damas-enfermeiras:

<sup>53</sup> Lista de «Damas Auxiliares Enfermeiras da Cruz Vermelha», suporte datilográfico, Dossiê Pessoal Enfermeiras, Grande Guerra 1914-1918 In Arquivo Histórico da Cruz Vermelha.

<sup>54</sup> As Damas da Alta Sociedade na Primeira Guerra, jornal 'SÁBADO', 8 de Janeiro de 2015, acessado em Fevereiro de 2017 <http://www.sabado.pt/vida/pessoas/detalhe/as-damas-da-alta-sociedade-na-i-guerra>, Acessado a Fevereiro de 2017.

<sup>55</sup> Decreto de 28 de Agosto de 1918 In Alves, José Hermínio Estevão, "A Mulher e as Forças Armadas Portuguesas", Nação e Defesa, Inverno, 1999, nº 88, 2º série, p. 75, Acessado através de: [https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/1524/1/NeD088\\_JoseHerminioEstevaoAlves.pdf](https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/1524/1/NeD088_JoseHerminioEstevaoAlves.pdf).

<sup>56</sup> *Idem*, p. 76.

<sup>57</sup> Lista de «Damas Auxiliares Enfermeiras da Cruz Vermelha», suporte datilográfico, Dossiê Pessoal Enfermeiras, Grande Guerra 1914-1918 In Arquivo Histórico da Cruz Vermelha.

<sup>58</sup> *Idem*, p.3.

<sup>59</sup> *Ibidem*.

<sup>60</sup> Lista de «Damas Auxiliares Enfermeiras da Cruz Vermelha», suporte datilográfica, Dossiê Pessoal Enfermeiras, Grande Guerra 1914-1918 In Arquivo Histórico da Cruz Vermelha.

<sup>61</sup> *Ibidem*, p. 4.



**Fig. 5** Último registo fotográfico das Damas - Enfermeiras da Cruz Vermelha In Cruz Vermelha, 1865-1925, Edição Tip. Colonial Abegoaria, 1926.

A Cruz Vermelha através da «Assistência das Portuguesas às Victimas de Guerra» dedicou-se à recolha de fundos para auxiliar as famílias dos soldados. Neste âmbito, para além da figura de Mariana Assunção da Silva<sup>62</sup> que teve um papel ideológico republicano, importa referir outra figura, menos conhecida, Maria Luísa Malheiro Batalha<sup>63</sup> da vila de Alhandra.

Durante a investigação, foi encontrada a sua identidade, com ligações a uma grande família «Batalha», do Concelho de Vila Franca de Xira, uma família benemérita que dedicou a vida a favor dos mais desfavorecidos e na construção do Hospital Civil. O seu nome veio a conhecimento público, precisamente na organização de recolha de fundos no Teatro Salvador Marques e do Cine – Teatro, sob alçada da «Assistência às Victimas de Guerra». Mais tarde, foi encontrado um documento destinado à Maria Luísa Batalha, onde é mencionada a Festa da Flor; uma iniciativa que era usual na recolha de fundos.<sup>64</sup>

Na Festa da Flor, tal como é citado pela Investigadora Natividade Monteiro foi reforçada a ideia da participação das mulheres republicanas e monárquicas, nesta iniciativa fomentada pelo jornal *O Século*.

<sup>62</sup> Esteves, João, Mariana da Assunção da Silva In *Faces de Eva*. «Estudos sobre a Mulher», nº 31, 2014, (formato word), Edições Colibri, (Cedência por parte do autor do artigo em Julho de 2017).

<sup>63</sup> Assistência às Victimas Portuguesas: contas da Récita e Matinée, no Theatro Salvador Marques, nos dias 20 e 21 Abril, promovida por Maria Luísa Malheiro Batalha, «Assistências às victimas de guerra» In: *Vida Ribatejana*. – Vila Franca de Xira. – Ano II, nº 37 (15 agosto 1918), p. 1.

<sup>64</sup> *Idem*, p. 1.

## Conclusões

As enfermeiras tiveram um papel fundamental no quadro da guerra, pela dedicação e empenho ao serviço dos outros, pelo pioneirismo no exercício de uma função que invadiu o território masculino e que testou a resistência física e psicológica das mulheres.

Deste modo, estudar esta temática é complexo pela multiplicidade de políticas inerentes ao cenário republicano. Daí que o desiderato, deste estudo, passa por um rigor permanente ao mencionar as agremiações femininas.

Em suma, passa por ser cada um de nós, a reflexão e divulgação do trabalho realizado por estas figuras femininas, destacando-se o espírito de partilha e de auxílio aos mais desafortunados.

## Agradecimentos

Agradeço às Dra. s Maria Adelaide Cruz e Maria João Martinho, por todo o apoio e interesse prestado durante a investigação, paralela à investigação dos Soldados de Vila Franca de Xira. Agradeço o apoio de amigos e família. Agradeço á Dra. Luísa Nobre, pela disponibilidade e acesso de informação do Arquivo Histórico da Cruz Vermelha. Para além disso, agradeço os contributos profissionais dos Investigadores: Natividade Monteiro, João Esteves e Fátima Mariano. Por fim, agradeço aos meus colegas de divulgação de informação.

## Bibliografia

### Fontes

#### Biblioteca Nacional

Mulher e a Criança. Órgão da Liga Republicana das Mulheres Portuguesas. Lisboa, 1910-1911. O Radical, Setúbal, 1910-1911.

A Semeadora. Propriedade da empresa de propaganda feminista e defesa dos direitos da mulher. Lisboa, 1916-1917.

Cruzada das Mulheres Portuguesas, Estatutos da Cruzada das Mulheres Portuguesas. – Lisboa: Imp. Nacional, 191  
«A mulher e a guerra», A questão actual, A Semeadora, 15 de Fevereiro 1917, n.º 20, 2.º ano, Lisboa.

Relatório da Comissão de Assistência aos Militares Mobilizados / Cruzada das Mulheres Portuguesas. – 1916/17-1917/18. – Lisboa: C.M.P., 1917-1918.

### Periódicos

*Uma obra sypathica, A Cruzada das Mulheres Portuguesas* In A Capital, 21 de Abril de 1917.

#### Arquivo Histórico da Cruz Vermelha

«Damas Auxiliares de Enfermeiras,» Dossiê I Guerra Mundial, Hospital da SPCV em França – Ambleteuse, 1917-1918, Pessoal = Enfermeira, O.S do CEP, 2º Volume.

«Compromisso da Cruz Vermelha» Dossiê I Guerra Mundial, Hospital da SPCV em França – Ambleteuse, 1917-1918, Pessoal = Enfermeira, O.S do CEP, 2º Volume.

«Boletins do CE», Dossiê I Guerra Mundial, Hospital da SPCV em França – Ambleteuse, 1917-1918, Pessoal = Enfermeira, O.S do CEP, 2º Volume.

«Registo clínico das Enfermeiras» Dossiê I Guerra Mundial, Hospital da SPCV em França – Ambleteuse, 1917-1918, Pessoal = Enfermeira, O.S do CEP, 2º Volume.

- «Correspondência de Director da Cruz Vermelha ao Sr. Secretário da Sociedade Portuguesa da Cruz Vermelha.», 14 de Abril de 1920, Dossiê I Guerra Mundial, Hospital da SPCV em França – Ambleteuse, 1917-1918, Pessoal = Enfermeira, O.S do CEP, 2º Volume.
- «Desembarque de oficial e dama-enfermeira», Capitão Luís D’Albuquerque Bettencourt e Dama- Enfermeira, D. António Pinto Telegrama ao Sr. Secretário da Sociedade Portuguesa da Cruz Vermelha, 21 de Outubro de 1919, Dossiê I Guerra Mundial, Hospital da SPCV em França – Ambleteuse, 1917-1918, Pessoal = Enfermeira, O.S do CEP, 2º Volume.
- Dossiê I Guerra Mundial, Comissão Portuguesa de Prisioneiros de Guerra/ Interna dos Alemães em Portugal, A. Heroísmo, 1916 -1919; Peniche 1918-1919; Sintra, 1916; Funchal; 1916, s/volume.
- Dossiê I Guerra Mundial, Comissão Portuguesa de Prisioneiros de Guerra 1914 -1919. s/volume.
- Sem autor, «Um ano depois... Para a frente! » In *A Guerra*, 31 de Dezembro de 1926, Revista mensal da Liga dos Combatentes, nº 12, Lisboa, p.2

## **Arquivo das Fábricas das Palavas – Vila Franca de Xira**

### **Periódico**

- Assistência às Vítimas Portuguesas: contas da Récita e Matinée, no Theatro Salvador Marques, nos dias 20 e 21 abril, promovida por Maria Luísa Malheiro Batalha «Assistências às vítimas de guerra» In: *Vida Ribatejana*. – Vila Franca de Xira. - Ano II, nº37 (15 agosto 1918), p. 1

### **Seminário**

- Martinho, João Maria. «Reinaldo do Santos», *Seminário da Grande Guerra*, 1 de Outubro de 2016, Painele 2 Fábrica das Palavras.

### **Bibliografia**

- Alves, José Hermínio Estevão, «A Mulher e as Forças Armadas Portuguesas», *Nação e Defesa, Inverno*, 1999, nº 88, 2º série, p. 75. Acedido através de: [https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/1524/1/NeD088\\_JoseHerminioEstevaoAlves.pdf](https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/1524/1/NeD088_JoseHerminioEstevaoAlves.pdf).
- Esteves, João, «Feminismo, Feminismos e Sufragismo na 1.ª República», *As Mulheres na I República. Percursos, Conquistas e Derrotas*, Lisboa, Faces de Eva-CESNOVA-FCSH-UNL, Edições Colibri, 2011, pp. 19-46.
- Ferreira, Eduarda; Ventura, Isabel; Rego, Luísa; Tavares, Manuela; Almeida, Maria Antónia Pires de (orgs.) *Percursos Feministas: Desafiar os tempos*, 2014, Lisboa, UMAR/Universidade Feminista, e-book.
- D’Armada. *Fina As Mulheres na Implantação da República*, 2010 Edição Esquilo.
- Rollo, Maria Fernanda, (coord) «Portugal e a grande guerra», Catálogo da exposição *Portugal e a Grande Guerra* que decorreu de 7 de outubro de 2014 a 31 de janeiro de 2015 no Átrio Principal do Palácio de São Bento. Centenário da I guerra mundial 1914-1918.
- Ramalho, Margarida Magalhães, (coord) , *Quando Raul foi à Guerra*, - 1ª edição, 2013, Lisboa, Matéria-Prima.
- Lousada, Isabel, «*Pela Pátria: A Cruzada das Mulheres Portuguesas (1916-1938)*» In *XIX Colóquio de História Militar*, 2011, p. 669.
- Lousada, Isabel, *Centenário da Cruzada das Mulheres Portuguesas*, Mostra de 28 de Janeiro a 30 de Abril de 2016, Exposição na Biblioteca Nacional Portuguesa.
- Martins, Ferreira, *A Cooperação Anglo-Portuguesa na Grande Guerra de 1914-1918*, Lisboa, 1942, LCGG.
- Monteiro, Natividade, «*Mulheres e cidadania na I República: Mobilização e migração na Guerra de 1914 -1918*» In *A Tertúlia da Diáspora*, 2010, acedido online em Maio de 2017.
- Mariano, Fátima, «*Os Esquecidos da Guerra: O apoio das Mulheres aos Prisioneiros da 1º Guerra*» In *Revista Militar*, nº 252, Maio de 2012.
- Mariano, Fátima, *As Mulheres e a República*, Caleidoscópio, 2011, p. 35.
- Marques, Isabel Pestana, *Das Trincheiras com Saudades, A vida quotidiana dos militares portugueses na Primeira Guerra Mundial*, 2008, A Esfera dos Livros.
- Telo, António José, *Primeira República I – Do Sonho à Realidade*, 2010. Editorial Presença.
- Garcia, Rita, «As Damas da Alta Sociedade na Primeira Guerra», O Sábado <http://www.sabado.pt/vida/pessoas/detalhe/as-damas-da-alta-sociedade-na-i-guerra>, 2015 Acedido a Fevereiro de 2017.

## Anexo A Lista das “Damas Auxiliares de Enfermeiras” da Cruz Vermelha

Lista das “Damas – Auxiliares da Cruz Vermelha” <sup>1</sup>		
19, 20 e 24 de Novembro de 1917	18 de Maio de 1918	8 de Agosto de 1918
D. Maria Antonia de Ferreira Pinto – (Matron)	D. Maria França	D. Aurora Shirley
D. Maria França	D. Angelica Plantier	D. Jeanne Germy
D. Eugenia da Gama Ochoa	D. Angela Botto Machado	D. Dora Violet Westwood
D. Angelica Plantier	D. Maria de Jesus Zarco da Camara	D. Francisca de Oliveira Ferreira
D. Maria Galves	D. Rary Rangel	D. Isolina Viega
D. Angela Motto Machado	D. Luiza da Camara	D. Maria Amelia Sotto Maior
E. Eygenia Machado	D. Gladys Cannell	D. Maria Francisca de Castro Menezes
D. Maria de Jesus Zarco da Camara	D. Conceição botelho	D. Maria Helena da Conceição e Silva
D. Mary Rangel	D. Alda Calheiros Viegas	D. Maria da Piedade Lacerda
D. Evelyn Rangel		
D. Eugenia Lapa Botelho		
D. Eduarda Machado		
D. Antonia Baptista		
D. Luiza da Camara		
D. Gladys Cannel		
D. Laurentina do Carmo Pires		
D. Conceição Botelho		
D. Margarida de Brito		
D. Alda Calheiros Viegas		
D. Eugenia Manuel (Tancos)		
D. Vicencia Teixeira		
Judith Coelho		
May Farmer		
Maria Mayer		
D. Maria da Camara Leme		
D. Maria Gil Beltrão		



# A Arte da Costura Aprendida no Feminino

Maria Guiomar Vilela Alves<sup>1</sup>

## RESUMO

Este trabalho vem na sequência de uma conversa com o mesmo título, que teve lugar, no Núcleo Museológico de Alverca em Julho de 2015, com base, num caso diferente de aprendizagem da Arte da Costura, uma escola, onde as jovens, terminada a instrução primária, durante três anos, faziam o seu enxoval.<sup>2</sup>

Então, ter uma roupa, nova ou arranjada, à sua medida, era o resultado, do empenho, da imaginação, por vezes do sacrifício, de uma noite sem dormir, das mulheres da casa, pois a roupa: de cima e de baixo – como se dizia – de cama e mesa, os arranjos com os restos de panos novos e velhos, os enfeites da casa, até para a boneca e bola de trapos, essa... era uma arte das mulheres!

Procuraremos aqui, dar uma perspetiva mais geral da realidade, das famílias e do desvelo das mulheres neste tema, com base nessas memórias, desde os anos 50 do século XX em meio rural, acreditando, contribuir assim, para resgatar ao esquecimento essa parte da vida quotidiana.

Palavras-chave: mulheres, costura, tecidos, economia.

## 1. A Arte da Costura

Pode parecer excessivo falar de Arte quando se trata, apenas de costura. Mas pensando nas circunstâncias económicas e sociais, em que vivia a maioria dos portugueses, em meados do Século XX, e na importância que saber costurar tinha na economia das famílias, não é. Era por vezes uma arte com magia, o que as mulheres conseguiam fazer tanto, com tão pouco.

Durante o Estado Novo, o lugar que o poder destinava às mulheres está bem claro nas palavras de Salazar, para quem família era «a célula social, cuja estabilidade e firmeza são condição essencial do progresso... para mim, o maior elogio da mulher é ainda o epitáfio romano: Era honesta; dirigia a casa; fiava a lã. A Pátria Era a Família.»<sup>3</sup>

Em 1960, numa pequena vila do Alentejo profundo, vigorava, bem enraizado o ditado popular, tão do gosto do ministro de Salazar, Carneiro Jacinto: um lugar para cada coisa e cada coisa no seu lugar. Para as mulheres, onde o analfabetismo era ainda maior, isto tornava-se mais rigoroso. A roupa que se usava, tinha que corresponder ao lugar, que se tinha no meio e na sociedade, e era à mulher que essa escolha competia dentro do seu orçamento.

Aprender a costurar acontecia, de forma natural em casa, com a mãe e as tias e avós, no

<sup>1</sup> Licenciada em História, pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. E-mail: guiomaralves@netcabo.pt

<sup>2</sup> Escola Rural José Godinho de Abreu, Benavila-Avis. Funcionou nestes moldes entre 1955-1968.

<sup>3</sup> MENEZES, Filipe Ribeiro de, *Salazar- Uma Biografia Política*, Pág. 34.



**Fig. 1** Bolsa de retalhos. Foto: MMVFX/ N A. 2015.

arranjo da roupa, todas as semanas – o mais usual era mudar de roupa uma vez por semana. Antes de passar a ferro, já era preciso pregar um botão, coser uma bainha, ou verificar que certa peça, já não tinha conserto e havia que fazer uma nova.

Eram sempre feitas em casa as roupas interiores, de homem e senhora, as roupas de cama, as cobertas e respetivos rodapés, as cortinas, aventais de cozinha, do pão, e de sair. Todos os restos de pano, novo ou velho se guardavam.

Dessa arte tão bela, nos fala, em cada pormenor, a Exposição, *Quotidianos do Feminino: 1900 Aos anos da mudança*, que esteve patente no Núcleo Museológico de Alverca de Maio de 2015 a março de 2018, assim como o seu Catálogo, onde em cada entrevista pudemos confirmar estas memórias, e concluir que era muito parecida, a vida da maioria das pessoas em todo o interior do país. Pobre, isolada, ignorante, reprimida, mas de mulheres lutadoras e de fibra.

### 1.1. A máquina de costura

Para poder costurar, ter uma máquina em casa, era muito importante, e nem todas as famílias a podiam comprar. Então as costuras, o unir dos panos, era feito à mão, com o chamado *ponto a trás*.

E mesmo quando havia máquina muitos acabamentos eram feitos à mão. Nem as máquinas de então tinham a versatilidade, que, com a evolução, tiveram mais tarde.

A máquina, podia ser portátil, e de manivela, para as costureiras que iam a casa das freguesas, fazer uns dias. Era muito usado nos montes alentejanos. A mulher transportava a máquina à cabeça. A sua paga, por esse trabalho era muitas vezes, com um outro trabalho que a dona da casa sabia fazer, por exemplo as meias de linha feitas com cinco agulhas. As mulheres que não possuíam máquina de costura, desenvolviam mais, os trabalhos de costura manuais.

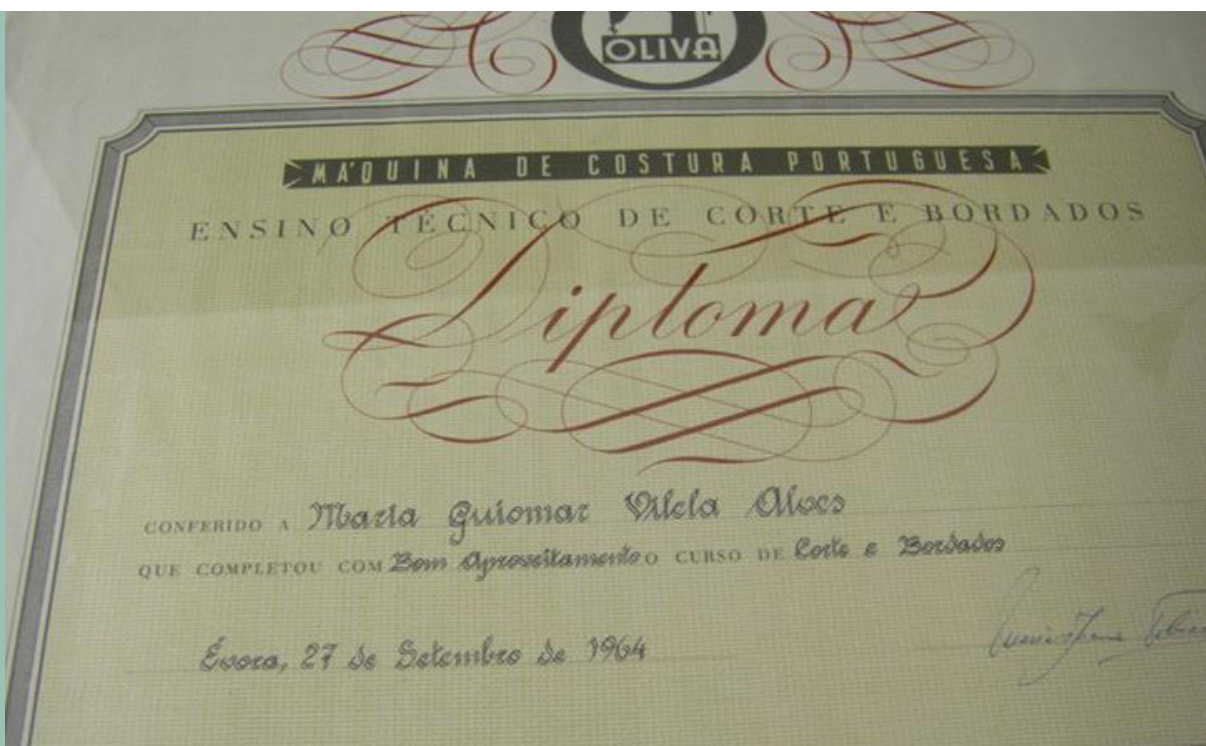


**Fig. 2** Máquinas de costura, portáteis e de pedal da marca Singer. Foto: MMVFX/NA 2015.

Só mais tarde, apareceram as máquinas de pedal, a grande evolução que estas máquinas permitiam, era deixar as mãos livres.

Para aprender a coser à máquina de pedal, a primeira lição era saber dominar o movimento do pedal com os pés, num ritmo certo, com os movimentos das mãos. Também era muito importante, manter os dedos longe da agulha, a prática vinha, com o tempo e com o treino.

## 1.2. Os Cursos de Corte, Costura e Bordados à Máquina



**Fig.3** Diploma de curso de corte e bordados proporcionado, pela Marca – Máquinas de Costura Oliva. C.P.1964. Foto: Maria Guiomar Vilela. 2017.



**Fig. 4** A caixa da costura. Foto: Maria Guiomar Vilela, 2017.

Os cursos de corte, costura e bordados à máquina, apareceram nas aldeias do Alentejo, por meados do Século XX, promovidos pelas marcas, *Singer* e *Oliva*, as mais conhecidas, na época. Quando se reunia um grupo de jovens interessadas, e num espaço comunitário, normalmente a Casa do Povo, a marca disponibilizava as máquinas, e uma professora. Durante dois, três meses, aprendiam corte e costura e bordados à máquina. No final recebiam um diploma.

Durante o curso, aprendia-se todo o processo do corte e costura e dos bordados. Para os bordados, como a linha de bordar era mais fina, que a de coser, a máquina era afinada e tirada a patilha do calcador. No corte e costura, todo o processo da execução de uma peça de roupa, desde tirar as medidas, fazer os moldes com papel almaço, e o tecido era em papel de seda, para perder o medo de cortar, a tarefa onde não podia haver enganar.

Claro que o objetivo das marcas era vender máquinas às jovens, o que acabava por acontecer, com as jovens cuja família podia custear. De qualquer modo era importante, podia ser o início de uma profissão, ou pelo menos para casa e a família, já não tinham que pagar à costureira.

Os chamados aviamentos, eram indispensáveis e caros. Botões, molas, colchetes, fechos, rendas, fivelas chumaços, fitas de veludo ou de seda, as linhas a condizer, os forros, etc.

Eram aplicados na parte final da peça, e sempre à mão, mais os remates de todas as costuras, fazer as bainhas, e depois, o grande final – passar a ferro, pendurar num cabide. A obra estava pronta a vestir!

A roupa feita na costureira, era normalmente a que se usava nos casamentos, batizados, comunhões, isto é, ocasiões especiais. E ficava guardada.

### 1.3. A Roupa de Trabalho

A roupa de todos os dias e a de trabalho, eram feitas em casa, *à medida*, normalmente, a *medida*, era uma peça usada. Isto era muito importante, não dava lugar a erros de orçamento. O tecido a comprar era exatamente aquele, o número de botões e as linhas.

Tinha-se em conta, não só as características físicas de cada um, que em cada pessoa são diferentes – por isso acho que o pronto-a-vestir se devia chamar pronto a comprar –

porque, pronto-a-vestir é quando depois das provas, aquela peça assenta naquele corpo e não noutra. Esta roupa por mediada, também, tinha em vista o conforto de quem a usava na função que desempenhava.

Não tinha modas, nem inovações era sempre parecido, desde que cobrisse o corpo e o defendesse dos rigores, que a natureza impõe a quem trabalha no campo.

Para os rurais, as roupas eram de panos leves, largas, para lhes permitir uma maior liberdade de movimentos, no trabalho e no descanso.

Além da poda das árvores ou da apanha da azeitona, que pediam movimentos amplos, em cima das árvores, lembramos que, as refeições eram feitas, sentados no chão, debaixo de uma árvore, em grupo; a casa de banho era improvisada, entre os arbustos, e, se o tempo de descanso o permitisse, com a cabeça sobre a alcofa que guardava o resto do farnel, passavam pelas brasas, até ao grito do manajeiro, ou ao apito do búzio.

Era tudo isto, que a roupa tinha que permitir sem apertar na cava da manga e no dobrar do joelho até ao chão. Não havia grande diferença, nas roupas de uma para a outra estação. Daí o velho ditado – «O que tapa o frio tapa o calor».

Os agasalhos, o gabão ou a pelica e safões dos homens, ou o xaile das mulheres, eram comprados feitos, normalmente nas feiras, que se realizavam pelo menos uma vez ao ano, assim como o boné e o chapéu para homens e o chapéu e lenço das mulheres.

A roupa das crianças era muitas vezes, a que ficava dos irmãos mais velhos, apenas com um pequeno arranjo, que era feito em casa. A roupa de melhor qualidade era só para sair.

Durante a escola, como se usavam umas batas, brancas para as raparigas, e de tecido aos quadrinhos azul e branco para os rapazes, desde que houvesse uma roupa lavada e enxuta, não havia problema, se era sempre a mesma. Era à medida também das posses económicas de cada um.

As jovens, até se casarem, a sua roupa era mais cuidada, *não se saía à rua de qualquer maneira*. Havia o cuidado de se ter uma roupa nova nas festas, de natal e entrudo, nos bailes, e nos anos. O seu agasalho era um casaco de fazenda, a três quartos ou comprido. As suas roupas eram feitas na costureira, se a própria jovem não tivesse aprendido a costura.

## 2. O Enxoval

Chama-se, enxoval ao conjunto de peças, que uma jovem reunia até se casar, guardada numa arca de madeira, ou na mala que era de folha pintada.

Não havia uma idade para a jovem começar a prepara o enxoval, pois disso se encarregava o entusiasmo, das avós e madrinhas, para contar, como vantagem às vizinhas e amigas.

Por vezes, com grande desapontamento da beneficiada, nos aniversários, natais, como lembrança de uma excursão, ou de uma ida a Espanha, em vez da prenda de vestir ou enfeitar, davam-lhe uma peça para o enxoval: uns naperons de quarto, meia dúzia de chávenas de chá, um álbum de fotografias, umas pegas, etc. etc.



**Fig. 5** Réplica em madeira pintada da arca do enxoval. Rústico Alentejano. Foto: Maria Guiomar Vilela, 2015.





**Fig. 7** Exemplo do aproveitamento do risco do bordado S. Miguel. Foto: Maria Guiomar Vilela, 2015.

Além deste tipo de peças, o enxoval compunha-se das roupas, que eram feitas pela própria, sempre com algum trabalho de mão, bordado à mão ou à máquina. Essa era também uma preparação para a vida de casada, neste campo da arte da costura.



**Fig. 8** Pormenor de lençol, bordado à mão, a matiz. Peça do enxoval. Foto: Maria Guiomar Vilela, 2015.



**Fig. 9** Toalha em *quadillé* bege e bordada a ponto jugoslavo, com guardanapos. Foto: Maria Guiomar Vilela, 2015.

O enxoval geralmente, compunha-se de conjuntos de roupa de cama: lençol de cima, mais enfeitado, lençol de baixo, fronhas para o travesseiro e para duas almofadas.

Em ambos os conjuntos, todas as bainhas das cinco peças, eram confeccionadas com *point à jour*, ou seja, bainha aberta, sem tirar fio, era tirado só um fio. Na escola fiz estes dois conjuntos de cama e dois de mesa. Também panos de tabuleiro, com dois guardanapos e toalhas turcas, conjunto de 5 toalhas, só um lençol de banho.

As peças turcas, como todas as outras, cortadas de peças de tecido turco, com a ajuda e supervisão da professora de bordados que era uma religiosa carmelita. O enxoval não tinha muitos turcos, porque muitas vezes, os lençóis já rotos no meio, tornavam-se lençóis de banho, cortados a meio e juntando as pontas. A moda das toalhas de linho com renda, já tinha passado, nos anos 60 de Século XX, eram do enxoval da avó.

O remate do turco, era feito com tiras de pano estampado. Também havia peças de turco estampado, que podia servir, para fazer um roupão. Todo turco, como se fosse outro pano, com gola de rebuço, traçado, com bolsos de chapa, e cinto a atar.

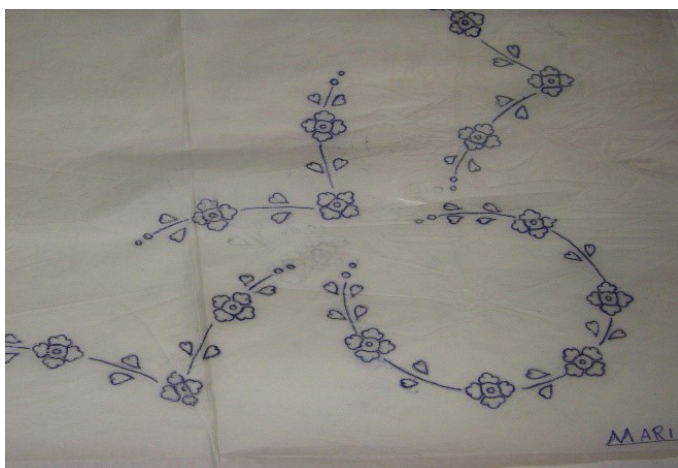
Todas estas peças de enxoval foram feitas na Escola. Eram-nos fornecidos os panos as linhas, nas instalações da escola, tomávamos as refeições e estávamos o dia todo. O objetivo era aprender «tudo o que à mulher pertence» como dizia o hino.<sup>4</sup>

<sup>4</sup> Associação dos Antigos Alunos da E.R.J.G.A., Escola Rural José Godinho de Abreu-1º Cinquentenário 1955-2005, «O Hino», Pág. 95.





**Fig. 10** Toalha em pano alinhado, com bordado de S. Miguel. Foto: Maria Guiomar Vilela, 2015.



**Fig. 11** Pormenor do risco, papel de seda, para toalha, S. Miguel. Era decalcado no pano. Foto: Maria Guiomar Vilela, 2017.

Além da costura e bordados, limpeza e arranjo da casa, fazer uma jarra de flores, arrumar uma gaveta, etc., também tínhamos aulas de culinária e puericultura, com uma Assistente Rural formada na Escola de Leiria.

A par do nosso enxoval, ao longo do ano, íamos fazendo um enxoval de bebé, para oferecer no Natal a uma família, mais necessitada.



**Fig. 12** Pano de tabuleiro, em pano branco, bordado à mão. Foto: Maria Guiomar Vilela, 2015.

No geral, os bordados à mão, eram mais usados, por todas, por serem mais fáceis de aprender. Em qualquer altura, durante a hora de almoço, no trabalho, ao serão, numa visita, todos os momentos deviam ser aproveitados, pela mulher, bastava estar perto duma janela ou do candeeiro de petróleo ou da candeia, com o trabalho no colo, conversando, mas, trabalhando.

O correto era não dar a ideia de desocupada, muito menos as casadouras. No geral, as mulheres, todas tinham um trabalho, de mão começado. Uma renda, um bordado, uma costura.

Aí já não era só mostrar as habilidades de bordadeira ou costureira, mas dar provas da disciplina, de trabalho e aproveitamento do tempo, de outra forma era um desperdício de tempo, que não era bem visto.

Por exemplo para ler um romance, era feito meio às escondidas, não se permitia, à mulher, mesmo jovem, uma atividade de lazer puro, tinha que aproveitar o tempo com coisas úteis, ler livros, era meter ideias na cabeça, que podiam ser prejudiciais.

Na escola, também as regras e disciplina, eram apertadas, e a sua transgressão era punida, com mais trabalho, e silêncio.

O início era começar os panos de amostra, onde fazer e desmanchar, acontecia muitas vezes, até ficar perfeito. O mais difícil foi talvez o tirar dos fios para as bainhas abertas ou crivos, em pano de lençol, sem enganar. Um fio a mais tirado e já não ficava igual.

Assim quando, se fosse usar este ou aquele ponto, já era muito nosso conhecido. Já era numa peça do enxoval, que tinha que ficar perfeita. Muitos olhos e muitas mãos iam fazer o julgamento. Quando havia visitas da família, sobretudo se tinham um rapaz casadoiro, era certo que queriam ver o enxoval da jovem casadoira.

Assim temos, a bainha à volta feita com agulha de renda, as bainhas abertas, ponto pé de flor, ponto cruz, ponto grillhão, ponto de casa, ponto cadeia, alinhavados de Nisa, e crivos trabalhados. Nestes nota-se bem, as irregularidades e dificuldades próprias, dos apenas 12 anos.

Os pontos mais comuns, todas os sabiam e usavam: ponto de pé de flor, ponto de cadeia, ponto grillhão. Por vezes para treinar, mesmo em casa, num pano mesmo velho, treinava, para depois, na Escola, não estar sempre com o mesmo trabalho entre mãos, poder avançar mais rápido, sempre com a supervisão da «irmã» nossa professora desta disciplina.

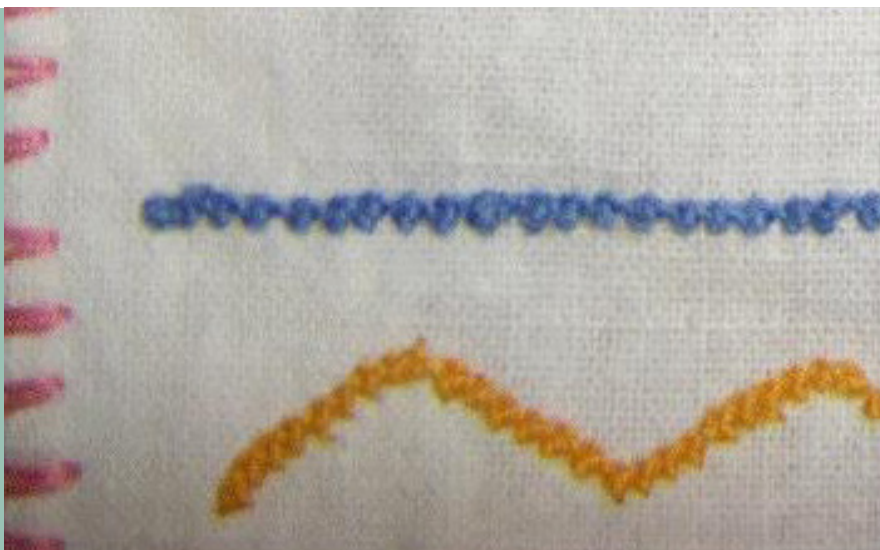
Nos bordados feitos em pano, e bordados à mão, ou à máquina, eram decalcados os desenhos escolhidos. Isto é, o desenho era tirado da revista com papel de seda e um lápis, e depois passado para o pano, onde ficava decalcado a lápis.

No final, a peça, já pronta, era lavada, e os restos de lápis, à vista desapareciam. Os bordados, à mão e à máquina, são passados a ferro do avesso, para que o bordado realce.

O *ponto de Cruz, de Assis e o Jugoslavo*, eram copiados diretamente da revista que tinha o desenho ou de outra peça, embora também houvesse à venda uns panos já com o ponto



**Fig. 13** Pano de amostra, em pano branco dos pontos bordados à mão. Foto: Maria Guiomar Vilela, 2015.



**Fig. 14** Pormenor das amostras de pontos à mão, em pano branco do *ponto de grilhão e da bainha*. Foto: Maria Guiomar Vilela, 2015.



**Fig. 15** Pano de *quadrillé*, com amostras de pontos à mão. Foto: Maria Guiomar Vilela, 2015.  
O pano de *quadrillé*, era próprio para o ponto de cruz e para o jugoslavo, este, muito em moda na época, vistoso e muito mais fácil, que o de cruz.



**Fig. 16** Pano de tabuleiro em *quadrillé* branco bordado a ponto de cruz e franja em vez de bainha. Foto: Maria Guiomar Vilela, 2015.



**Fig. 17** Peça do enxoval em uso, ao fim de 55 anos de executada. Foto: Maria Guiomar Vilela, Julho de 2017.



**Fig. 18** Trabalho feito à máquina no bastidor, em pano de cozinha. 1966. Foto: Maria Guiomar Vilela, 2015.

**Fig. 19** Pano de amostras dos pontos feitos à máquina. Foto: Maria Guiomar Vilela, 2015.

de cruz riscado, que eram para se aprender ou treinar o avesso do ponto de cruz, que tem preceito. No avesso, a linha passa sempre no mesmo sítio, quando cruza, e fica todo para o mesmo lado.

Todos estes pontos eram feitos com o pano esticado no bastidor, e quando era preciso, tinha que se acrescentas uma tira de pano, para o bastidor ficar preenchido e o pano sempre esticado.

O bordado à máquina requer muita perícia, no movimento do bastidor que só se consegue com muito treino. E como podemos ver comparando os panos de amostra, quase tudo o que se borda à mão, também pode ser feito à máquina.

### 3. O papel da costura na economia doméstica

Podemos perceber a importância do papel da arte de costurar, na economia doméstica através de um exemplo da exposição a que chamámos «O Saiote – uma peça com história».

Este saiote apresentado na figura 20 é um exemplo da economia doméstica, porque pelas suas marcas, nos conta uma longa história. Foi uma peça muito usada, lavada muitas vezes, toda ela puída, sobretudo o bordado.

O que logo nos chamou a atenção foi a marca dos refegos, agora desmanchados, mas cujas marcas de tantas vezes passados a ferro, não foi possível apagar.



**Fig.20** Saiote em flanela branca com bordado inglês em baixo. Anos 40 do século XX. Foto: Maria Guiomar Vilela, 2015.

Também na cintura que era com cinto abotoado com casa e botão, de origem tinha uma abertura de uns 15cm, cosida à máquina. A certa altura da vida da dona, houve a necessidade de a acrescentar a cintura, já sem grandes preocupações de perfeição.

O acrescento foi feito com um fio de algodão, que prendia no botão, que já não é o original, porque não condiz com o tamanho da casa original, que agora está rasgada, porque o botão é maior, e a abertura maior foi cosida à mão.

Podemos imaginar, que este saiote fez parte do enxoval de uma jovem nos anos 40/50 do Século XX, tem as características da moda feminina desses anos, saias volumosas e algo compridas, e cinturas apertadas. A mesma, mais tarde, já mulher casada, grávida, precisou de o adaptar à sua nova realidade.

As peças de enxoval acompanhavam as mulheres pela vida toda. Os grandes enxovais permitiam não precisar de comprar, mais nada até ao fim da vida. E ficavam muitas peças novas, que a própria mulher, dava às outras mulheres mais novas da família. Quando a avó abria a sua arca, e mostrava aquelas relíquias, dos seus bons tempos, que mostravam a sua arte da costura. Cada peça, uma tinha uma história, que lhe punha os olhos brilhantes. Lembranças e saudades!

## 2.1. Os aproveitamentos

Todos os restos de panos, novos e velhos eram, como diríamos agora reciclados. Quando uma peça de roupa já não tinha, de tão gasta, forma de servir, nem em remendos, nem para uma roupa mais pequena, faziam-se tiras cosidas umas às outras, das mais diversas cores,

que eram enroladas em novelos grandes. Esses novelos iam ao tear. E então surgia – uma manta, uma passadeira... uma nova peça com outra vivência.

As meias velhas juntavam-se em quantidade, eram para fazer os brinquedos das crianças. As bolas de trapos para os rapazes e as bonecas para as raparigas.

Os restos de pano novo, eram para vestir a boneca, e aí acontecia, *a primeira lição da Arte da costura*, a mãe cortava, ensinava a enfiar a agulha, dava as suas instruções, e, a menina, dona da boneca, dava os primeiros pontos. Esse dia ficava na memória... por causa da boneca! E assim aprendiam a arte da costura!

## Bibliografia

ANABELA, Ferreira, NUNES, Graça Soares, *Quotidianos do Femino-1900 Aos Anos De Mudança*, Catálogo da Exposição do Núcleo Museológico de Alverca, Edição Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, maio 2015.

MENEZES, Filipe Ribeiro de, *Salazar-Uma Biografia Política*, Publicações D. Quixote, Edição Grupo Leya, 4ª Edição, 2010.

FONSECA, Teresa (coordenação), *A Memória das Mulheres de Montemor*, Montemor-o-Novo em Tempo de Ditadura, Edições Colibri, 2007.

SARAMAGO, José, *Levantado do Chão*, Editorial Caminho, 1980.

GOMES, Soeiro Pereira, *Obra Completa*, Editorial «Avante!», SA, Lisboa 1979

LAMAS, Maria, *As Mulheres do Meu País*, Actualis, 1948.

ASSOCIAÇÃO dos Antigos Alunos da E.R.J.G.A, «Escola Rural José Godinho de Abreu-1º Cinquentenário 1955-2005», Gráfica Manuel Barbosa & Filhos, outubro 2005

FONSECA, Manuel da, *O Fogo e as Cinzas*, P.E.A., Edição 536, 1972.

REDOL, Alves, *Constantino-Guardador de Vacas e de Sonhos*, P.E.A., Edição 40.600, 1977.